UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

LIDIANEIZA DE MOURA TIMÓTEO

AS MANIFESTAÇÕES EPISTÊMICAS E EVIDENCIAIS COMO MARCAS DE (DES)COMPROMETIMENTO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Fortaleza (CE)
2011

LIDIANEIZA DE MOURA TIMÓTEO

AS MANIFESTAÇÕES EPISTÊMICAS E EVIDENCIAIS COMO MARCAS DE (DES)COMPROMETIMENTO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística. Área de concentração: Análise Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira

FORTALEZA (CE)

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

T482m Timóteo, Lidianeiza de Moura.
As manifestações epistêmicas e evidenciais como marcas de (des)comprometimento em artigos científicos / Lidianeiza de Moura Timóteo. – 2011.
140 f. : il., enc. ; 30 cm.

Dissertação(mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2011.
Área de Concentração: Análise linguística.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

1.Redação técnica. 2.Funcionalismo(Linguística). 3.Língua portuguesa – Modalidade. 4.Análise do discurso narrativo. I.Título.

CDD 469.5

LIDIANEIZA DE MOURA TIMÓTEO

AS MANIFESTAÇÕES EPISTÊMICAS E EVIDENCIAIS COMO MARCAS DE (DES)COMPROMETIMENTO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística. Área de concentração: Análise Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira

Aprovada em 25/01/2011.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará - UFC

_____

Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão (Examinadora)

Universidade Federal de Goiás- UFG

_____

Profa. Dra. Márluce (Examinadora)

Universidade Federal do Ceará- UFC

À minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ser minha fortaleza nos momentos mais difíceis.

À minha família, em especial, aos meus pais, pela educação, pelo carinho e pelo apoio. Obrigada por me ensinarem os verdadeiros valores da vida.

Aos meus avós, pelo exemplo de vida, de garra e de humildade.

Às minhas irmãs, por sempre acreditarem em mim.

Ao meu namorado e amigo, Sávio, pelo amor sincero, pela paciência, pelas palavras de incentivo e por me fazer feliz.

À minha orientadora, profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, pelos ensinamentos, pela orientação e pelas contribuições sempre tão valiosas.

Aos professores da Graduação e da Pós-Graduação em Linguística, por proporcionarem o desenvolvimento da minha formação acadêmica.

Às minhas amigas, Juliana, Silmara e Alexandra, companheiras da Graduação e da Pós. Com elas compartilhei os melhores e os mais difíceis momentos dessa caminhada.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro.

Aos amigos que me apoiaram com um sorriso, um gesto, um olhar....

Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as manifestações evidenciais e modais epistêmicas e sua relação com o grau de comprometimento do autor de artigos científicos com o conteúdo asseverado. Para a descrição e análise dos dados, adotamos a perspectiva funcionalista da linguagem. Nesta, a língua não é entendida como um objeto autônomo, mas como um sistema que sofre pressões da situação comunicativa. Dessa forma, a investigação realizada parte das expressões em uso, buscando entender o funcionamento da língua, pois é no uso que as expressões adquirem sentido. O *corpus* desta pesquisa é constituído por nove artigos científicos retirados de anais de encontros ocorridos na área de Linguística, no período de 2008 e 2009. Optamos pela análise da evidencialidade e da modalidade epistêmica como domínios funcionais marcadores do nível comprometimento do autor em artigos científicos por pressupormos que, em tal gênero, poderemos encontrar várias marcas dessas categorias utilizadas como estratégias de distanciamento, já que o autor desse tipo de texto busca maior objetividade, conforme prescrição dos manuais de metodologia científica, distanciando-se do conteúdo para garantir cientificidade ao seu trabalho. Coletamos 410 ocorrências que foram analisadas quanto aos aspectos sintáticos (meios de expressão e posição da marca evidencial no enunciado), semânticos (tipo de domínio e tipo de fonte da manifestação evidencial) e pragmáticos (grau de envolvimento do autor de artigos científicos com o conteúdo enunciado e presença de marcas explícitas de adesão). Os resultados obtidos comprovaram que a evidencialidade e a modalidade epistêmica são utilizadas em textos científicos para promover um efeito de médio comprometimento. Essa constatação revela que, o discurso científico é marcado pelo uso de expressões que "mascaram" a subjetividade do autor e evidenciam um comprometimento parcial dele com a verdade enunciada. Quanto aos meios de expressão utilizados, verificamos a preferência dos autores de artigos científicos pelo uso de manifestações evidenciais e modais epistêmicas expressas através de itens verbais. No gênero analisado, constatamos maior recorrência de evidencialidade reportada de fonte definida, com marca intercalada entre a fonte da informação e o conteúdo comunicado.

Palavras-chave: funcionalismo, evidencialidade, modalidade epistêmica, artigo científico, (des)comprometimento.

ABSTRACT

This study aims at analyzing evidentiality and epistemic modality and their relationship with the level of engagement of a scientific article writer and the stated content. To the description and analysis of the data it is used the functional perspective on language, in which the language is not understood as an independent object, but as a system under the pressure of communicative situations. Thus, this investigation focuses on the expressions in use, trying to understand the functioning of the language, since it is through the use that the expressions acquire meaning. In order to make this research possible the *corpus* used is constituted by 9 scientific articles taken from Linguistics annals published within the years of 2008 and 2009. We have chosen the analysis of evidentiality and epistemic modality as functional domains which mark the level of engagement of a scientific article writer since we have as a presupposition that in such case, we may find several registers of these categories used as detachment strategies, considering that the author of this type of writing leads towards objectiveness as stipulated by manuals of scientific methodology, getting detached from the content to preserve the work scientific style. 410 occurrences have been collected and analyzed concerning synthetic (means of expressions and position of evidential marks in the statement), semantic (type of domain and source of the evidential manifestation), and pragmatic (level of commitment of a scientific article writer with the stated content, and the presence of explicit marks of adhesion) aspects. The results proved that evidentiality and epistemic modality are used in scientific texts to promote an effect of medium engagement, revealing that the scientific discourse is marked by the use of expressions that mask the author's subjectivity and highlight their partial engagement with the established truth. Concerning the means of expressions used, we observed that scientific article writers prefer the use of evidential and epistemic modal manifestations expressed through verbal items. Regarding the analyzed genre, it has been found more occurrences related to the reported evidentiality from a definite source, with interspersed marks between the source of information and the established content.

Keywords: functionalism, evidentiality, epistemic modality, scientific article, (dis)engagement

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 FIGURAS

Figura 1: Modelo de interação verbal (DIK, 1989) 19

Figura 2: Estrutura hierárquica da oração em camadas (DIK, 1989) 21

Figura 3: Organização geral da GDF (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008) 25

Figura 4: Tipologia das modalidades (HENGEVELD, 1988) 34

2 GRÁFICOS

Gráfico 1: Meios de expressão da modalidade epistêmica e da evidencialidade 80

Gráfico 2: Posição da marca evidencial 93

Gráfico 3: Frequência dos domínios.....95

Gráfico 4: Tipos de fonte.....104

Gráfico 5: Frequência do nível de comprometimento 110

Gráfico 6: Marcas de adesão 116

QUADROS

Quadro 1: Tipologia das modalidades (PALMER, 1986) 33

Quadro 2: Tipos de evidencialidade (WILLET,1988).....38

Quadro 3: Equacionamento da avaliação epistêmica (HATTNHER, 1995) 42

Quadro 4: Relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade (DALL'AGLIO HATTNHER *et al*, 2001) 44

Quadro 5: Incidência de expressões de uma categoria sobre a outra (NEVES,2007).....47

Quadro 6: Obtenção do efeito de sentido no uso da marca evidencial (CARIOCA, 2009) 50

Quadro 7: Escala de comprometimento (THOMPSON, 1996).....51

Quadro 8: Aspectos sintáticos 69

Quadro 9: Escala de comprometimento.....75

TABELAS

Tabela1: Relação entre domínio e meio de expressão.....118

Tabela 2: Meios de expressão e nível de comprometimento.....121

Tabela 3: Tipo de fonte e nível de comprometimento.....123

Tabela 4: Relação entre tipo de fonte, marca de adesão e nível de comprometimento.....125

Tabela 5: Posição da marca evidencial e nível de comprometimento.....127

Tabela 6: Domínio e nível de comprometimento 128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 A ABORDAGEM FUNCIONAL 15

2.1 A Gramática Funcional (GF) de Dik 18

2.2 A nova arquitetura da GF: a Gramática Discursivo-Funcional 24

2.3 Síntese.....27

3 A MODALIDADE 28

3.1 Modalidade: propostas tipológicas 30

3.2 A expressão da modalidade em português 35

3.3 Síntese.....36

4 A EVIDENCIALIDADE.....37

4.1 Relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade.....41

4.2 Modalidade epistêmica e evidencialidade: estratégias de (des)comprometimento 51

4.3 Síntese.....52

5 CARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO 53

5.1 O artigo científico.....58

5.2 Síntese.....60

6 METODOLOGIA.....62

6.1 Constituição e delimitação do *corpus*.....62

6.2 Procedimentos metodológicos: análise quantitativa.....64

6.3 Procedimentos metodológicos: análise qualitativa.....65

6.3.1 Categorias de análise 65

6.3.1.1 Aspectos sintáticos 66

6.3.1.2 Aspectos semânticos.....69

6.3.1.3 Aspectos pragmáticos.....74

6.4 Síntese.....77

7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES EVIDENCIAIS E MODAIS EPISTÊMICAS EM ARTIGOS CIENTÍFICOS.....79

7.1 Aspectos sintáticos 80

7.1.1 Os meios de expressão das categorias em análise 81

7.1.2 A posição da marca evidencial no enunciado.....92

7.2 A natureza semântica das categorias analisadas.....94

7.2.1 Domínio da categoria.....95

7.2.2 Tipo de fonte da informação.....104

7.3 Aspectos pragmáticos: os efeitos de sentido das expressões evidenciais e modais epistêmicas em artigos científicos e as marcas de adesão 109

7.4 Os meios de expressão e sua relação com os domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica 118

7.5 O grau de comprometimento através dos meios de expressão 120

7.6 Os tipos de fonte e o nível de comprometimento 123

7.7 O comprometimento em relação à posição da marca evidencial no enunciado 126

7.8 Domínio e nível de comprometimento 128

CONCLUSÕES 131

REFERÊNCIAS 134

ANEXOS 139

1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas à modalidade e à evidencialidade estão presentes nas discussões funcionalistas há algum tempo, mas a delimitação desses domínios ainda parece um pouco complexa. Em nossa pesquisa, pretendemos analisar as manifestações epistêmicas e evidenciais capazes de produzir um efeito de comprometimento ou de distanciamento do produtor de artigos científicos com o que está sendo dito. A modalidade epistêmica está relacionada à avaliação do falante sobre a possibilidade de realização de um estado de coisas, enquanto a evidencialidade diz respeito à indicação da fonte da informação. No entanto, estudos recentes[1] têm mostrado que a distinção exata entre esses domínios ainda é problemática.

Admitindo que uma das funções discursivas da modalidade epistêmica é marcar o grau de envolvimento do falante com o enunciado produzido e que a evidencialidade, além de indicar a fonte da informação, também expressa o nível de envolvimento do enunciador com o seu discurso, acreditamos, juntamente com Gonçalves (2003), que a compreensão das estratégias de (des)comprometimento do falante deve partir da relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade.

A escolha do artigo científico para essa investigação justifica-se pela importância do papel social desse gênero: informar sobre as pesquisas desenvolvidas no mundo acadêmico e discutir questões que são do interesse da comunidade científica. Logo, o artigo científico é um dos meios mais utilizados para a produção e circulação do conhecimento no meio acadêmico. O princípio da objetividade e da imparcialidade, recomendado em livros de metodologia científica e manuais de redação acadêmica, norteia esse tipo de texto, por isso, é importante atentarmos para as estratégias que são utilizadas para garantir o "efeito de verdade" através do distanciamento do autor e fazer o público leitor aceitar a veracidade da pesquisa. Acreditamos, então, que as expressões evidenciais e modais epistêmicas contribuem para a construção da argumentação em textos científicos, visto que, ao utilizar uma ou outra expressão linguística, o falante objetiva persuadir o leitor, fazê-lo aceitar como verdades os conteúdos apresentados.

[1] Por exemplo, os estudos realizados por Gonçalves (2003) e Galvão (2001).

O objetivo principal deste trabalho consiste em estudar as manifestações evidenciais e modais epistêmicas que indicam (des)comprometimento do autor de artigos científicos em relação aos conteúdos enunciados. Como objetivos específicos, apresentamos:

a) analisar a relação entre o efeito de objetividade, que, segundo os manuais de metodologia científica, deve caracterizar os textos científicos, e o uso de meios linguísticos que marcam o (des)comprometimento dos autores de artigos científicos com os conteúdos enunciados;

b) verificar se é possível estabelecer relação entre a posição da marca evidencial no enunciado e o nível de comprometimento do produtor do texto científico com a informação veiculada;

c) avaliar se existe uma relação entre o tipo de domínio (epistêmico objetivo, evidencialidade subjetiva, evidencialidade experiencial, evidencialidade inferida, evidencialidade subjetiva e evidencialidade reportada) e o grau de comprometimento do produtor de texto científico com a informação veiculada;

d) identificar e analisar que tipo de fonte (sujeito enunciador, fonte externa definida ou indefinida, domínio comum) está mais frequentemente associada às manifestações evidenciais com efeito de (des)comprometimento em relação aos conteúdos veiculados nos artigos em questão e explicar por que essa relação se verifica;

e) analisar o nível de comprometimento decorrente do uso de marcadores evidenciais e modais epistêmicos em artigos científicos;

f) verificar se os autores de textos científicos utilizam marcas que expressem adesão em relação ao conteúdo enunciado e analisar o efeito de sentido decorrente desse uso.

Um fator relevante de nossa pesquisa é a análise conjunta dos domínios evidencial e modal epistêmico, pois a maior parte dos estudos realizados até o momento não se ocupam em analisar, de maneira específica e aprofundada, a relação entre esses domínios e seu papel

comunicativo como atenuadores da responsabilidade do falante. Alguns estudos que uniram esses dois domínios têm como foco do trabalho outro aspecto, é o caso, por exemplo, dos estudos de Dall'Aglio-Hattnher e Pezatti (2004) e de Gonçalves (2003), cujo centro de atenção é, respectivamente, a negação e a gramaticalização. No que respeita à relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica, reconhecemos, juntamente com Nuyts (1993), que a evidencialidade é um domínio conceitual superior à modalidade epistêmica, pois é a evidência que determina o julgamento do falante sobre a probabilidade de um estado de coisas ocorrer ou não.

O estudo aqui proposto também é oportuno porque pode suscitar essas discussões sobre estratégias de (des)comprometimento em outros gêneros para o desenvolvimento de pesquisas futuras. Este seria, então, um estímulo para pesquisar sobre a ocorrência de expressões evidenciais e modais epistêmicas como reveladoras do grau de (des)comprometimento em outros textos científicos, tais como resenha, monografia, teses, etc.

Outra justificativa para o nosso trabalho é a busca pelo esclarecimento e conhecimento de estratégias empregadas por autores de artigos científicos para que iniciantes no mundo acadêmico possam conhecer as possibilidades de obter efeitos de veracidade e cientificidade em seus trabalhos. Além disso, o trabalho realizado tem uma implicação pedagógica porque poderá auxiliar a prática de ensino de produção de texto acadêmico.

Assumindo como pressuposto a concepção funcionalista da linguagem, nossa preocupação é analisar os elementos da língua não apenas em sua estrutura interna, mas, principalmente, em sua funcionalidade extralinguística. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso efetivo da língua, ou seja, a estrutura que é motivada pelo uso. Segundo esse paradigma funcional da linguagem, o enunciado é, a um só tempo, analisado como mensagem e evento de interação (HALLIDAY, 1985), ou seja, o usuário natural da língua utiliza as expressões linguísticas por duas razões básicas: entender o ambiente e influenciar os outros.

No que diz respeito à estrutura, esta dissertação está organizada em sete capítulos, sendo esta introdução o primeiro capítulo, conforme o guia de normalização da Universidade Federal do Ceará[2].

[2] MELO *et al*. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.ufc.br/biblioteca/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guianormalizacao_ufc.pdf >. Acesso em: 30 dez. 2010, p. 37.

No segundo capítulo, *A abordagem funcional*, tratamos dos pressupostos funcionalistas que norteiam a nossa investigação dos fenômenos linguísticos, ressaltando a importância desse suporte teórico para a compreensão dos elementos da língua.

No terceiro capítulo, *A modalidade*, apresentamos uma discussão inicial sobre as relações entre a Lógica e a Linguística e, em seguida, também abordamos as principais propostas tipológicas da categoria em estudo.

No quarto capítulo, *A evidencialidade*, caracterizamos a evidencialidade de uma maneira geral e assumimos a posição de considerá-la como um domínio superior à modalidade epistêmica.

No quinto capítulo, *Caracterização do discurso acadêmico*, discutimos as características desse tipo de discurso, a fim de favorecer a interpretação do uso das expressões evidenciais e modais epistêmicas para atingir os propósitos comunicativos do artigo científico.

No capítulo seguinte, *Metodologia: Constituição do corpus e procedimentos metodológicos*, apresentamos a constituição e delimitação do *corpus* da pesquisa e detalhamos todo o procedimento metodológico.

No sétimo capítulo, *Descrição e análise das manifestações evidenciais e modais epistêmicas em artigos científicos*, apresentamos e discutimos os resultados da nossa análise, que descreve o uso das expressões evidenciais e modais epistêmicas na construção do efeito de distanciamento do autor em relação ao conteúdo asseverado em artigos científicos.

2 A ABORDAGEM FUNCIONAL

Embora existam diferentes modelos funcionalistas[3], cada um com características peculiares, essas vertentes têm em comum o fato de considerarem a língua como um instrumento de interação. Dessa forma, as expressões linguísticas são descritas e analisadas tendo como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala, os participantes envolvidos, os objetivos comunicativos desses participantes e o contexto discursivo.

Neves (2007, p. 16) apresenta um resumo das premissas que norteiam a visão funcionalista da linguagem:

- ✓ A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (Prideaux, 1987).
- ✓ A língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicitada como um sistema autônomo (Givón, 1995).
- ✓ As formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas (Halliday, 1985).
- ✓ Na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (Dik, 1978, 1980, 1989a, 1997; Givón, 1984; Hengeveld, 1997).
- ✓ A gramática inclui o embasamento cognitivo das unidades lingüísticas no conhecimento que a comunidade tem a respeito da organização dos eventos e de seus participantes (Beaugrande, 1993).
- ✓ Existe uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (Mackenzie, 1992).
- ✓ O falante procede a escolhas, e a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas (Halliday, 1973, 1985).
- ✓ A gramática é susceptível às pressões do uso (Du Bois, 1993), ou seja, às determinações do discurso (Givón, 1979b), visto o discurso como a rede total de eventos comunicativos relevantes (Beaugrande, 1993).
- ✓ A gramática resolve-se no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (Du Bois, 1985).
- ✓ O objeto da gramática funcional é a competência comunicativa (Martinet, 1994).

[3] Nichols (1984) aponta para a existência de vários "funcionalismos": o conservador, que enfatiza a inadequação do formalismo (ou estruturalismo), mas não propõe uma análise própria; o moderado, que mostra a inadequação do formalismo e sugere uma análise funcional da língua; e o extremado, que se caracteriza por negar a estrutura e acreditar que as regras da língua são funcionais.

Podemos perceber que, numa visão geral, desvinculada das propostas de escolas específicas, o Funcionalismo se caracteriza por considerar as funções que as expressões linguísticas desempenham na situação comunicativa, já que a seleção de determinada forma depende, dentre outros fatores, do contexto sociocomunicativo e das intenções do falante.

Esta pesquisa se insere no paradigma funcional da Linguística porque nele a língua não é entendida como um objeto autônomo, mas como uma atividade sociointerativa situada, que só adquire sentido no uso efetivo, na comunicação entre os indivíduos. Conforme Neves (2007, p. 15) "(...) colocar como objeto de investigação a língua em uso é ter presente que o uso da linguagem e a produção de texto se fazem na interação". A escolha pelo enfoque funcionalista decorreu da crença de que a descrição do uso e da função de uma expressão linguística deve partir de um contexto determinado, visto que a variedade de propósitos comunicativos a que as expressões linguísticas podem prestar-se depende das intenções comunicativas do falante e do contexto no qual a interação se realiza. Assim, as formas da língua são instrumentais em relação à função que exercem na comunicação.

Em uma análise funcionalista, os aspectos estruturais e funcionais são considerados em conjunto, por isso, o linguista busca integrar os níveis sintático, semântico e pragmático-discursivo. Essa integração mostra que a frase não será mais analisada apenas em seus aspectos formais (fonologia, morfologia e sintaxe), mas também, e principalmente, no nível comunicativo. Desse modo, o funcionalismo se preocupa com o estudo da utilização da língua em situação comunicativa, priorizando o componente pragmático, ao qual estarão interligados os componentes sintático e semântico.

A opção pela abordagem funcionalista também se justifica por compreendermos que somente uma perspectiva pragmático-discursiva da linguagem pode ajudar a compreender a construção da argumentação em discurso científico. Embora os manuais de metodologia científica preconizem a objetividade e a imparcialidade, percebemos, através da análise das expressões evidenciais e modais epistêmicas, que a linguagem dos cientistas não é caracterizada pela total isenção, mas é resultado de uma tentativa de produção do efeito de "neutralidade".

A Escola Linguística de Praga, fundada em 1926 e conhecida como um "estruturalismo funcional", foi responsável pelas primeiras análises de base funcional e contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento dos estudos funcionalistas. Nessa escola, foram desenvolvidas as propostas classificatórias das funções da linguagem (Bühler, Jakobson), e desenvolvidos os conceitos de perspectiva funcional da sentença (Mathesius) e o conceito de dinamismo comunicativo (Firbas).

No que tange ao funcionalismo britânico, Halliday propõe uma teoria sistêmico-funcional que trata a língua como um sistema de escolhas. Segundo essa teoria, o falante é responsável pela seleção das expressões que produzem determinado sentido. Essa concepção é importante para a análise proposta nessa pesquisa, visto que analisamos as manifestações evidenciais e modais epistêmicas utilizadas, consciente ou inconscientemente, por autores de artigos científicos, tendo em vista o efeito de sentido decorrente dessas seleções.

Para Halliday, as línguas são organizadas em torno de três macrofunções: a ideacional, a interpessoal e a textual, sendo que esta última é instrumental em relação às duas primeiras. Através da metafunção ideacional, o falante utiliza a língua para expressar as suas experiências com o mundo externo e com o mundo interno (pensamentos, crenças, sentimentos). A metafunção interpessoal possibilita a participação do falante no evento comunicativo através da expressão de seus julgamentos e serve ao estabelecimento dos papéis sociais dos participantes do evento. Por fim, a metafunção textual está relacionada à construção e organização do texto enquanto mensagem.

Quanto ao funcionalismo norte-americano, um de seus principais representantes é Givón. Para o autor, a língua não pode ser definida como um sistema autônomo porque a gramática é um "sistema adaptativo" (DU BOIS, 1985) em que interagem outros fatores, tais como cognição, comunicação, variação etc. Os princípios da iconicidade e marcação são conceitos fundamentais na proposta de Givón. O autor define iconicidade em termos escalares e propõe três subprincípios: quantidade, que prevê a relação entre quantidade de informação e quantidade de forma; integração, que correlaciona proximidade dos elementos no plano cognitivo e proximidade na codificação; e ordenação, que estabelece que a ordem dos elementos no enunciado revela a ordem natural dos acontecimentos.

O conceito de marcação também é apresentado por Givón em torno de três subprincípios: complexidade estrutural, complexidade cognitiva e distribuição de frequência. De maneira geral, podemos dizer que o elemento marcado é mais complexo estrutural e cognitivamente e menos frequente, enquanto a estrutura não-marcada é menos complexa e mais frequente. Essa noção de marcação é contextual, pois, segundo Givón (1995), uma categoria pode ser marcada em determinado contexto e não-marcada em outro; por isso, a marcação deve ser explicada com base em fatores comunicativos, socioculturais, cognitivos e biológicos. O autor ainda salienta que a marcação não diz respeito apenas às categorias linguísticas, mas pode envolver também os contextos nos quais ocorrem essas categorias.

No funcionalismo holandês, as propostas teóricas de Dik (1989, 1997) e Hengeveld e Mackenzie (2008) caracterizam-se como a formalização de um modelo de

gramática da competência comunicativa do falante; logo, as regras gramaticais são encaradas como instrumentais em relação à pragmática. A investigação procura entender como falantes e ouvintes comunicam-se de maneira eficiente através das expressões linguísticas. Essa vertente funcionalista será descrita detalhadamente nas seções 2.1. e 2.2.

2.1 A Gramática Funcional de Dik

A Gramática Funcional (GF) encara o enunciado como mensagem e evento de interação cujo objetivo maior é a comunicação entre falantes, por isso, Dik ressalta que uma investigação da língua em uso deve considerar que, no ato comunicativo, não é apenas a capacidade linguística (capacidade de produzir e interpretar corretamente os enunciados) que está envolvida, mas um conjunto de capacidades que estão relacionadas à competência comunicativa do falante. Assim, o autor cita a ***capacidade epistêmica***, em que o usuário é capaz de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado; a ***capacidade lógica***, em que o usuário pode, através de regras de raciocínio lógico, extrair novas parcelas de conhecimento a partir do que ele já sabe; ***a capacidade perceptual***, que possibilita o usuário obter conhecimento do ambiente para produzir e interpretar as expressões linguísticas, e, por fim, ***a capacidade social***, que determina "como" o falante deve dizer o que diz, adequando seu discurso à situação comunicativa, ao seu interlocutor e aos seus objetivos comunicativos.

Nessa perspectiva funcional, a língua não existe em si e por si, como uma estrutura arbitrária, mas é entendida como um instrumento de interação social, cuja função principal é estabelecer a comunicação entre os falantes. Essa interação é ilustrada por Dik no seguinte esquema:

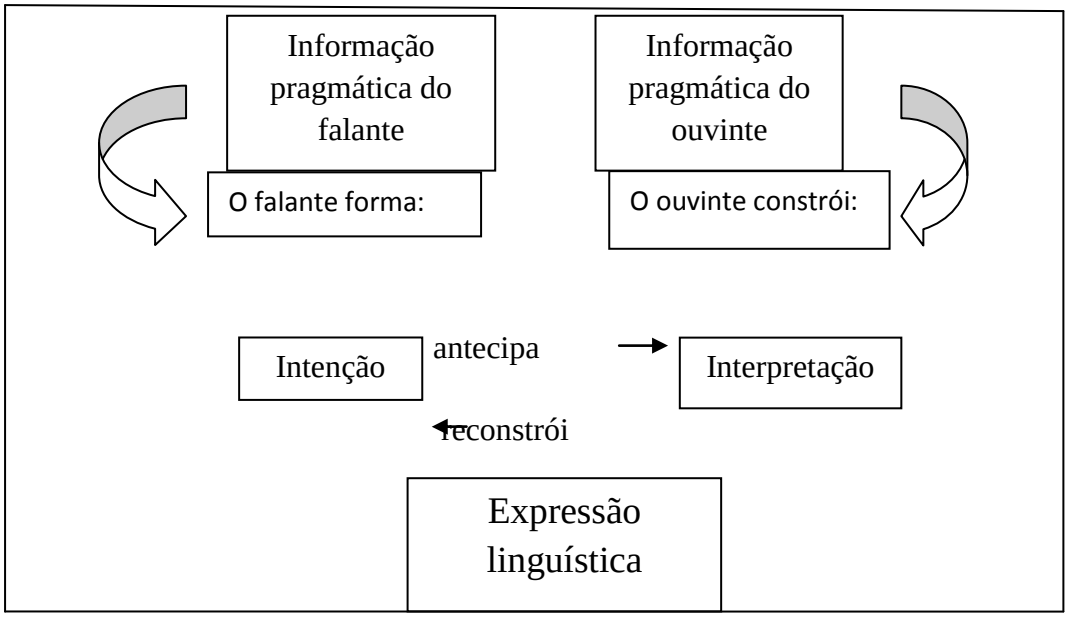


Figura 1: Modelo de interação verbal (DIK, 1989)

Em seu modelo de interação verbal, Dik postula que o falante[4] constrói a expressão linguística (enunciado) a partir da sua informação pragmática[5], da sua intenção e da antecipação que faz do que poderá ser interpretado pelo ouvinte. Já a interpretação do ouvinte está pautada em sua informação pragmática e na reconstrução do que acredita ter sido a intenção do falante. Segundo Gonçalves (2003), a informação pragmática do falante normalmente tem muito em comum com a informação pragmática do ouvinte, visto que, no momento da interação, a informação pragmática do falante inclui uma 'teoria' sobre os conhecimentos pragmáticos do ouvinte e vice-versa. De acordo com o autor, é essa 'teoria do outro' que permite ao falante antecipar a provável interpretação que o ouvinte fará, e, ao ouvinte, reconstruir e antecipar o que acredita que tenha sido a intenção do falante.

Nesse modelo de interação verbal, observamos um dinamismo cooperativo, em que falante e ouvinte interagem e contribuem para a comunicação, sendo que o objetivo principal do falante é provocar uma mudança na informação pragmática do interlocutor. Essa

[4] O termo "falante" é tradução de *speaker* e não se restringe ao produtor de textos orais, mas constitui uma abstração a partir de uma interação verbal prototípica (conversa oral).

[5] A informação pragmática do falante e do ouvinte deve ser entendida como o conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos que os interactantes possuem no momento da interação. Segundo Dik (1989), a informação pragmática é composta pelos seguintes tipos de informação: **informação geral (**conhecimentos de longo prazo relacionados ao mundo real ou aos mundos possíveis/imaginários); **informação situacional** (informações adquiridas no momento da interação); **informação contextual** (informação decorrente do uso das expressões linguísticas utilizadas no momento da troca verbal).

alteração pode ser de diferentes formas, por exemplo, através de *adições*, quando o falante acrescenta algo à informação pragmática do ouvinte, dando-lhe um conhecimento que ele não tinha; através de *substituições*, quando o falante informa ao ouvinte que ele precisa substituir uma informação pela que é dada; ou de *evocações*, quando o ouvinte já possui a informação, e o falante o faz apenas atentar para o fato de já deter esse conhecimento. Para alcançar tal objetivo, o falante constrói uma intenção que deve ser codificada na expressão linguística. A intenção formulada pelo enunciador é um construto mental da modificação que ele espera causar na informação pragmática do ouvinte. Vale ressaltar que aquilo que o falante codifica não é idêntico a sua intenção e, muito menos, à interpretação final a que chega o ouvinte.

Para que a interação seja realizada, uma parte da informação pragmática do falante e do ouvinte deve ser comum, mas também deve existir uma parte conhecida apenas por um dos participantes da interação, pois é essa informação não compartilhada que enriquece e justifica a comunicação.

O modelo de interação proposto por Dik é de uma atividade, ao mesmo tempo, cooperativa e estruturada. Cooperativa porque exige a participação de, pelo menos, dois indivíduos envolvidos na troca comunicativa; e estruturada, porque é regida por regras. Estas podem apresentar-se como internas ao sistema (semânticas, sintáticas, fonológicas e morfológicas) ou regras que estruturam a comunicação (regras pragmáticas). Esse modelo auxilia na compreensão dos textos científicos que compõem nosso *corpus*. Na interação que ocorre através de artigos científicos, o autor, ao produzir seu texto, constrói uma imagem de seu interlocutor como uma pessoa que tem algum conhecimento naquela área. O leitor, por sua vez, tenta reconstruir as intenções do autor do texto. Esse leitor não é considerado isoladamente, mas como uma comunidade científica específica da área, portanto, capaz de fazer julgamentos acerca do conhecimento do autor sobre o assunto, da pesquisa apresentada, da metodologia empregada e, consequentemente, capaz de aceitar ou refutar os resultados da pesquisa desenvolvida.

Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989) postulam que a oração é uma estrutura hierárquica composta de camadas. Na figura (2), podemos observar a organização hierárquica das camadas:

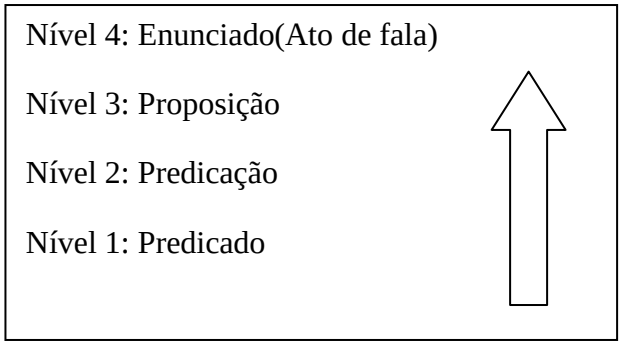


Figura 2: Estrutura hierárquica da oração em camadas (DIK, 1989)

No primeiro nível de estruturação, temos um predicado (1ª camada), que designa um certo número de termos, que se referem a entidades e funcionam como argumentos do predicado. Os predicados associam-se a uma estrutura de predicados, que especifica o tipo e a valência dos predicados. Vejamos um exemplo de estrutura de predicado:

(1) LAVAR [v] (X1: < anim> (X1)) ag (X2) meta – Predicado e termos

Neste exemplo, o predicado "lavar" é bivalente (X1 e X2), ou seja, exige dois argumentos, que desempenham, respectivamente, as funções semânticas de agente (entidade que controla a ação) e meta (entidade afetada pela ação).

A predicação nuclear (2ª camada) decorre do preenchimento da estrutura argumental, designando um Estado de Coisas (EC), algo que pode ocorrer em algum mundo real ou imaginário. Nesse caso, a estrutura argumental do verbo "lavar" pode ser representada da seguinte maneira:

(2) LAVAR [v] (X1: Pedro) ag (X2: prato) meta- Predicação nuclear

A partir da predicação nuclear, em cada nível, são aplicadas especificações por meios gramaticais - operadores (π), ou lexicais - satélites (σ). Quando operadores de nível 1 (π1 - distinção aspectual) ou satélites de nível 1 (σ1- advérbio de modo) são aplicados à predicação nuclear, temos a predicação central:

(3) Perf. [lavar (Pedro) (o prato)] (cuidadosamente)- Predicação central
Pedro <u>lavou</u> o prato <u>cuidadosamente</u>.

No exemplo (3), foram aplicados o operador perfectivo e o satélite de modo. Dessa forma, temos a indicação de que a ação realizada pelo agente (Pedro) foi concluída (lavou), além da referência ao modo como essa ação foi realizada (cuidadosamente).

Quando inserimos operadores ($\pi 2$) e satélites ($\sigma 2$) de segunda ordem à predicação central, construímos uma predicação estendida, que designa um EC qualificado e localizado. No exemplo apresentado a seguir, o operador indica tempo (pretérito) e o satélite de segunda ordem marca o lugar:

(4) Pretérito [Perf. [lavar (Pedro) (o prato)] (cuidadosamente)] (na cozinha)]
Pedro lavou o prato cuidadosamente na cozinha.

Neste exemplo, é interessante comentar que o verbo (lavar) apresentado no pretérito perfeito do indicativo além de indicar perfectividade (conforme exemplo 3) também expressa tempo (passado), logo atua simultaneamente como operador de nível 1 e de nível 2.

A proposição, nível seguinte, designa um "fato possível" e pode receber especificações de operadores ($\pi 3$) e satélites ($\sigma 3$) de nível três, que designam atitude subjetiva ou avaliação modal por parte do falante. Por estar relacionada ao conteúdo proposicional, a proposição constitui um fato possível e pode ser negada, rejeitada, encarada como verdadeira ou falsa. Dessa forma, podemos, por exemplo, inserir um modalizador epistêmico, como vemos no exemplo seguinte:

(5) Possibilidade [Presente[Perf.[lavar (Pedro) (o prato)] (cuidadosamente)] (na cozinha)].
É possível que Pedro tenha lavado o prato cuidadosamente na cozinha.

Por fim, Dik apresenta a frase (*clause*), que corresponde a um ato de fala, ou seja, é uma proposição revestida de uma força ilocucionária. Dessa forma, mediante a aplicação de operadores ($\pi 4$) e satélites ($\sigma 4$)[6], podemos ter diferentes atos de fala:

(6) [Declarativa[pretérito[perf. [lavar(Pedro) (o prato)] (cuidadosamente)] (na cozinha)]
Pedro lavou o prato cuidadosamente na cozinha.

(7) [Interrogativa[pretérito[perf. [lavar(Pedro) (o prato)] (cuidadosamente)] (na cozinha)]
Pedro lavou o prato cuidadosamente na cozinha?

(8) [Exclamativa[pretérito[perf. [lavar(Pedro) (o prato)] (cuidadosamente)] (na cozinha)]
Pedro lavou o prato cuidadosamente na cozinha!

[6] Os operadores ($\pi 4$) e satélites ($\sigma 4$) indicam as estratégias comunicativas do falante em relação à força ilocucionária do enunciado.

A organização do modelo da GF é dita *bottom up*, pois parte da seleção das escolhas lexicais para, em seguida, expandir a estrutura da oração. No entanto, o autor aponta para o fato de sua gramática não constituir um modelo de produção, mas de descrição da oração. Segundo Dik (1989), a produção real de um enunciado é muito mais complexa, visto que a produção de enunciados pode ocorrer com a simultaneidade de informações, dessa forma, o falante pode pensar, ao mesmo tempo, em quais os termos que constituirão a predicação e que força ilocucionária será utilizada.

O estudo da oração em camadas possibilita a observação do nível no qual a modalidade pode atuar. Dessa forma, na estrutura interna da predicação, nível 1, ocorre a modalidade chamada *inerente*, aquela que estabelece a relação entre um participante e a realização do EC no qual está inserido.Vejamos o exemplo abaixo:

(9) John pode escrever.

Esse tipo de modalidade indica, geralmente, capacidade, habilidade e volição. Corresponde à modalidade dinâmica, proposta por Palmer (1986).

No nível da predicação, nível 2, observa-se a ocorrência da modalidade dita *objetiva*, em que o falante avalia a realidade de um estado de coisas, sem imprimir qualquer opinião.

Para Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), a avaliação do EC designado na predicação pode ser *epistêmica*, quando o falante avalia esse EC, segundo seu conhecimento, em uma escala de possibilidade (certo>provável>possível>improvável>impossível[7]); por exemplo, *"É possível que John tenha escrito a carta"*; ou *deôntica*, se o falante avalia o EC em uma escala de permissividade (obrigatório>aceitável>permissível>inaceitável>proibido[8]), por exemplo, "*John tem de escrever a carta".*

Na proposição, nível 3, aparece, segundo Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), a modalidade dita *epistemológica*. Nela, o falante mostra sua atitude ou compromisso com o conteúdo veiculado na proposição. Com base no exemplo: *"Eu acho que John escreveu a carta",* vemos que a fonte da informação é o próprio falante, e ele expressa seu grau de comprometimento com o conteúdo da proposição. A modalidade epistemológica, segundo

[7] Neves (1996)
[8] Neves (1996)

Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), pode ser ainda do tipo evidencial, quando a fonte da informação é diferente do falante.[9]

2.2 A nova arquitetura da GF: a Gramática Discursivo-Funcional

Na nova arquitetura da GF proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), a organização do modelo passa a ser *top-down*, ou seja, a ênfase recai sobre a intenção do falante, e esta determina as camadas mais baixas. Essa mudança possibilita uma maior aproximação da descrição com o processo de produção do enunciado. Como afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008), a eficiência de um modelo de gramática é maior se consegue se aproximar mais do processo de produção. Isso porque, segundo os autores, estudos psicolinguísticos demonstram que a produção linguística é um processo descendente, que se inicia com as intenções comunicativas do falante e termina com a articulação da expressão linguística real (componente de expressão). No entanto, isso não significa que a GDF seja uma gramática do falante, mas é uma teoria de gramática que procura utilizar evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica.

A nova arquitetura da GF não representa um modelo de produção do discurso, nem mesmo é uma gramática do discurso. Na realidade, a GDF procura analisar a influência do discurso sobre as configurações sintáticas da gramática de uma língua, logo esse modelo teórico não está interessado em extrapolar os limites do discurso (texto) em prol de questões ideológicas e culturais. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 9), a GDF busca entender "a estrutura dos enunciados em seu contexto discursivo (não no sentido de um modelo de análise do discurso). A intenção do falante não surge no vácuo, mas em um contexto comunicativo multifacetado".

Como podemos ver na figura (3), a GDF é organizada em quatro níveis: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Cada um desses níveis é considerado como um módulo separado e internamente organizado em camadas hierárquicas. Dentro desta estrutura hierárquica, a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe e, juntas, todas governam a fonologia.

[9] Essa tipologia, de Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), será retomada na seção 3.1 desta dissertação.

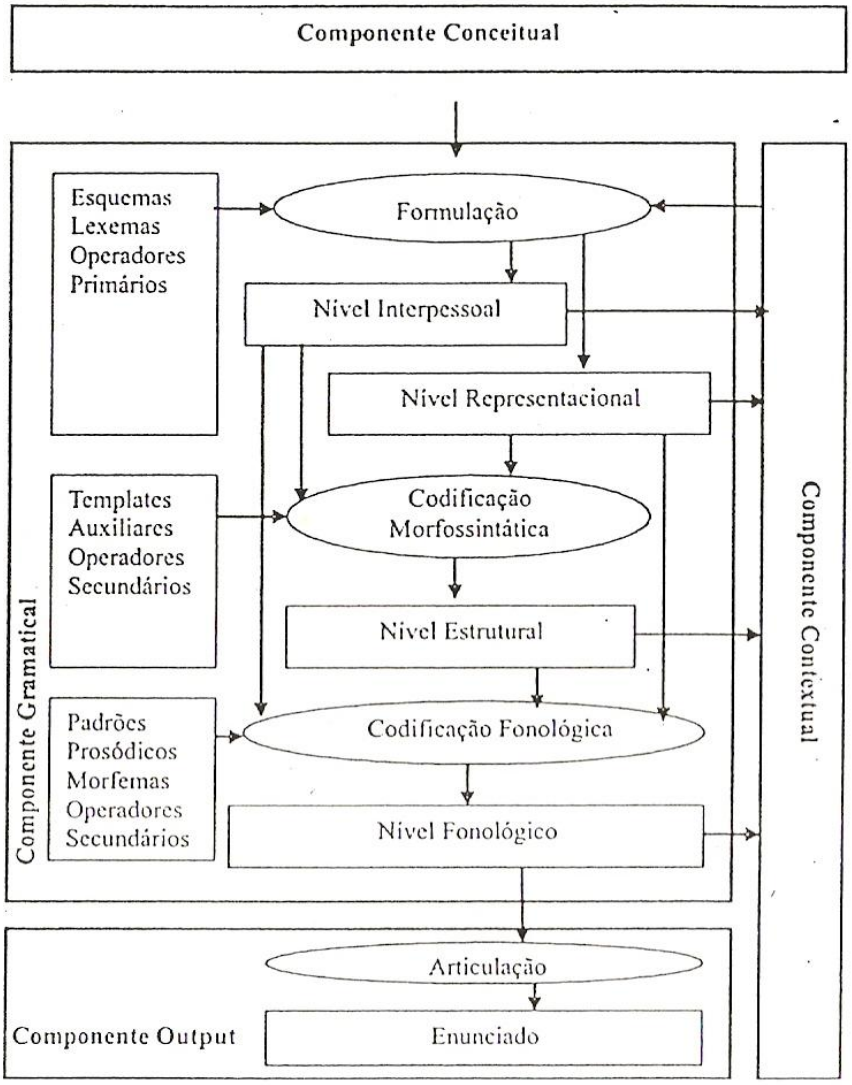


Figura 3: Organização geral da GDF (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p.13)

A GDF proporciona uma alteração significativa em relação à GF, pois os níveis que compõem a gramática se organizam em módulos separados, mas interagem uns com os outros a depender da intenção comunicativa do falante. Isso proporciona uma dinamicidade maior aos componentes, pois regras de formulação unem os níveis interpessoal e representacional, quando um conteúdo semântico for necessário, enquanto regras de expressão unem esses dois níveis ao da expressão. No caso em que apenas os conteúdos pragmáticos devem ser comunicados, a GDF possibilita a interface direta do nível interpessoal com o da expressão.

No nível Interpessoal estão as representações que traduzem a interação entre falante e ouvinte, ou seja, os conteúdos pragmáticos. O nível Representacional se caracteriza

pela designação semântica das expressões. No nível Morfossintático, as formulações realizadas nos dois níveis superiores, o Interpessoal e o Representacional, são codificadas de acordo com a sintaxe e morfologia de uma determinada língua. No nível Fonológico, as informações geradas nos níveis superiores são codificadas em termos da fonologia de uma dada língua. Nesse nível, ocorre a codificação das representações segmentais e supra-segmentais de um enunciado.

Além do componente gramatical, onde estão localizados os níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, a GDF acrescenta os componentes conceitual, contextual e de expressão (cf. figura 3). O componente *conceitual* tem caráter cognitivo e pode ser considerado como pré-linguístico, pois se caracteriza por ser o componente onde surge a intenção comunicativa do falante. O componente *contextual* abrange a descrição do domínio do discurso, seja uma descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente ou do próprio contexto real onde ocorre a comunicação. Por fim, o componente da expressão (*output*) é externo ao componente gramatical, mas completamente dependente das informações fornecidas por ele. No componente de expressão, a codificação morfossintática é convertida em expressões linguísticas (ortográficas, gestuais, acústicas, etc).

No modelo da GDF, há dois tipos de operações: a formulação e a codificação. A formulação atua nos níveis Interpessoal e Representacional, enquanto a codificação opera nos níveis mais baixos,o Morfossintático e o Fonológico.

Uma das alterações da GDF em relação à GF que tem grande importância para estudos posteriores à sua divulgação é a expansão da análise para além dos limites da sentença. Ao tomar o ato discursivo como unidade de análise, a GDF possibilita o estudo de estruturas menores que a sentença, como as *holófrases* (“Parabéns!”, “Socorro!”) e interjeições, além de proporcionar o estudo de estruturas maiores que a frase, o discurso.

Para a análise das expressões evidenciais e modais epistêmicas que promovem o distanciamento dos autores de artigos científicos em relação ao que é dito, o arcabouço teórico adotado nessa pesquisa será constituído pela interação de algumas propostas teóricas, a saber: a Gramática Funcional de Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), a Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), Nuyts (1993); e os estudos realizados por Dall’Aglio-Hattnher (1995), Thompson (1996), Vendrame (2005), Lucena (2008) e Carioca (2009).

2.3 Síntese

Neste capítulo, apresentamos os vários "funcionalismos" que integram o paradigma funcionalista da linguagem. Vimos que, apesar de cada modelo apresentar características específicas que os particularizam em relação aos outros, todos entendem a língua como um instrumento de interação social, logo, a análise linguística só poderá ser realizada levando-se em consideração o contexto comunicativo em que as expressões ocorrem e as intenções comunicativas dos falantes.

Salientamos que a opção pelo Funcionalismo decorre da crença de que as expressões linguísticas devem ser estudadas a partir do uso efetivo que o falante faz, tendo em vista não apenas os aspectos sintáticos e semânticos, mas, principalmente, os aspectos pragmático-discursivos. Estes ajudam, na pesquisa aqui realizada, a compreender o caráter subjetivo e argumentativo do texto científico a partir dos sentidos e efeitos produzidos por expressões evidenciais e modais epistêmicas.

Vale salientar ainda que optamos pelo funcionalismo holandês, representado pela Gramática Funcional de Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989) e pela Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008). Mas esses modelos serão considerados em interação com outras teorias[10], na tentativa de compreender a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade, bem como sua manifestação nos artigos científicos.

[10] Como veremos nos capítulos 3 e 4 sobre a modalidade e a evidencialidade, respectivamente.

3 A MODALIDADE

> Conceituar modalidade é uma tarefa complexa exatamente porque esse conceito envolve não apenas o significado das expressões modalizadas, mas, ainda, a delimitação das noções inscritas no domínio conceptual implicado.
> (NEVES, 2007, p. 151)

Apesar de vários estudos já terem sido realizados sobre o tema, a modalidade ainda aparece como um campo impreciso e curioso para o estudioso da língua em uso. Como afirma Cervoni (1989), "a problemática das modalidades comporta como aspecto essencial o problema de sua delimitação". Uma das primeiras discussões em torno do tema é o questionamento sobre a existência ou não de modalização em enunciados que não apresentam marcas explícitas. Vários estudiosos discutem se enunciar já não implica modalizar, visto que, se a modalização consiste na relação entre falante, enunciado e realidade objetiva, então, não há enunciado que não evidencie, de alguma forma, o grau de certeza do falante sobre o que diz (NEVES, 2007). Mesmo concordando com essa ponderação, em nossa pesquisa, tomaremos como objeto de descrição e análise apenas os enunciados que apresentam explicitamente marcas linguísticas de modalidade e evidencialidade.

Outro fato sempre mencionado nos estudos sobre modalização é a diferença entre o estudo da lógica modal e a modalidade linguística. Os lógicos foram os primeiros a tentar construir um conceito de modalidade, mas a preocupação da Lógica estava voltada para a verificação da modalidade como uma característica (ou não) do mundo objetivo, logo, os lógicos preocupavam-se em analisar o valor de verdade ou falsidade dos enunciados, por isso, segundo Neves (1996), esse estudo ocupa um valor periférico na investigação das línguas naturais. Ainda segundo a autora, outro fator que distancia os estudos linguísticos daqueles desenvolvidos pelos lógicos é que a análise das línguas não pode atender aos princípios lógicos, em razão do "caráter não-lógico, ou não ordenado, das línguas naturais" (NEVES, 1996).

Na lógica modal, a modalidade alética ocupava valor central na análise por estar relacionada ao valor de verdade do conteúdo proposicional. Esse tipo de modalidade englobava o sentido das proposições (modalidade lógica), o sentido das palavras (modalidade analítica), o sentido essencial constituído pela natureza das coisas (metafísica) e o sentido fixado pelas leis da natureza (nomológica). Os gregos expandiram o estudo da modalidade alética, englobando a modalidade epistêmica e a modalidade deôntica.

Essa ampliação para além da modalidade alética proposta pelos lógicos serviu de base para o estudo linguístico das modalidades. Isso não significa que exista uma equivalência entre as análises desenvolvidas pelos lógicos e as realizadas pelos linguistas, visto que os últimos analisam os vários tipos de modalidade que se manifestam nas línguas, em seus aspectos sintático, semântico e pragmático. Além disso, enquanto os estudos da lógica modal revelam preocupação com a descrição das modalidades em termos da verdade independentemente do enunciador, os estudos linguísticos centralizam-se na figura do falante; assim, não basta saber se uma proposição é obrigatória ou provável, é preciso considerar para quem essa proposição é obrigatória ou provável.

Embora os estudos linguísticos da modalidade sejam mais específicos, os linguistas ainda recorrem a conceitos ligados a noções aparentadas com a lógica como, por exemplo, as noções de "possibilidade" e "necessidade". Por essa razão, é difícil esclarecer o problema dos limites entre Lógica e Linguística, apesar de todos reconhecerem ser necessário estabelecer uma fronteira entre esses domínios.

A esse respeito, Neves (2007) se posiciona afirmando que, apesar de as línguas naturais não se comportarem de maneira lógica, as pesquisas têm demonstrado que os domínios da lógica e da linguística são inseparáveis. A autora ainda afirma que uma das definições mais linguísticas para a modalidade é apresentada por Maingueneau (1990), para quem o aspecto modal consiste na relação entre o enunciador e seu enunciado.

De maneira geral, podemos definir a modalidade linguística como o julgamento ou atitude do falante em relação ao enunciado que produz. Nos estudos realizados sobre o tema parece ser consensual a existência de, pelo menos, dois tipos de modalidade: a modalidade epistêmica e a deôntica. A primeira está ligada ao eixo do conhecimento e estabelece o saber do falante sobre uma informação, por isso, segundo Neves (1996), apresenta-se em uma escala que vai do certo ao impossível (certo>provável>possível>improvável>impossível). A modalidade deôntica, por sua vez, abrange expressões que exprimem obrigação, necessidade, permissão ou proibição e estão pautadas em valores morais, sociais e legais. Esse tipo de modalidade pode aparecer em um *continuum* de permissividade. Como podemos ver a seguir: obrigatório>aceitável>permissível>inaceitável>proibido (NEVES, 1996).

Parece-nos oportuno esclarecer que a modalidade epistêmica e a modalidade deôntica podem se realizar, muitas vezes, através de uma mesma expressão linguística. Palmer (1986), ao apresentar as várias formas de expressão da modalidade, observa que os

verbos modais *poder* e *dever* são polissêmicos e podem expressar modalidade epistêmica ou deôntica, sendo o contexto responsável pela interpretação do valor modal.

Sobre a polissemia dos verbos modais, Neves (2007) chama a atenção para o fato de que a interpretação de um verbo modal não depende do próprio verbo, mas é resultado de uma contextualização. A autora apresenta os seguintes exemplos:

- Agora você **pode ir** embora, escravo.
- Chama-se Luzia. É limpa, boazinha, não tem perigo. O senhor **pode ir** sossegado com ela.
- O simbolismo das zonas **pode ir** mais adiante, porém é necessário que se tenha maior cautela.
- Caio- disse ele me apontando- bem que **pode ir**. É o menos marcado. Não está comprometido com nada.

Em cada um desses enunciados, o verbo modal *poder* tem um significado diferente: permissão, possibilidade deôntica, possibilidade epistêmica e atribuição de volição, respectivamente. Tendo como base Klinge (1996), Neves (2007) afirma que a diferença na interpretação pode ser apenas probabilística, ou seja, o interpretante pode optar por uma "leitura preferida", pois nem sempre o contexto determina a interpretação toda, ele pode apenas fornecer pistas.

3.1 Modalidade: propostas tipológicas

Em discussão sobre a modalidade, Ducrot (1993) parte da oposição entre *objetivo* e *subjetivo*. Para ele, o aspecto não modal dos enunciados está vinculado à descrição das coisas, ao seu caráter objetivo, enquanto o aspecto modal está relacionado às tomadas de posição expressas no discurso, ou seja, à subjetividade. Essa oposição entre *objetivo* e *subjetivo* mostra que, de certa forma, é possível perceber, em um enunciado, uma parte descritiva, um conteúdo proposicional (*dictum*) e uma parte destinada ao ponto de vista do falante sobre esse conteúdo descrito (*modus*).

Lyons (1977) define modalidade como o modo pelo qual o falante expressa suas atitudes e opiniões em relação à proposição. O autor diferencia dois tipos de modalidade: a epistêmica e a deôntica.

A modalidade epistêmica refere-se aos enunciados nos quais o enunciador expressa explicitamente seu comprometimento com a verdade do conteúdo. Essa modalidade pode ser dividida em modalidade epistêmica subjetiva e modalidade epistêmica objetiva. Aquela é entendida como uma afirmação do falante, ou seja, ele é a fonte da informação veiculada. A modalidade epistêmica objetiva consiste na expressão de um fato ou conhecimento aceito ou cientificamente comprovado. Para Lyons (1977), a modalidade epistêmica subjetiva contém o componente "eu-digo-isso" ("I say so"), enquanto que, na modalidade epistêmica objetiva, o componente é "é assim" ("It-is-so").

O autor exemplifica a diferença entre modalidade epistêmica subjetiva e modalidade epistêmica objetiva através das duas possibilidades de leitura para o enunciado *"Pode chover em Londres"*. Se esse enunciado foi pronunciado com a informação provinda de um especialista da área (um meteorologista), então podemos dizer que é um enunciado modalizado objetivamente, pois a declaração é a seguinte: *"O meteorologista afirma que pode chover em Londres"*. Em contrapartida, se esse enunciado tiver sido motivado por uma informação adquirida através de um leigo, estaríamos diante de um enunciado modalizado subjetivamente, pois relataríamos que "Ele me disse que pensa que pode chover em Londres" ou "Ele expressou a opinião de que pode chover em Londres".

Através desses exemplos, Lyons (1977) mostra que os enunciados modalizados subjetivamente são aqueles que partem de uma opinião pessoal, ao passo que aqueles modalizados objetivamente são frutos de um conhecimento científico.

Essa divisão proposta por Lyons (1977) não é aceita de maneira unânime entre os estudiosos da categoria modalidade, pois a modalidade subjetiva também pode se manifestar em textos científicos.

Em estudos com textos acadêmicos, Nogueira e Pessoa (2003) verificaram que há uma tendência ao uso da modalidade objetiva em artigos científicos, mas, quando o falante utiliza a modalidade subjetiva, ele qualifica o enunciado como certo, na tentativa de defender seu ponto de vista, conforme pode ser verificado em ocorrência do *corpus* analisado pelas autoras:

> (10) "Forçados que somos a admitir que quadros teóricos alternativos produzem análises alternativas, muitas vezes incompatíveis, *temos consciência de que*, por qualquer critério de avaliação, a validade de qualquer interpretação é fato

> indiscutível, se for coerente com os pressupostos que a norteiam. (GEF/PSN-ga)" (NOGUEIRA E PESSOA, 2003)

A modalidade deôntica enquadra-se na escala de necessidade ou possibilidade e envolve questões morais e legais, logo, está ligada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis (LYONS, 1977).

Palmer (1986) menciona a dificuldade de definição da categoria modalidade, que se apresenta ao estudioso de forma vaga, sem a existência de uma característica básica que possa defini-la. Apesar dessa imprecisão, Palmer relaciona modalidade a duas propriedades: subjetividade e não-factualidade. Para o autor, a modalidade pode ser definida como uma categoria que decorre da gramaticalização das atitudes e opiniões do falante e distingue três tipos de modalidade: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica.

A modalidade epistêmica envolve as noções de possibilidade e necessidade. Palmer divide a modalidade epistêmica em dois tipos: os julgamentos e as evidências. O julgamento envolve opiniões ou conclusões do falante, enquanto as evidências são caracterizadas como proposições afirmadas com relativa segurança, portanto abertas a questionamentos e justificativas evidenciais. O autor ilustra os subtipos de modalidade epistêmica (julgamentos e evidências, respectivamente) com os exemplos seguintes:

- *It is possible that.../ It is to be concluded that.../ It appears that...*[11]
  É possível que.../ Pode ser concluído que.../ Parece que..

- *I can smell something burning*[12].
  Eu posso sentir alguma coisa queimando.

Os dois subtipos de modalidade epistêmica podem ser utilizados como estratégias para o falante marcar seu nível de comprometimento em relação à verdade do que está sendo dito.

A modalidade deôntica é definida pelo autor como aquela que "contém o elemento vontade *(will)".* Palmer relaciona a modalidade deôntica à teoria dos atos de fala (SEARLE, 1976), e estabelece as seguintes subcategorias para a modalidade deôntica: a modalidade *diretiva*, em que enunciador leva o destinatário a fazer algo; e a modalidade *comissiva*, que diz respeito à ameaça ou promessa que o falante faz. Apesar de considerar as

[11] Palmer (1986, p. 52).
[12] Palmer (1986, p. 75).

modalidades *diretiva* e *comissiva* como os tipos básicos de modalidade deôntica, Palmer (1986) enquadra os *volitivos* e *avaliativos* como manifestações modais deônticas porque, mesmo reconhecendo que eles não são estritamente deônticos, afirma que também não são manifestações epistêmicas.

A modalidade dinâmica está relacionada à capacidade, habilidade ou disposição do sujeito, logo, ela indica que alguém tem as qualidades necessárias para realizar algo. O autor ilustra com o seguinte exemplo:

(11) John can speak Italian [13] (João pode falar italiano)

Como podemos perceber no exemplo apresentado pelo autor, esse tipo de sentença não tem relação com a opinião ou atitude do falante. Em "João pode falar italiano", há apenas a constatação de que alguém "João" tem a capacidade de realizar algo "falar italiano". Ao perceber isso, Palmer afirma que esse tipo de sentença poderia ser excluída dos tipos de modalidades linguísticas, mas o autor a mantém por julgá-la necessária para a compreensão dos significados diacrônicos dos verbos modais.

A proposta de Palmer (1986) pode ser resumida no quadro seguinte:

Modalidade Dinâmica	**Modalidade Epistêmica**	**Modalidade Deôntica**
CAPACIDADE	JULGAMENTOS	DIRETIVA
HABILIDADE	EVIDÊNCIAS	COMISSIVA
		VOLITIVA
		AVALIATIVA

Quadro 1: Tipologia das modalidades (PALMER, 1986)

Na organização da oração em camadas, Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989) estabelecem três tipos de modalidades: a inerente, a objetiva e a epistemológica.

A modalidade inerente é interna ao Estado de Coisas, pois diz respeito à relação entre o participante e o conteúdo do predicado. Esse tipo de modalidade indica uma capacidade, habilidade ou volição. A modalidade objetiva está relacionada à avaliação que o

[13] Palmer (1986, p. 102).

falante faz da realidade de um EC. Esse tipo de modalidade se subdivide em *epistêmica* e *deôntica*. A primeira diz respeito à avaliação da realidade a partir de seu conhecimento, enquanto a segunda consiste na avaliação pautada em convenções morais, legais ou sociais. Conforme Neves (1996), ao modalizar epistemicamente um enunciado, o falante avalia um EC em uma escala de possibilidade (certo>provável>possível>improvável>impossível) e ao modalizar deonticamente, ele estabelece uma escala de permissividade (obrigatório>aceitável>permissível>inaceitável>proibido).

A modalidade dita *epistemológica* expressa o comprometimento do falante com a verdade da proposição e está subdividida em modalidade *subjetiva epistêmica* (o falante coloca-se como fonte da informação e expressa um julgamento sobre o conteúdo) e *modalidade epistemológica evidencial* (o falante pode não se apresentar como fonte da informação). Essa última ainda pode ser *inferencial*, quando o evento é inferido a partir de uma evidência; *citativa*, quando é relatado a partir de outra fonte; ou *experiencial*, quando a informação é vivida por uma fonte. Observemos o esquema seguinte:

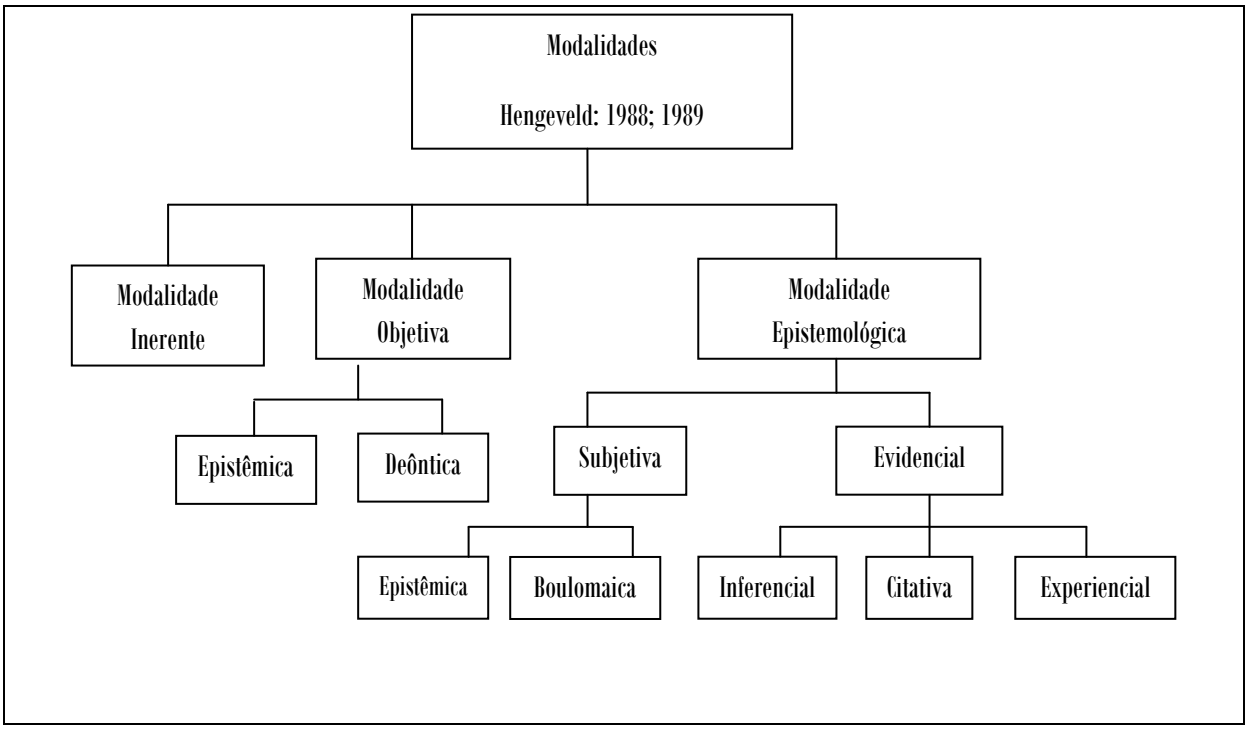


Figura 4: Tipologia das Modalidades (HENGEVELD, 1988)

Para Hengeveld, a diferença entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva reside no fato de que esta última não pode ser questionada já que, ao modalizar subjetivamente o enunciado, o falante se apresenta como a origem da informação. Nesse

esquema proposto por Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), baseado em Lyons (1977), a evidencialidade aparece como uma subcategoria da modalidade epistemológica, fato questionado por Nuyts (1993), para quem toda qualificação modal só pode ser baseada em uma evidência, o que sugere que a evidencialidade seja um domínio semântico superior à modalidade. Essa discussão acerca da proposta de Nuyts (1993) será retomada no capítulo 4 desta dissertação.

3.2 A expressão da modalidade em português

Os modalizadores possuem uma diversidade de formas, sentidos e empregos nas línguas naturais. Como mostra Neves (1996), a categoria modalidade pode ser expressa por diferentes meios linguísticos:

- Verbos auxiliares modais: Deve ser, pode ser, etc.
- Verbos de significação plena: Acho que, penso que, etc.
- Advérbios de valor modal: obrigatoriamente, talvez, etc.
- Adjetivo em posição predicativa: é necessário, é impossível, etc.
- Substantivo: opinião, impressão, etc.
- Categorias gramaticais (tempo, aspecto, modo): (...) ficaria nisso, talvez tenha sido, etc.

Além desses expedientes sintáticos, a autora acrescenta a unipessoalização, a apassivização e os meios prosódicos. Estes últimos estão presentes na linguagem falada, portanto, não serão analisados no estudo aqui proposto.

A escolha dessas expressões modalizadoras pode ser motivada por uma série de fatores, tais como: a intenção do falante, os condicionamentos sociais do gênero, dos tipos de discurso ou pelo objetivo comunicativo do falante, pelo que ele deseja modificar na informação pragmática do ouvinte. Vale ressaltar que, ao fazer uso de um ou outro tipo de modalidade, estamos imprimindo nossa opinião, nossa crença em relação ao que é veiculado na proposição e evidenciando nosso comprometimento, em maior ou menor grau com o conteúdo proposicional.

Em artigos científicos, gênero do *corpus* constituído para esta pesquisa, para a análise das manifestações evidencial e modal epistêmica, os autores selecionam determinados meios linguísticos baseados na sua intenção comunicativa, naquilo que querem modificar na

informação pragmática do interlocutor para fazê-lo aceitar a relevância e veracidade de sua pesquisa divulgada. O interlocutor (leitor), por sua vez, objetiva, com a leitura desse gênero, aprender, aceitando ou não as informações ali contidas. Nesse sentido, observa-se uma interação comunicativa, uma troca baseada na intenção (do falante) e na interpretação (do ouvinte), como proposto por Dik (1989) em seu modelo de interação verbal.

3.3 Síntese

Sabendo que a modalidade constitui uma categoria complexa, iniciamos a discussão discorrendo acerca da possibilidade de existência da modalização em enunciados sem marcas explícitas, admitindo que, em nossa pesquisa, serão considerados apenas os enunciados explicitamente modalizados. Em seguida, discutimos sobre a diferença entre as modalidades Lógica e Linguística. Embora cientes de que não é simples estabelecer as fronteiras entre essas investigações, até porque o conceito de modalidade desenvolvido pelos lógicos serviu de base para o estudo linguístico, é importante deixar claro que as línguas naturais não são estritamente lógicas. Os estudos da Lógica modal preocupam-se em verificar o valor de verdade ou falsidade das proposições, enquanto a investigação linguística, ao considerar as expressões na situação real de uso, ultrapassa esse limite entre verdadeiro/falso. Isto significa que, no estudo linguístico da modalidade, interessam a relação entre falante e ouvinte, suas intenções comunicativas, suas crenças, atitudes e julgamentos em relação ao enunciado produzido.

Posteriormente, analisamos algumas propostas tipológicas da modalidade (Lyons, 1977; Palmer, 1986; Dik, 1989 e Hengeveld, 1988, 1989) para, em seguida, assumirmos que a modalidade epistêmica será tratada, nesta pesquisa, como um domínio semântico inferior à evidencialidade. Essa opção teórica será mais detalhada no próximo capítulo, em seção destinada à evidencialidade.

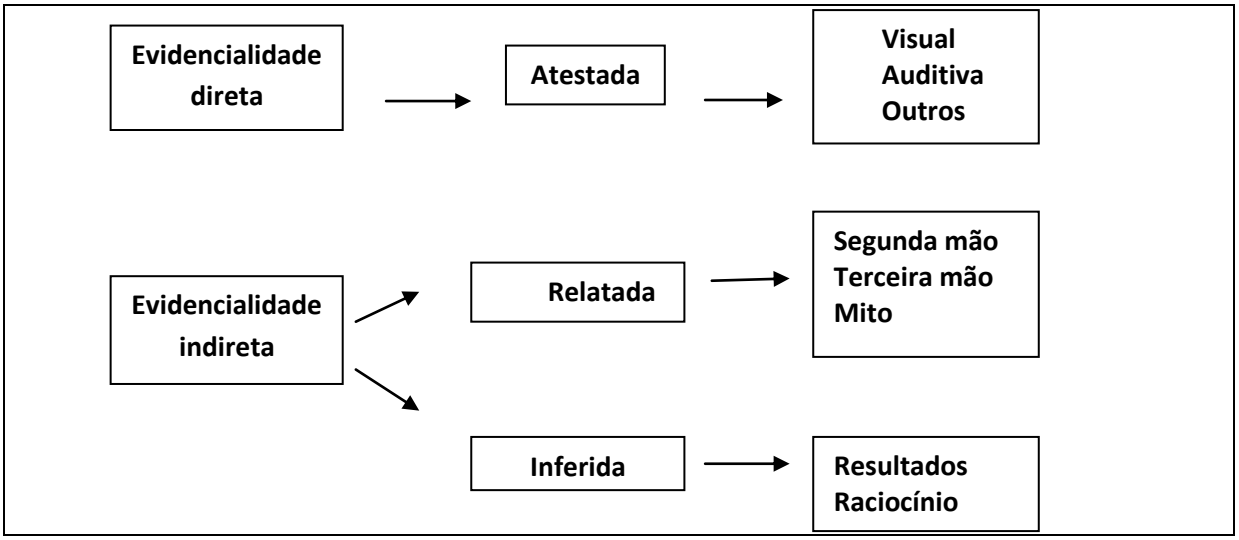
Por fim, tendo como base Neves (1996), apresentamos os diversos meios de expressão da modalidade em Língua Portuguesa. Como vimos, essa categoria pode se manifestar por meios lexicais (verbos, substantivos, adjetivos, etc.), mas também por expedientes gramaticais (tempo, aspecto, modo) e por meios prosódicos, sendo estes, responsáveis pela modalização na linguagem oral.

4 A EVIDENCIALIDADE

Conceituar evidencialidade também não é uma tarefa fácil. O único consenso que existe na literatura corrente é o de que essa categoria indica a fonte de uma informação. Todavia, mesmo essa definição, que parece unânime entre os linguistas, se mostra conflituosa, pois a indicação da origem do conhecimento expresso implica modalização no nível do conhecimento (NEVES, 2007).

Na literatura sobre evidencialidade, existem dois tipos de conceitos para a categoria. A primeira concepção é mais restrita e define a evidencialidade como mera indicadora da fonte de uma informação, da origem de um conhecimento. O segundo conceito inclui o grau de certeza do falante sobre o conteúdo veiculado à codificação da fonte do conhecimento, ou seja, estabelece uma relação entre a modalidade epistêmica e a evidencialidade (BOTNE, 1997). Sem dúvida, essa segunda concepção é a que tem sido mais aceita pelos estudiosos da evidencialidade (cf. ANDERSON, 1986; DALL'AGLIO HATTNHER, 2001; GALVÃO, 2001; GONÇALVES, 2003; LUCENA, 2008; CARIOCA, 2009).

No estudo desenvolvido por Willet (1988), o autor trata a evidencialidade como uma categoria indicadora da fonte da informação (sentido restrito) em 38 línguas diferentes e observa a existência de dois grandes tipos de evidencialidade: a direta e a indireta. A evidencialidade direta, aquela atestada pelo próprio falante, pode ser subdividida em visual, auditiva e obtida através de outros sentidos. A evidencialidade indireta, por sua vez, pode ser do tipo relatada ou inferida. A relatada é fruto de relatos de primeira ou de segunda mão, ou ainda, de mitos. Já a inferida pode se originar de resultados perceptíveis pelos órgãos do sentido, ou de raciocínios, baseados na dedução. O quadro (2) resume a proposta de Willet (1988):



Quadro 2: Tipos de evidencialidade (WILLET,1988)

Segundo Galvão (2001), a evidencialidade pode ser concebida como uma noção básica inerente às línguas naturais, ou seja, como um domínio semântico universal, pois todas as línguas apresentam formas de qualificar a origem da informação. A autora reformula o esquema apresentado por Willet (1988) e propõe a consideração de três tipos de evidência: direta, menos direta e indireta. A primeira é aquela em que o falante se coloca como fonte da informação veiculada, pois adquiriu a informação diretamente na situação. Na indireta, o falante revela que ele não é a fonte da informação, apenas adquiriu o conhecimento por "ouvir-dizer". Já a menos direta evidencia que o conhecimento é resultado de uma inferência contextual do falante.

Outro estudo que trata da evidencialidade é apresentado por Anderson (1986). O autor propõe alguns critérios para a identificação de evidenciais gramaticalizados. Vejamos:

a) Constituem uma evidência direta (visual, auditiva ou decorrente de outros órgãos sensoriais) ou indireta (inferida de outros fatos, ou não especificada) para o conteúdo de uma declaração dada como factual;

b) Em termos comunicativos, é apenas uma especificação adicionada ao conteúdo de uma declaração factual, i.e., não integra a cláusula principal;

c) Tem como significado primeiro a indicação de evidência;

d) Morfologicamente pode se apresentar como afixo, clítico ou elemento sintático livre;

e) Os evidenciais são normalmente usados em asserções (orações *realis*), não em orações *irrealis*, nem em suposições.

f) Quando o fato afirmado é diretamente observável pelo falante e ouvinte, os evidenciais raramente são usados, ou têm um sentido enfático ou de surpresa.

g) Quando o falante (primeira pessoa) for um participante conhecedor de algum evento, o conhecimento daquele evento é normalmente direto, e os evidenciais são então dispensados.

Anderson (1986), ao analisar o processo de gramaticalização que envolve as formas que codificam a evidencialidade, estabelece a diferença entre verdadeiros evidenciais e itens com traços evidenciais. Os primeiros são expressões gramaticalizadas nas línguas naturais, enquanto os itens com traços evidenciais são manifestações lexicais que indicam a fonte da informação. Fica claro, então, que a manifestação da evidencialidade não ocorre apenas através de formas gramaticalizadas, mas também por meios de itens lexicais. Como aponta Galvão (2001, p. 82), ainda não há uma delimitação sobre "qual o plano de funcionalidade da dimensão categoria evidencial, se lexical ou gramatical".

Em estudo sobre a manifestação da evidencialidade no holandês, De Hann (1997a) chega à conclusão de que os evidenciais tem como característica inerente a indicação de como o falante obteve a informação, sem revelar seu grau de crença sobre a verdade da proposição. Como vemos, o autor assume que a modalidade epistêmica e a evidencialidade são categorias distintas e esta última é neutra em relação ao comprometimento do falante com a verdade da informação.

Os critérios estabelecidos por Anderson foram reformulados por De Hann, que propõe uma divisão em critérios sintáticos e semânticos. Para o autor, semanticamente, os evidenciais podem ser geralmente definidos como marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação. Sintaticamente, os evidenciais não constituem parte principal da cláusula (ANDERSON, 1986), não revelam concordância com o falante (DE HANN, 1996) e não ocorrem no escopo de um elemento negativo (DE HANN, 1996), sendo que os morfemas apresentam a evidencialidade como seu significado primeiro (ANDERSON, 1986).

Através das várias pesquisas que já foram realizadas sobre a evidencialidade, podemos perceber que o critério semântico é o mais bem aceito, embora, ainda não possamos

falar que seja um conceito consensual, pois, como salienta Neves (2007), definir evidencialidade é entrar em "terreno conflituoso" (p. 165), visto que a indicação da fonte implica modalização no nível do conhecimento, portanto, configura a coocorrência de duas categorias: evidencialidade e modalidade epistêmica. Quanto aos critérios sintáticos, o consenso entre os estudiosos é ainda menor. Gonçalves (2003, p. 87) adverte que os critérios estabelecidos constituem apenas uma tentativa inicial de interpretação sintática da categoria evidencialidade.

Como vimos no capítulo anterior, para Hengeveld (1988, 1989), a modalidade epistemológica pode ser dividida em **subjetiva** (o falante é a origem da informação) e **evidencial** (o falante não se coloca como fonte da informação veiculada). A modalidade evidencial é subdividida em **inferencial**, quando o evento é fruto de uma inferência feita pelo falante a partir de alguma evidência; **citativa**, quando o falante apresenta uma informação recebida de outra fonte; ou **experencial**, quando o evento foi vivenciado por uma fonte.

A classificação proposta por Hengeveld considera o tipo de fonte como critério de distinção da modalidade epistemológica. Dessa forma, se o falante é a fonte da informação, temos a modalidade subjetiva; se o falante não é a origem da informação, então, temos a modalidade dita *evidencial*.

Como apresentaremos na subseção seguinte, essa classificação proposta por Hengeveld será reformulada, pois assumimos o posicionamento de Nuyts (1993), para quem toda qualificação modal tem como base uma evidência, logo, a evidencialidade é aqui entendida como um domínio semântico-pragmático superior à modalidade epistêmica.

4.1 Relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade

Como mencionado anteriormente, os estudos sobre modalidade ainda não conseguiram definir precisamente essa categoria. A problemática é ainda maior quando tentamos relacionar modalidade epistêmica (ME) e evidencialidade (EV).

Segundo Gonçalves (2003), há, pelo menos, quatro tipos de posicionamentos diferentes sobre a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade. Um primeiro posicionamento, da **disjunção**, defendido por autores como Hardman (1986), não admite uma relação conceptual entre as duas categorias, sendo que uma das noções é definida em oposição à outra. Para Hardman, não há uma relação explícita entre ME e EV, pois o sistema evidencial de uma língua serve apenas para indicar a fonte de uma informação e não se confunde com a modalidade epistêmica. Esse pensamento é defendido e justificado pela existência de línguas que possuem um sistema evidencial muito desenvolvido, com meios linguísticos (morfemas gramaticais) usados para marcar a evidência.

A segunda concepção aceita a relação de **inclusão** entre modalidade epistêmica e evidencialidade. Alguns autores, como Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), colocam a evidencialidade como subcategoria da modalidade epistêmica. Nesse posicionamento, percebe-se que a evidencialidade não é tratada como mero elemento que serve para apontar como a informação foi adquirida, mas também para indicar o grau de comprometimento do falante. A posição da inclusão também pode englobar aqueles autores, como Nuyts (1997), que, ao contrário, assumem a modalidade como uma subcategoria da evidencialidade.

O terceiro grupo, representado por Van der Auwera e Plungian (1997), admite uma **sobreposição** dos conceitos de modalidade epistêmica e evidencialidade. Dessa forma, há uma identidade entre alguns valores evidenciais e epistêmicos. Gonçalves cita como exemplo, a identidade existente entre EV inferencial e necessidade epistêmica, verificada em enunciados como *"João deve (= probabilidade) estar em casa, porque as luzes estão acesas"*.[14]

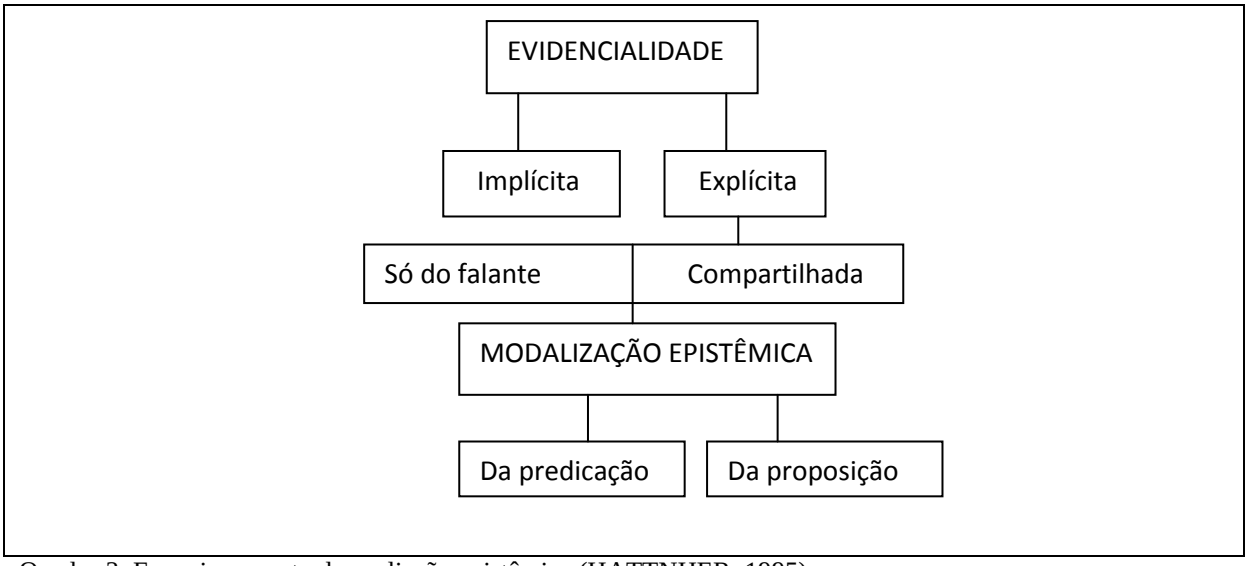
Há ainda quem diga haver uma **neutralidade** do valor evidencial em relação ao valor epistêmico, ou seja, as expressões evidenciais são responsáveis por mostrar o grau de evidência que um falante tem para a afirmação, mas são neutros em relação ao comprometimento com a verdade da proposição. Nessa concepção, estão autores como

[14] Exemplo retirado de Gonçalves (2003, p. 83)

DeHaan (1997), para quem os evidenciais marcam o grau de evidência que o falante tem para afirmar algo, ficando para o ouvinte a tarefa de interpretar o valor modal da declaração.

Diante de todas essas posições que podem ser adotadas, admitimos, juntamente com Nuyts (1993), que a evidencialidade é um domínio semântico e pragmático superior à modalidade epistêmica, visto que a base de todo julgamento modal é a evidência, podendo variar apenas a qualidade da evidência em questão. Dessa forma, acreditamos ser necessário estabelecer uma reformulação da proposta de Hengeveld (1988, 1989).

Um trabalho importante para os estudos sobre modalidade e evidencialidade e relevante para nossa pesquisa é o desenvolvido por Dall'Aglio- Hattnher (1995). A proposta da autora tenta unir as idéias de Hengeveld e Nuyts. Nela, a evidencialidade é vista como uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, considerando que a qualidade da evidência pode variar de acordo com o tipo de evidência e com o propósito comunicativo do falante. A proposta da autora pode ser visualizada no esquema a seguir:



Quadro 3: Equacionamento da avaliação epistêmica (HATTNHER, 1995)

Com base no quadro acima, vemos que a evidencialidade aparece como uma categoria superior à modalidade. A autora considera a existência de uma evidencialidade implícita e uma explícita. A primeira está ligada à não-ocorrência de marcas que indiquem a fonte da informação do enunciado. Já a evidencialidade explícita diz respeito ao aparecimento de expressões linguísticas que manifestam tal categoria. Podemos perceber que Hattnher apresenta duas possibilidades de subclassificação para a evidencialidade explícita: aquela que é só do falante e aquela que é compartilhada. No entanto, em gênero científico, o produtor

textual nem sempre se coloca como fonte do conhecimento (explícita só do falante) ou indica que a informação é compartilhada[15] (explícita compartilhada). É comum nesse tipo de discurso o recurso ao chamado "argumento de autoridade" e, nesse caso, a fonte da informação é uma terceira pessoa reportada no discurso, como podemos ver no exemplo abaixo:

(12) Castro (1991, p.124) **afirma** que esse enfraquecimento se deu na seguinte ordem: primeiro "o uso freqüente do elemento dêitico na língua falada ocasionou uma maior presença dos demonstrativos – *ille* e *ipse*", que faziam referência a objetos ou seres já mencionados no discurso.
A1-17-17

Neste tipo de ocorrência, a fonte da informação é explicitada no texto (Castro, 1991, p. 124), mostrando que a origem da informação não é o autor do texto, pois não é um construto mental do falante, nem é compartilhada, pois a afirmação "parece" pertencer somente à fonte citada. Destacamos que, o uso do argumento de autoridade (citação de fonte definida) expressa uma tentativa de diluição da responsabilidade do autor do texto, mas não o exime completamente, visto que, reportando o estudo do especialista na área, seja para confirmá-lo ou para confrontá-lo, o objetivo do autor do texto científico é reforçar a veracidade de sua pesquisa e convencer a comunidade discursiva sobre a relevância de sua pesquisa (cf. capítulo 5).

Consideramos, em nosso trabalho, que a modalidade epistêmica, atitude do falante diante do enunciado, se relaciona com a origem da informação, ou seja, com a evidencialidade. Em princípio, podemos postular que, se um enunciado não apresenta marcas evidenciais, é porque a fonte da informação é o falante, dessa forma, ao proferir um enunciado como *"Maria é feliz",* o enunciador apresenta-se como autor e responsável pelas idéias veiculadas. Caso contrário, se o falante não é a fonte da informação ou não partilha de tal pensamento, ele deve marcar a origem do conteúdo apresentado na proposição, por exemplo, *"Dizem que Maria é feliz"* ou *"Alguém disse que Maria é feliz".*

Como podemos perceber, a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade ainda é uma questão bem problemática. Dall'Aglio Hattnher *et al* (2001), em discussão sobre a gramaticalização das expressões modalizadoras apontam para o fato de que, no percurso de passagem *epistêmico* > *evidencial*, haja um momento de sobreposição desses conceitos, conforme quadro seguinte:

[15] Essas questões serão detalhadas na seção referente à metodologia.

Definição		Nível	Função	Forma	Exemplos
Expressar valores de permissão, obrigação e volição que envolvam algum tipo de controle extrínseco sobre os eventos.	MD	predicação	Operadores π2	Auxiliares	FHC **deve** buscar uma solução para a crise.
Expressar o estatuto de realidade de um estado-de-coisas.	ME	predicação	Operadores π2	Auxiliares	FHC **deve** buscar uma solução para a crise.
			Predicadores encaixadores	Adjetivos	**É possível** que FHC busque uma solução para a crise.
Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição.	ME	proposição	Predicados encaixadores	Nomes	**Tenho a impressão** de que FHC buscará uma solução para a crise.
	ME			Adjetivos	**Estou certo** de que FHC buscar
	MEEv			Verbos	**Acho** que FHC buscará uma solução para a crise. **Parece** que FCH buscará uma solução para a crise.
	MEEv		Satélites π3	Advérbios	**Aparentemente** FHC buscará uma solução para a crise.
	EV		Predicados encaixadores	Verbos	**Dizem que** FHC buscará uma solução para a crise. A folha **diz que** FHC buscará uma solução para a crise.
Indicar a fonte do saber a partir da qual o falante faz sua avaliação.	EV	Constituintes extra-frasais			**Segundo os jornais**, FHC buscará uma solução para a crise.

ME: Modalidade epistêmica; MD: Modalidade deôntica; MEEv: Modalidade epistêmica+ Evidencial; EV: Evidencial.

Quadro 4: Relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade-DAll'Aglio Hattnher *et al* (2001)

Essa perspectiva de sobreposição entre modalidade epistêmica e evidencialidade é importante para a nossa pesquisa, pois, ao longo da análise, notamos que, em alguns dados, havia essa coexistência das categorias. É o que podemos ver na ocorrência a seguir:

(13) **Não queremos dizer** que as estratégias intertextuais em si fazem com que as produções funcionem como resenha, mas sim a efetivação, nestas produções, do objetivo do produtor, objetivo esse que é reconhecido pelo leitor através das estratégias intertextuais empregadas.
A2-63-131

Neste tipo de ocorrência optamos por considerar a expressão em destaque como marca da evidencialidade, pois assumimos, como mencionado anteriormente, ser essa categoria superior à modalidade epistêmica. No exemplo (13), o autor utiliza estrategicamente a partícula negativa "não" para se negar enquanto fonte da informação. Dessa forma, ele gera um efeito de maior descomprometimento com o que é dito, pois antes que algum leitor imagine que o produtor textual está dizendo que "as estratégias intertextuais fazem com que as produções funcionem como resenha", ele já mostra que não é a fonte desse conteúdo.

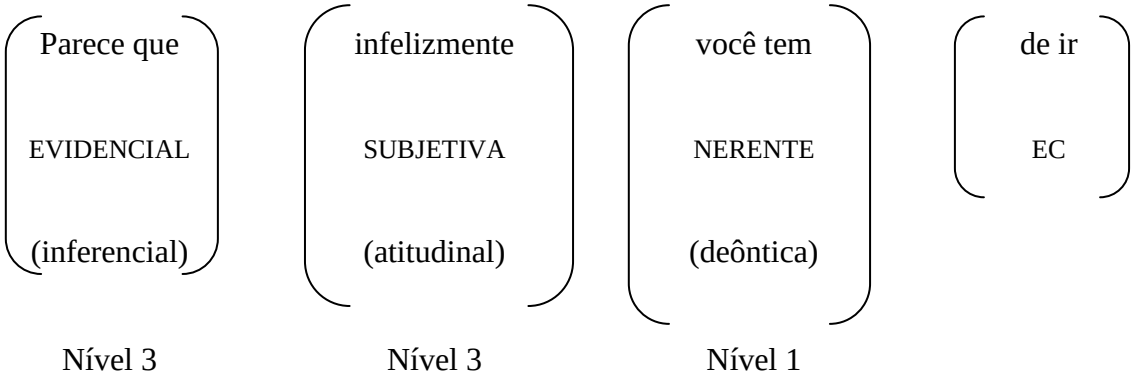
Em discussão sobre a relação entre a modalidade epistêmica e a evidencialidade, Neves (2007) afirma que "a modalização epistêmica (que basicamente envolve uma atitude do falante) necessariamente se relaciona com a fonte do conhecimento, com a qual o falante pode não estar comprometido". Para nossa pesquisa, como já apontado, a análise focalizará as marcas evidenciais e modais epistêmicas que estabelecem o grau de comprometimento de produtores de artigos científicos em relação ao que é apresentado, ou seja, aquelas expressões capazes de mostrar o nível de envolvimento desses autores com o conteúdo veiculado no gênero em questão.

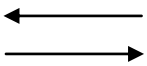
Assumimos que a evidencialidade e a modalidade epistêmica são entendidas como categorias semanticamente independentes, sendo que, no plano cognitivo, a evidencialidade determina o julgamento, visto que, para julgar, é preciso antes conhecer, caso contrário, o falante pode simplesmente dizer que não sabe, não tem conhecimento (NUYTS, 1993). Essa concepção de Nuyts incita uma reformulação[16] da GF. Para o autor, há um nível mais profundo de representação não-material na gramática das línguas. Esse nível estaria relacionado aos fatores conceptuais e discursivos que determinam a expressão da modalidade e da evidencialidade.

[16] Essa reformulação pode ser verificada na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) organizada por Hengeveld e Mackenzie (2008).

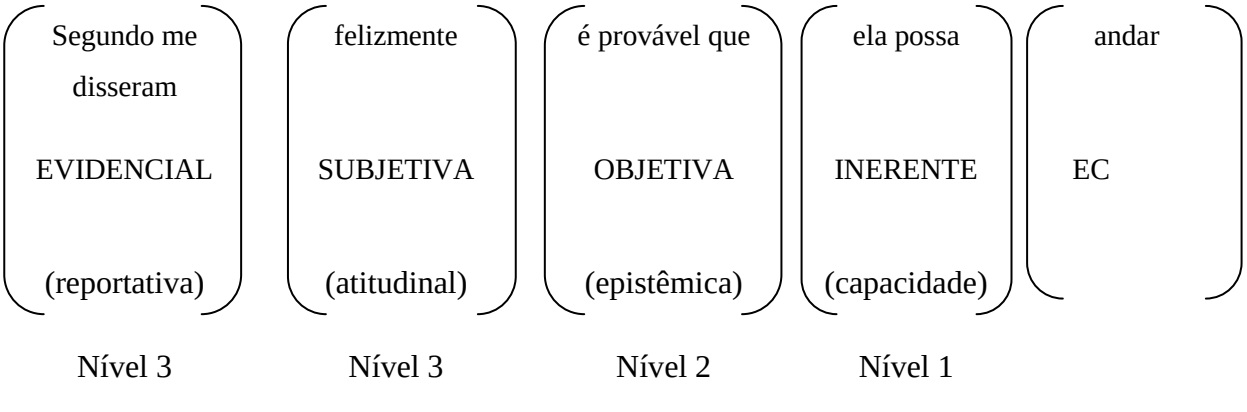
É importante enfatizar que a hierarquização que coloca a evidencialidade sobre a modalidade epistêmica ocorre no nível cognitivo e não no plano gramatical. Neste último, as expressões evidenciais podem incidir sobre a modalidade epistêmica, e o contrário também é possível (NEVES, 2007). Essa possibilidade de incidência de expressões de uma categoria sobre a outra revela as diversas combinações possíveis entre expressões evidenciais e modais epistêmicas. Vejamos alguns exemplos propostos por Neves (2007, p. 2002):

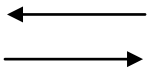
I.





II.





Quadro 5: Incidência de expressões de uma categoria sobre a outra (NEVES, 2007, p. 202)

Esse esquema apresentado pela autora mostra claramente que a evidencialidade e a modalidade epistêmica têm várias possibilidades de combinação e, no plano gramatical, incidem uma sobre a outra, não havendo uma hierarquia.

Outro trabalho relevante sobre evidencialidade foi desenvolvido por Vendrame (2005), que analisa a evidencialidade em construções complexas em discurso científico primário[17]. Considerando a evidencialidade como uma categoria que aponta para a fonte da informação, mas também traz informação sobre o grau de comprometimento do falante em relação ao enunciado que produz, Vendrame (2005) analisa o comportamento dos predicados verbais que codificam a evidencialidade em construções complexas no gênero artigo científico. Para a análise dos dados, a autora considerou os seguintes grupos de fatores: tipo de fonte (falante ou outra fonte); modo de obtenção da informação (definida, indefinida, domínio comum ou inferida); presença do elemento modal epistêmico; tipo de predicado matriz (atitude, percepção, conhecimento, dizer); função argumental da construção encaixada (sujeito ou objeto); direção argumentativa (confirma a posição do escritor, refuta argumentos presentes no texto, acrescenta informações); e área do saber.

Podemos citar também o trabalho de Lucena (2008), que investiga a manifestação das expressões evidenciais no discurso político. De acordo com a autora, a evidencialidade pode ser definida a partir do tipo de fonte e da natureza da experiência, ou seja, o falante pode apresentar-se ou não como a origem da informação e indicar como obteve o conhecimento.

Quanto ao tipo de fonte da informação, o falante pode optar por explicitar que a informação partiu dele ou que ela é compartilhada por uma coletividade. Se o enunciador apresenta a informação como tendo partido só dele, ou seja, se ele se coloca como a fonte da informação, ele pode ter obtido a informação através de experiência pessoal relacionada aos seus sentidos (*evidencialidade experencial*), por meio de inferências decorrentes de 'pistas' contextuais (*evidencialidade inferida*) ou a informação pode surgir de opinião ou crença do falante (*evidencialidade subjetiva*).

Se a fonte da informação é externa ao falante, ela pode ser explicitada (*definida*) ou pode não ser identificada pelo falante (*indefinida*). O enunciador ainda pode optar por apresentar a informação como um conhecimento compartilhado entre os participantes da interação (*evidencialidade de domínio comum*).

Em relação à evidencialidade de domínio comum, Lucena (2008, p. 43) afirma:

[17] Baseada em Coracini (1991), Vendrame utiliza esse termo para referir-se a artigos de pesquisas científicas destinadas a um público especializado.

> (...) Essa fonte é denominada de domínio comum, tendo por função apresentar a informação como sendo um conhecimento compartilhado pelo falante e seu interlocutor. Embora apresente a informação como conhecida pelos interactantes, essa fonte pode ser considerada como interna ao falante, já que ele integra a coletividade conhecedora da informação, mostra-se como 'porta- voz' dessa informação reportada. (LUCENA, 2008, p. 43)

Outra proposta relevante de pesquisa sobre evidencialidade foi desenvolvida por Carioca (2009). A autora observa e analisa a manifestação da evidencialidade em trabalhos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo e rediscute a relação entre essa categoria e a modalidade. O estudo foi realizado com um *corpus* composto de trinta trabalhos acadêmicos de grau-10 monografias, 10 dissertações e 10 teses - dos quais, foram selecionados para a análise a introdução, um capítulo de fundamentação teórica e a conclusão.

Ao estudar as marcas evidenciais na construção de trabalhos científicos de grau, Carioca mostra que a evidencialidade pode ser utilizada com propósitos diversos, dentre eles, podemos citar, o intuito de recorrer ao chamado "argumento de autoridade" para dar confiabilidade e respaldo ao trabalho; a tentativa de diluir a responsabilidade em relação ao que é dito; a modalização no contínuo entre a certeza e a não-certeza, estabelecendo um grau de comprometimento em relação à verdade enunciada; ou ainda, posicionar-se criticamente em relação à fonte de informação.

Cumpre destacar que Carioca propõe níveis de comprometimento dos autores de textos acadêmicos de grau com o conteúdo dito. Segundo ela, quando o autor quer revelar um alto comprometimento com a informação transmitida, ele se apresenta como fonte; caso sua intenção seja produzir um efeito de médio comprometimento, ele mostra que não é a única fonte da informação, ou seja, ele revela que a informação não partiu apenas dele; mas, se ele quer se distanciar mais ainda do que é expresso, ele cita outra fonte como sendo responsável pelo discurso. Como podemos verificar no quadro apresentado pela autora:

ESTRATÉGIA DISCURSIVA	EFEITO DE SENTIDO
O produtor textual revela que a fonte da informação é ele próprio.	Alto comprometimento
O produtor textual revela que a fonte da informação não é só ele.	Médio comprometimento
O produtor textual revela que a fonte da informação não é ele.	Baixo comprometimento

Quadro 6: Obtenção do efeito de sentido no uso da marca evidencial (CARIOCA, 2009, p. 143)

Em nossa pesquisa, também consideramos que os efeitos de sentido decorrentes do uso das expressões evidenciais e modalizadoras epistêmicas podem ser considerados em níveis de comprometimento. Porém, diferentemente do que propõe Carioca, entendemos que, ao citar uma fonte externa definida, o autor do texto científico não está apenas apresentando a fonte das ideias que veicula, mas, de certa forma, também manifesta sua adesão ao pensamento da fonte citada, mesmo que não seja de forma explícita. Resultado desse pensamento é a reformulação da proposta de Carioca no que tange ao nível de envolvimento, pois acreditamos que, mesmo citando outra fonte, o escritor não se distancia totalmente da informação transmitida, antes, manifesta um efeito de médio comprometimento. (Voltaremos a essa discussão no capítulo referente à metodologia).

Outro aspecto ressaltado na pesquisa de Carioca é o caráter argumentativo do discurso científico. Segundo a autora, a "maneira" como o escritor constrói o discurso na interação com o leitor é que possibilita a adesão do conteúdo comunicado. Essa "maneira" se manifesta através dos recursos linguísticos utilizados e revela uma estratégia discursiva empregada pelo escritor desse gênero para dizer o que diz.

Para nossa análise, consideraremos apenas as marcas explícitas presentes nos enunciados, bem como sua subclassificação e sua relação com a modalidade epistêmica ao gerar um efeito de (des)comprometimento no gênero artigo científico.

4.2 Modalidade epistêmica e evidencialidade: estratégias de (des)comprometimento

Entendemos juntamente com Galvão (2001) que as qualificações evidenciais e modais epistêmicas atuam no nível interpessoal da linguagem, pois contribuem para a expressão de (des)comprometimento de autores de artigos científicos com os conteúdos veiculados.

Para a discussão sobre a relação entre a modalidade e o nível de comprometimento do falante, faremos referência à Thompson (1996). Nessa pesquisa, tomando por base o estudo realizado por Halliday (1994), a autora mostra que é possível indicar valores escalares para o comprometimento (alto, médio ou baixo). Tal escala pode ser observada no quadro a seguir, ilustração fornecida pela autora:

GRAUS DE COMPROMETIMENTO	CATEGORIA MODAL MODALIZAÇÃO
ALTO	I shall NEVER be happy again.(Eu nunca mais serei feliz)
MÉDIO	They SHOULD be back by now.(Eles deveriam estar de volta agora)
BAIXO	I MAY be quite wrong.(Eu posso estar um tanto errado)

Quadro 7: Escala de comprometimento (THOMPSON, 1996, p. 37)

Como podemos observar no quadro anterior, a autora verifica a existência de uma escala de comprometimento para os modais em inglês, em que cada item selecionado pode, de acordo com o contexto do discurso e as intenções comunicativas do falante, exercer um efeito de baixo, médio ou alto comprometimento.

Como sugerem Dall'Aglio Hattnher *et al* (2001), acreditamos que os domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica estabelecem o grau de engajamento do falante com a informação, por isso, analisamos as marcas evidenciais e modais epistêmicas na construção de um menor ou maior comprometimento com a informação veiculada.

Cada uma das estratégias de comprometimento (alto, médio e baixo) empregadas pelo uso da evidencialidade ou da modalidade epistêmica exerce no discurso científico uma função de argumentação, ou seja, estabelece o grau de adesão do autor do artigo com o

conteúdo comunicado. Considerando que um autor de artigos científicos busca persuadir o leitor acerca da relevância de sua pesquisa e, para isso, argumenta e expõe seu ponto de vista, procuramos relacionar o uso de expressões evidenciais e modais epistêmicas com o grau de distanciamento do autor em relação ao conteúdo do que diz para garantir o efeito de objetividade, como sugerem os manuais de metodologia científica.

4.3 Síntese

Neste capítulo, definimos a evidencialidade com um domínio que, além de indicar a fonte da informação, também marca o grau de comprometimento do falante com a informação veiculada. Discutimos as propostas tipológicas desenvolvidas por Willet (1988), Galvão (2001), Anderson (1986), De Hann (1997a), Gonçalves (2003), Nuyts (1993), Dall'Aglio Hattnher (1995, 2001), Hengeveld (1988, 1989), Vendrame (2005), Lucena (2008) e Carioca (2009) para o estudo da evidencialidade.

Discutimos a relação entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica, salientando a dificuldade de delimitação entre esses domínios. Admitimos que a modalidade epistêmica e a evidencialidade são domínios distintos, mas, no plano conceitual, a evidencialidade é superior à modalidade epistêmica, visto que toda qualificação modal só pode ser realizada a partir de uma evidência (NUYTS, 1993). Dessa forma, a evidencialidade é tratada nessa pesquisa em sentido amplo, sendo capaz de indicar a origem da informação e evidenciar o grau de responsabilidade do falante com o que é dito.

A partir do estudo realizado por Thompson (1996), acreditamos que seja possível estabelecer uma noção escalar para o nível de comprometimento do escritor de artigos científicos com a informação veiculada, por isso, propomos estratégias de alto, médio e baixo comprometimento. Em artigos científicos, o uso de expressões evidenciais e modais epistêmicas constitui verdadeira estratégia de persuasão, pois, na tentativa de fazer o público leitor assumir a verdade do dito, o autor pode comprometer-se mais ou menos com a informação.

Para possibilitar uma melhor compreensão acerca do uso da evidencialidade e da modalidade epistêmica como estratégias discursivas na construção dos textos científicos, julgamos ser necessário conhecer as características constitutivas do discurso científico, por isso, na seção seguinte, apresentamos e discutimos tais características.

5 CARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO

O discurso é aqui entendido, de maneira geral, como qualquer forma de comunicação oral ou escrita estabelecida através de normas linguísticas e pragmáticas configuradas por membros de uma determinada comunidade discursiva (CD) [18].

Hyland (2000) propõe o conceito de "Cultura Disciplinar" como alternativa ao conceito de CD. Para o autor, uma CD não pode ser vista como uma realidade homogênea e estável, mas deve ser compreendida como um espaço capaz de abrigar uma pluralidade de crenças e práticas, por isso, os indivíduos e o grupo, de maneira geral, podem inovar suas práticas, contanto que não coloquem em risco o engajamento em ações comuns.

O conceito de cultura disciplinar tem importância fundamental para compreendermos o caráter interativo da produção acadêmica. Hyland salienta que os gêneros científicos revelam um acordo entre os membros da comunidade; por isso, ao produzir um texto acadêmico, o autor pressupõe a presença de um leitor que faz parte de uma comunidade discursiva, capaz de aceitar ou refutar as informações estabelecidas pelo pesquisador, e tenta persuadi-lo a aceitar suas considerações. Essa interatividade pode ser observada em Maingueneau (2001), quando o autor assume que uma das características do discurso é ser uma forma de "ação sobre o outro".

Vale salientar que, para Swales (1990), os membros experientes da comunidade discursiva buscam constantemente instruir os membros novos sobre as tradições e as práticas discursivas mais apropriadas para interagir e serem aceitos pela comunidade. Dessa forma, vemos que os membros iniciantes devem adequar-se às regras estabelecidas pela comunidade discursiva para garantir a aceitação de sua pesquisa. Por isso, ao produzir textos que circulem na comunidade científica, o sujeito precisa "fazer ouvir a sua voz e, se possível, torná-la a voz da coletividade" (CORACINI, 1991, p.14). Em outras palavras, ele precisa conquistar seu espaço, construindo a identidade de um pesquisador capaz de contribuir para o desenvolvimento dos estudos na área de que deseja fazer parte.

Existe uma concepção tradicional da ciência, disseminada pelos manuais de metodologia científica e assumida pela maioria dos cientistas, que indica ser a ciência um

[18] Comunidade Discursiva é um dos conceitos mais polêmicos da teoria de Swales (1990). A concepção foi revisada em trabalhos posteriores e ,em 1998, o autor estabelece a noção de "comunidade local" como um grupo de pessoas que possuem objetivos comuns relativamente estáveis, pois ao mesmo tempo em que há uma certa estabilidade nos objetivos,esses podem sofrer alterações. Com esse novo posicionamento, o autor admite que uma CD comporta a tensão e a divergência entre seus membros.

saber “objetivo”. Essa objetividade é caracterizada pela busca de uma descrição apurada do que o objeto pesquisado é. Dessa forma, os fatos são vistos como independentes da opinião, da crença ou da formação cultural do cientista. Como constata Chalmers (1993):

> Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação ou experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente (p. 23).

Nessa concepção, a verdade dos fatos só poderia ser alcançada através das experiências sensoriais (método indutivo). Segundo o autor, essa é a noção mais aceita no senso comum a respeito do que vem a ser ciência. Talvez, por que o saber científico tenha sido construído ao longo dos séculos para tratar daquilo que é empírico, mensurável, testável. O papel do cientista, nessa perspectiva, é observar e descrever sem tomar posição, sem colocar-se enquanto sujeito.

Atualmente, vivenciamos uma desconstrução desse conceito tradicional de ciência e de objetividade científica, sendo cada vez mais frequente o uso da expressão “construção do objeto”. Ora, se o objeto de estudo é construído, o pesquisador assume uma postura ativa na formulação do conhecimento, tal como nos apresenta Coracini (1991):

> Retomando a definição inicial extraída de Alves (1984), pode-se afirmar que o objetivo da ciência tem sido, não ‘descobrir’, mas construir o conhecimento com base na sistematização, na organização dos fatos que se entrelaçam e se relacionam. Captar essas relações é tarefa do cientista que, inserido num determinado contexto histórico-social, partilha com outros cientistas a crença num paradigma, em normas prescritivas que lhe possibilitam ‘ver’ desta ou daquela maneira os fatos, os seres, os fenômenos naturais (p. 27).

A partir do texto citado, podemos observar que a objetividade não é resultado de uma atitude imparcial ou impessoal, pois o sujeito do discurso científico, embora utilize métodos preconizados pela comunidade discursiva da qual faz parte, também não deixa de observar e interpretar os fatos mediante características pessoais, idéias que ele tem sobre o que seja fazer ciência e perspectivas próprias na maneira de ‘ver’ o objeto.

Se entendemos que a "todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia[19], na acepção mais ampla do termo" (KOCH, 1993, p. 19), então, o discurso científico não escapa a essa característica. Reforça essa afirmação o fato de o discurso científico ser uma construção humana e, consequentemente, política, portanto, não pode ser neutro. Como nos adverte Demo (1989, p. 19), "ideologia mais inteligente é a que se traveste de ciência". O autor ainda nos mostra que a ciência está cercada de ideologia, visto que não há neutralidade absoluta, assim como não se faz ciência sem interesses sociais.

Na prática, o que ocorre no discurso científico é que o pesquisador utiliza uma estratégia de distanciamento para controlar sua ideologia. Segundo Althusser (1969, p. 97) "é o conhecimento científico responsável por nos conscientizarmos que sempre imaginamos estar fora da ideologia, quando na verdade estamos sempre dentro dela", pois todo discurso é instituído através de e sob uma ideologia, sendo que o ato discursivo não existe sem sujeito e este, enquanto ser social, não pode ser concebido destituído de uma ideologia.

Ao produzir um discurso, o homem utiliza a linguagem não apenas para veicular uma informação, mas, principalmente, para interagir socialmente, para agir sobre o outro, logo, a base da interação entre falante/escritor e ouvinte/leitor é fundamentalmente argumentativa. Ao assumirmos esse posicionamento, estamos enfatizando que, na interação verbal, falante e ouvinte exercem influência um sobre o outro, pois "falar é trocar, e é mudar trocando" (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, p. 54).

Charaudeau (2006) destaca o uso de "máscaras" na interação comunicativa, pois o falante utiliza a imagem que julga mais apropriada para persuadir o ouvinte e, este, por sua vez, também pode fazer uso de outra máscara na tentativa de influenciar o enunciador. Como o texto científico é normalmente entendido como um discurso objetivo e imparcial, por isso, eficiente e rigoroso, percebemos que é comum o uso de estratégias que procuram "mascarar" a subjetividade do autor. Como bem nos alerta Coracini (1991, p. 113), o discurso científico não escapa à manifestação da subjetividade, pois, mesmo que procure 'fazer crer' na imparcialidade e neutralidade, o enunciador "assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere".

Salientamos, então, que, na esfera do discurso científico, o caráter argumentativo do texto fica um pouco mais velado em nome da "objetividade" e da "neutralidade", mas, de fato, é indiscutível a base argumentativa que envolve o texto científico.

[19] O termo ideologia deve ser entendido não como mero conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas de um indivíduo ou de um grupo, mas como "sombra inevitável do fenômeno do poder" (cf. DEMO, 1989, p. 19).

Segundo Perelman e Olbrechts-tyteca (2002, p. 50), o objetivo da argumentação não é provar a verdade da conclusão a partir de premissas, mas possibilitar a "adesão dos espíritos" às teses apresentadas, ou seja, o falante constrói seu texto visando a conseguir a aprovação de um público. De acordo com os autores, a argumentação é mais eficaz quanto mais intensa é a adesão do público, de maneira que provoque no(s) ouvinte(s) a ação pretendida pelo enunciador ou, pelo menos, crie em seu interlocutor a disposição para a ação. É, portanto, em função do público que o falante desenvolve suas estratégias argumentativas.

O discurso acadêmico pressupõe a apresentação de uma pesquisa sobre um determinado objeto de estudo analisado à luz de uma teoria. Em pesquisa linguística, o objeto de estudo (a linguagem) se confunde com o próprio instrumento de análise. Como mostra Rajagopalan (2003, p. 23):

> O que torna a linguística um caso à parte é que, na tentativa de compreender seu objeto de estudo, a linguagem, ela é obrigada a proceder valendo-se enquanto instrumento de análise, do objeto mesmo, isto é, da própria linguagem- o que não acontece num campo do saber como, por exemplo, a botânica, onde o pesquisador estuda a flora e recorre à linguagem para descrever o seu objeto de estudo e posteriormente documentar e divulgar os resultados.

O autor relaciona a questão ética à produção do saber e afirma que para entender a Linguística como uma prática social é preciso sair do terreno da epistemologia do saber e adentrar no campo da sociologia do conhecimento.

A respeito da responsabilidade do pesquisador, Rajagopalan (2003) adverte que seria ingênuo pensar que o único compromisso do cientista é com a verdade dos fatos. O objetivo do cientista não reside no "bom samaritanismo acadêmico[20]", mas avança o campo da ciência para englobar a responsabilidade social. Essa discussão conduz a uma reflexão acerca da aceitação de um posicionamento crítico e ético do especialista, pois, como afirma o autor:

> (...) estamos lidando não com a questão de como o saber caminha rumo à verdade das coisas, não obstante os percalços frequentes, e sim com a questão de como os pesquisadores que compõem determinada comunidade científica organizam sua própria conduta, disciplinando seus membros, impondo limites a sua liberdade de ação e de pensamento, enfim, decidindo de antemão quais as perguntas procedentes que podem ser levantadas (p. 47).

Na tentativa de persuadir o público leitor acerca da veracidade de sua pesquisa, o cientista faz escolhas que evidenciam a subjetividade do pesquisador. A questão da escolha

[20] De acordo com essa visão, o pesquisador deveria descrever objetivamente o que ele estuda, sem omitir dados e indicando todas as fontes que inspiraram a pesquisa.

não está relacionada apenas à seleção das expressões linguísticas utilizadas pelo autor, mas até mesmo a sua opção teórica. Como nos lembra Rajagopalan (2003), a atividade de formular teorias é uma prática social. Ou seja, no âmbito acadêmico, a elaboração de uma teoria é feita por um indivíduo que faz parte de uma comunidade discursiva específica e carrega certos interesses. A esse respeito o autor comenta:

> As pessoas reagem umas às outras e propõem suas teorias, atentando a certos interesses, muitas vezes ignorados por elas mesmas. Se concordamos que a confecção de teorias é uma atividade que se processa sob determinadas condições sociológicas muito precisas, não há como não aceitar também a consequência de que elas reflitam, ainda que de forma sutil, os anseios e as inquietações que movem aqueles que estão por trás daquelas reflexões teóricas (p.20,21).

Vale ressaltar que a ciência não deve ser considerada como uma verdade universal, inquestionável, mas, pelo contrário, o que estabelece a riqueza do fazer científico é justamente sua discutibilidade, pois, conforme Demo (1989, p. 26) "somente pode ser científico, o que for discutível". Ainda segundo o autor, uma ideologia pode ser defendida cientificamente se for discutível, quer dizer, "desde que recorra a argumentos, seja competente em termos formais, a par de disputar posições de poder" (p.27).

Como o discurso científico tem como característica constitutiva o recurso ao chamado "argumento de autoridade", cumpre esclarecer que "não se pode desconhecer o fenômeno constante de que a evocação de certas autoridades desperta imensa respeitabilidade" (DEMO, 1989, p. 41), ou seja, o discurso científico estabelece um espaço de poder por meio da citação de um especialista da área. Vemos que a autoridade do pesquisador citado fundamenta-se na competência que ele detém sobre uma determinada área do saber e revela uma estratégia de persuasão e conquista do público especializado.

Visto que o discurso científico pode realizar-se por meio de diferentes gêneros discursivos[21] (resenhas, monografias, teses, dissertações, etc.), tomaremos como objeto de pesquisa o artigo científico, que passamos a caracterizar na subseção seguinte.

[21] Conforme Bakhtin (1997), gêneros são tipos de enunciados relativamente estáveis sempre relacionados a uma esfera da atividade humana, logo, são fenômenos históricos vinculados à cultura de um povo. O autor faz distinção entre gêneros primários e secundários. Os primários são aqueles gêneros mais próximos do cotidiano dos indivíduos, por isso, são mais simples. Os gêneros secundários são mais complexos e mais evoluídos do que os gêneros primários. Vale ressaltar que nessa classificação proposta por Bakhtin o artigo científico deve figurar entre os gêneros secundários.

5.1 O artigo científico

O artigo científico (ou acadêmico) é um dos gêneros mais recorrentes na comunidade acadêmica para a produção e divulgação do conhecimento. Esse gênero é produzido por cientistas especialistas para a divulgação de conhecimentos gerados em pesquisas e destinado a um público especializado. Segundo Motta-Roth (2001, p. 39), o objetivo básico de um artigo acadêmico é reportar um estudo. No entanto, a autora esclarece que, para a informação circular no meio acadêmico, é preciso que o leitor esteja convencido da validade e relevância da pesquisa apresentada. Isso deixa claro que um texto científico tem caráter argumentativo e estabelece um espaço de negociação entre pares e de construção de posicionamentos. Hyland (2005) assume essa posição ao afirmar que os acadêmicos não são meros produtores de textos que representam uma realidade externa, mas são sujeitos que usam a linguagem para reconhecer, construir e negociar relações sociais, culturais e institucionais.

O artigo científico, por ser destinado a um público especializado, conhecedor das metodologias e práticas compartilhadas pelos membros da comunidade, apresenta uma linguagem mais técnica e específica, por isso, ele se diferencia dos artigos de divulgação científica. Estes são destinados a um público leigo e apresentam uma linguagem mais simples na tentativa de popularizar o conhecimento científico. De acordo com Zamboni (2001), o artigo científico e o artigo de divulgação científica são entidades diferentes porque se desenrolam em cenários enunciativos específicos, cujos lugares de "emissão" e "recepção" não são ocupados pelos mesmos participantes. Dessa forma, se o mesmo sujeito faz um artigo para publicar em periódico da área e um para divulgação em revista não-especializada, naquele ele exerce o papel de cientista e escreve para um público especializado (detentor de conhecimentos específicos), enquanto nesse ele assume a função de divulgador da ciência, tendo agora um público leigo em matéria de ciência, ou, pelo menos, leigo naquela área específica.

Para que o autor de artigo científico alcance seu objetivo de convencer o público especializado da validade e do rigor da pesquisa relatada, é importante que ele construa seu texto em interação com os leitores. Isso significa que, ao produzir um texto científico, o falante/autor deve considerar o conhecimento pragmático do ouvinte/leitor e este, por sua vez, deve reconstruir as intenções comunicativas do falante, expressas através de elementos linguísticos, e decidir quanto a aceitar ou não as informações transmitidas.

Desse modo, fica evidente que o artigo científico é perpassado por uma heterogeneidade e que a sua constituição é realizada levando-se em consideração as

estratégias utilizadas pelo escritor para convencer seus possíveis leitores. Podemos afirmar, então, que um texto científico tem caráter dialógico. Para Bakhtin (2004), o "diálogo" não deve ser entendido, no sentido estrito do termo (como uma interação face a face), mas como toda e qualquer interação verbal, caracterizada como um terreno comum do falante/escritor e do ouvinte/leitor. Logo, o falante enuncia algo pressupondo a existência de um ouvinte capaz de estabelecer uma atitude responsiva[22].

Podemos entender a heterogeneidade como um recurso argumentativo do texto científico (CORACINI, 1991). Vale ressaltar que, segundo Authier-Revuz (1982), a heterogeneidade pode ser entendida em dois sentidos: em sentido amplo e em sentido estrito. O primeiro sentido revela ser a heterogeneidade uma característica constitutiva de todo e qualquer discurso, ou seja, em todo discurso, há sempre a presença do Outro. Essa primeira concepção do termo está relacionada ao dialogismo de Bakhtin e não tem manifestação linguística, estando implicitamente no discurso.

A heterogeneidade em sentido estrito (ou marcada) pode ocorrer de forma explícita ou implícita, sendo mais comum sua marcação explícita através de discurso relatado, aspas, referência entre parênteses, etc. Em artigos científicos, o uso das aspas, a referência entre parênteses, a indicação de fonte definida de terceira pessoa como sujeito da oração, bem como o uso de referências genéricas mostram a presença do outro no discurso do sujeito. Mas é importante esclarecer que essas manifestações linguísticas citativas constituem uma estratégia a favor da credibilidade e da própria cientificidade. Conforme salienta Coracini (1991, p. 170):

> Embora tais citações e referências explícitas constituam, na forma, verdadeiros discursos relatados, parece-me que a presença do componente intencional, subjacente e orientador do discurso, leva a extrapolar o simples relato: seja para confirmar e reforçar as próprias opiniões ou resultados obtidos, seja para confrontar, se opor, mostrar as desvantagens do outro a favor do seu próprio ponto de vista, a intenção parece ser a mesma: mostrar a importância e a pertinência da própria experiência, situá-la no conjunto de pesquisas da mesma área, enfim, conseguir a adesão do outro (leitor-cientista) à própria tese.

Esse ponto de vista defendido por Coracini é de importância fundamental para entendermos a natureza argumentativa do discurso científico e os efeitos de sentido decorrentes do uso das expressões evidencias em artigos científicos, pois, em nossa análise (cf. seção 7.3 da dissertação), percebemos que, ao citar uma fonte externa definida, o autor do artigo não imprime um baixo comprometimento com a informação veiculada, antes, atenua

[22] A responsividade deve ser entendida como uma resposta ao discurso. Na interação verbal, o ouvinte/leitor não assume uma atitude passiva, antes, "se torna falante". (BAKHTIN, 1997).

sua responsabilidade sobre o dito, mas nem sempre se afasta completamente do conteúdo asseverado.

Embora não constitua uma característica específica do texto científico, a intertextualidade e a interdiscursividade também permeiam o fazer acadêmico. No entanto, estabelecer a distinção entre uma e outra não é tarefa fácil. De maneira geral, podemos caracterizar a intertextualidade como a relação estabelecida entre texto e enunciado, assim um texto é um espaço de combinação de vários fragmentos de textos. O interdiscurso, por sua vez, pode ser definido como uma rede de trocas na qual diferentes discursos se constituem (MUSSALIM, 2001).

Podemos entender que, seja através da intertextualidade, da interdiscursividade, do dialogismo ou de qualquer outro recurso linguístico, todo texto, seja ele oral ou escrito, tem como característica a *interatividade*. Conforme Maingueneau (2001, p. 54):

> "(...) Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma *interatividade* constitutiva (fala-se também de *dialogism*o), é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciado e com relação à qual constrói seu próprio discurso."

A comunicação científica que se estabelece na produção e disseminação do conhecimento é uma prática discursiva convencionalizada pela comunidade científica. A academia é a entidade que detém o poder e dita as regras, determinando os critérios que devem ser seguidos pelos cientistas, tais como coerência, consistência, impessoalidade, objetividade.

Considerando que, dentre essas convenções, está a busca pelo efeito de objetividade, parâmetro disseminado pelos livros de metodologia científica, analisaremos as marcas evidenciais e modais epistêmicas que possibilitam ao autor desse gênero se distanciar e atenuar sua responsabilidade sobre o dito.

5.2 Síntese

Ao longo deste capítulo, caracterizamos o discurso científico apresentando suas principais características para, a partir delas, interpretar a manifestação da evidencialidade e da modalidade epistêmica em artigos científicos. Iniciamos a discussão em torno da noção de

ciência por acreditarmos que, para compreensão dos processos de produção de um gênero da comunidade acadêmica, é imprescindível reconhecer as crenças dessa comunidade sobre a construção da cientificidade. Dessa forma, discutimos conceitos como os de objetividade e neutralidade, tão comumente divulgados pelos livros de metodologia científica como características essenciais dos textos científicos. Também salientamos que o dogma não deve constituir a ciência, pois o discurso científico é sempre discutível no sentido de que toda pesquisa científica sempre pode ser questionada, pois os resultados não são definitivos. Mas, diferente do que possa pensar um leigo, esse caráter não definitivo é que possibilita a discussão que se estabelece na comunidade científica.

Admitindo que o discurso científico se institui como um espaço de interação e negociação entre os pares, mostramos que, embora os manuais de metodologia procurem caracterizar o discurso científico como objetivo, imparcial e neutro, a natureza argumentativa é elemento constitutivo desse discurso. O cientista, ao produzir seu texto, seleciona a teoria que regerá sua análise e escolhe as expressões que utilizará tendo em vista persuadir a comunidade discursiva acerca da veracidade de sua pesquisa. Vimos que essas atitudes tomadas pelo pesquisador revelam a subjetividade do cientista, que "esconde" ou "mascara" seu posicionamento, muitas vezes, se distanciando do conteúdo transmitido na busca da tão almejada "objetividade".

Feitas essas considerações a respeito do discurso científico, passamos a apresentação da constituição e delimitação do *corpus*, bem como dos processos metodológicos seguidos e das categorias de análise postuladas.

6 METODOLOGIA: CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

6.1 Constituição e delimitação do *corpus*

Para a análise da modalidade epistêmica e da evidencialidade como marcas de (des)comprometimento dos autores de artigos científicos, partimos da concepção funcionalista da linguagem. Nesta, a língua não é entendida como um objeto autônomo, mas como um sistema que sofre pressões da situação comunicativa. Dessa forma, uma investigação funcionalista parte da análise das expressões em uso buscando entender o funcionamento da língua, pois é no uso que as expressões adquirem sentido e é no uso também que a língua revela sua recursividade, sua possibilidade de assumir diferentes funções a depender da situação comunicativa, do propósito do falante, do seu interlocutor, etc. Esta opção teórica tem, obviamente, implicações metodológicas, pois assumi-la significa estabelecer como devem ser compreendidos e interpretados os fenômenos investigados.

Nesta dissertação, partindo da concepção funcionalista da linguagem, a investigação será feita a partir da língua em uso, logo, iniciamos organizando um *corpus* de ocorrências efetivamente observadas em contexto real de comunicação: a interação que ocorre entre os membros da comunidade científica através da publicação de artigos científicos em anais de eventos que promovem o diálogo entre pesquisadores, professores e alunos.

Nosso *corpus* é formado de nove artigos científicos. A delimitação dos artigos que compõem esse *corpus* foi realizada a partir de alguns critérios estabelecidos:

1. área do evento;
2. ano de publicação dos anais;
3. titulação do autor do artigo;
4. número de páginas.

Como não temos a pretensão de verificar o condicionamento de diferentes áreas em relação ao fenômeno investigado, decidimos selecionar artigos publicados em anais de

eventos de uma única área: a Linguística. Vale salientar que, embora os eventos sejam da área de Linguística, é comum a apresentação de trabalhos de áreas afins desde que tenham alguma relação com o tema ou subtemas do evento. Esta interdisciplinaridade explica por que algumas ocorrências revelam, por exemplo, uma análise de obras literárias (cf. anexo: referências dos artigos científicos coletados) e não especificamente de fenômenos linguísticos.

Após decidirmos que os anais seriam retirados de eventos ocorridos na área de Linguística, delimitamos o período de publicação desses anais; assim, foram selecionados anais publicados nos anos de 2008 e 2009. Os anais escolhidos foram os seguintes:

1. anais da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), especificamente, do VI Congresso Internacional, realizado em João Pessoa (PB) em 2009;

2. anais do Encontro Internacional de Texto e Cultura, realizado na Universidade Federal do Ceará no período de 2008 e publicado em 2009;

3. anais da ABRALIN EM CENA PIAUÍ, realizado em 2008 na Universidade Federal do Piauí.

4. anais do I SIMELP (Simpósio Nacional de Estudos de Língua Portuguesa), realizado em setembro de 2008, com sede na Universidade de São Paulo.

Em seguida, partimos para a escolha dos artigos que seriam selecionados em cada um desses anais. Um dos critérios decisivos para essa seleção foi a titulação do produtor do artigo, pois optamos por tentar homogeneizar a amostra no que concerne ao grau de formação dos autores. Dessa forma, todos os artigos selecionados foram escritos por Mestres. Esse critério foi estabelecido para tentar verificar alguma padronização no que diz respeito ao uso da evidencialidade e da modalidade epistêmica por autores de artigos científicos destinados a um público específico. Para verificar a titulação dos autores fizemos uma pesquisa no currículo lattes, disponível na plataforma Lattes[23].

É importante esclarecer que não foram selecionados para essa pesquisa artigos

[23] A plataforma Lattes é um sistema utilizado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para disponibilizar publicamente, através do endereço http://lattes.cnpq.br/, um banco de dados de currículos, de instituições e de grupos de pesquisa das áreas de Ciência e Tecnologia. Tendo em vista sua credibilidade e riqueza de informações, atualmente, o currículo lattes tem grande importância não apenas para as ações realizadas pelo CNPq, mas por várias agências de fomento do país. Em nossa pesquisa, recorremos ao currículo lattes de cada pesquisador para verificar a formação dos autores dos artigos selecionados para a análise.

científicos escritos em co-autoria. Essa decisão partiu da nossa tentativa de homogeneizar a amostra quanto ao nível de formação dos escritores, pois, caso considerássemos artigos escritos em co-autoria seria bem mais difícil equiparar a titulação dos autores.

Tendo em vista que cada um dos artigos varia muito em quantidade de páginas, decidimos homogeneizar a amostra também no que respeita ao número de páginas por período, logo, consideramos o total de 50 páginas para o ano de 2008 e 50 páginas para o ano de 2009, ou seja, cerca de 10 páginas por artigo. Essa atitude busca garantir um equilíbrio na extensão dos textos selecionados. Optamos pela análise da evidencialidade e da modalidade epistêmica como domínios funcionais indicadores do nível de comprometimento do falante em artigos científicos por pressupormos que, em tal gênero, poderemos encontrar várias marcas dessas categorias, pois os autores desse tipo de texto devem supostamente utilizar expressões que, ao mesmo tempo em que indiquem diferentes fontes da informação, revelam menor grau de subjetividade, conforme prescrição dos manuais de metodologia científica.

Após selecionarmos os artigos científicos de cada um dos anais anteriormente citados, utilizamos uma notificação própria para os artigos (A1 a A9) indicando o número da ocorrência em cada um deles (01, 02, 03, ...) e o número em relação ao *corpus* total coletado nesta pesquisa. Vejamos o exemplo:

A7-02-286

Essa expressão indica que, na codificação dos dados, a ocorrência 286 do *corpus* foi a segunda ocorrência verificada no artigo 07 da área de Linguística. Após a constituição e delimitação do *corpus*, passamos para as análises qualitativa e quantitativa.

6.2 Procedimentos metodológicos: análise quantitativa

Para a análise quantitativa das expressões evidenciais e modais epistêmicas (indicadoras do nível de comprometimento do produtor textual em relação aos conteúdos veiculados) utilizadas pelos autores nos artigos científicos, usamos o programa computacional SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*- Pacote Estatístico para as Ciências Sociais) em sua versão 7.5.1. A primeira versão do SPSS é de 1968, e é uma das ferramentas de análise estatística mais utilizada nas Ciências Sociais. Esse programa computacional faz a verificação de frequência absoluta e o cruzamento de categorias de análise. Além disso, o

programa também possibilita que os dados estatísticos sejam transformados em representações gráficas.

O uso de um programa computacional capaz de fazer uma verificação precisa da frequência das categorias de análise, bem como de possibilitar o cruzamento dessas categorias, serve de base para uma análise qualitativa mais rica, visto que a análise quantitativa fornece resultados percentuais que podem acarretar uma reflexão do pesquisador sobre o uso que os falantes fazem das expressões linguísticas em contextos específicos da comunicação.

6.3 Procedimentos metodológicos: análise qualitativa

Como foi dito anteriormente, a análise qualitativa foi realizada levando-se em consideração os pressupostos teóricos do Funcionalismo linguístico; logo, toda a discussão que segue no capítulo referente à descrição e análise das manifestações evidenciais e modais epistêmicas é feita tendo como base a situação comunicativa inteira: os participantes envolvidos na interação, o propósito de fala e o contexto discursivo. As análises aqui propostas procuram flagrar o uso que os falantes fazem da evidencialidade e da modalidade epistêmica em contexto real de comunicação (a interação estabelecida através da publicação de artigos científicos em anais de encontros) na tentativa de entender o funcionamento dessas categorias, tendo em vista os efeitos de sentido que podem surgir através das escolhas realizadas pelos autores dentro do conjunto de possibilidades que a língua dispõe.

Para analisar qualitativamente os dados, postulamos algumas categorias de análise, considerando três aspectos: sintático, semântico e pragmático-discursivo. Lembramos que essa separação entre os níveis é apenas metodológica, visto que, para compreendermos e analisarmos os fatos da língua à luz do Funcionalismo, devemos considerar que os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes.

6.3.1 Categorias de análise

É importante esclarecer nesta parte da metodologia que as categorias de análise que serão apresentadas visam a dar conta de dois domínios: a evidencialidade e a modalidade

epistêmica; por isso, muitas dessas categorias são aplicadas apenas a um ou a outro domínio. Nas subseções seguintes, passamos a exemplificar os parâmetros postulados para a análise.

6.3.1.1 Aspectos sintáticos

A evidencialidade é uma categoria que indica a fonte de uma informação, mas também revela o grau de (des)comprometimento do falante com o conteúdo veiculado. A manifestação da evidencialidade, em português, pode ocorrer através de diferentes meios linguísticos: *verbo, [24]substantivo, adjetivo, advérbio* e *preposição.* Exemplificamos a seguir cada uma das marcas encontradas em nosso *corpus*:

(14) Analisando a tabela dois, feita após a análise da LF na novela Duas Caras exibida às 21h, **percebe-se** que o uso do clítico na LF da referida novela é mínimo, pois ocorreu apenas 01 vez.
A6-52-274

(15) Esse autor, **levando em conta** o postulado funcionalista que aborda a língua como uma "competência comunicativa" (SOUZA, 2003, p. 39), assinala ser a sintaxe funcional caracterizada pela abrangência de três ramos [...].
A1-34-34

(16) Um outro tipo de relação anafórica, também **apontado por** Milner, tomando como base a língua francesa, é a nominal de sucessão un...le aqui reformulada como anáfora seqüencial i-d, ou seja, o referente vem precedido de artigo indefinido e o item referencidor apresenta-se encetado por um artigo definido, como em (07), nos itens destacados.
A1-57-57

(17) **Obviamente**, a organização retórica não determina a qualidade da produção, mas, na maioria das resenhas analisadas, ela indica a capacidade em textualizar a leitura crítica e o conhecimento do gênero, dialogando com o texto-fonte ao mesmo tempo em que o avalia.
A2-56-124

(18) **Segundo** Sacconi (1990, p.176) a norma culta rejeita construções em que se usam as formas retas pelas oblíquas; assim, aprova apenas: Não a cumprimentei. (E não: Não cumprimentei ela.). Conheço-os todos. (E não: Conheço eles todos.).
A6-40-262

[24] Não há exemplos desse tipo de manifestação evidencial porque em nosso *corpus* não encontramos nenhuma ocorrência expressa através desse meio linguístico. Em Neves (2000), a autora apresenta os seguintes exemplos: "O homem não deve pensar muito, esta é a minha **opinião**"; "Cada folha sulfite dobrada dá **possibilidade** para oito páginas impressas".

Na ocorrência (14), temos o uso de um verbo pleno de cognição (*perceber*) para expressar uma inferência do autor do texto, mas transmitida como sendo de domínio comum, visto que o efeito de sentido que decorre do uso do verbo na terceira pessoa acompanhado pela partícula de impessoalização *se* revela uma tentativa de distanciamento do produtor do texto em relação ao conteúdo inferido. Em (15), a marca evidencial é expressa através de uma construção com verbo-suporte[25] (levar em conta). Esse tipo de construção foi analisada em nossa pesquisa na categoria de verbo pleno. Em (16), o falante opta por indicar uma fonte externa definida fazendo uso de uma marca evidencial adjetiva em sua forma participial ligada a uma ação verbal (*apontado por*). Ao fazer uso da marca evidencial adverbial (*obviamente),* na ocorrência (17), o autor do artigo científico mostra que não tem dúvida sobre o conteúdo asseverado, ou seja, parece que a informação transmitida é uma questão lógica a todos, indiscutível. Já na ocorrência (18), o produtor textual utiliza uma expressão prepositiva (*segundo*) para indicar que a origem do conhecimento é uma fonte externa definida.

Como a análise proposta será realizada em artigos acadêmicos, é importante acrescentar a consideração das *regras da ABNT (Associação brasileira de normas técnicas)* [26]. Esse tipo especial de manifestação da EV caracteriza o discurso acadêmico, visto que há uma série de normas técnicas convencionais para a citação da fonte da informação, tais como notas de rodapé e o uso de expressões latinas (*idem*, *apud*, *etc*.). Vejamos:

(19) A fim de identificarmos quais as relações entre os tipos de discursos mobilizados na canção Berro[27] (1976), composta e gravada por Ednardo, que se inscreve pelo menos na época na qual a canção foi lançada [...].
A9-16-391

(20) Na obra "A hora da estrela", de Clarice Lispector, **apud** Bagno (2004, p.105): Se sei quase tudo de Macabéa é que já peguei uma vez de relance o olhar de uma nordestina amarelada. Esse relance me deu ela de corpo inteiro.
A6-46-268

[25] O conceito de verbo-suporte não é consensual entre os estudiosos da área, mas podemos dizer, de acordo com Neves (2000, p. 53), que "são verbos de significado bastante esvaziado que formam, com seu complemento (objeto direto), um significado global, geralmente correspondente ao que tem um outro verbo da língua".
[26] Carioca (2005) já apresenta esse tipo de marca evidencial em dissertações.
[27] **Berro**
Ednardo
Berro (1976)
Os novos, os novos/ Corações aos pulos/ As novas, as novas/ Transações e sustos/ As velhas câmeras não fotografam minha emoção/ As velhas câmeras não fotografam minha emoção// Sentados num banquinho alto/ Microfone e violão/ Quilografados comportadamente, somos umas vacas/ Retalhados neste açougue, atenção!// Os novos, os novos/ Patins, coxão e filé/ As velhas coisas/ Pelancas, ossos, quem quer?/ Do boi só se perde o berro/ Só se perde o berro e é/ Justamente o que eu vim apresentar/ Justamente o que eu vim apresentar.

Lucena (2008) acrescenta a *justaposição simples* como uma forma de manifestação da evidencialidade. Segundo a autora, esse tipo de expressão da evidencialidade ocorre quando "a marca evidencial é a simples menção da fonte imediatamente antes ou depois de um conteúdo proposicional (p. 67)". A seguir, apresento exemplo do *corpus*:

(21) Essa associação do ensino a questões de ordem social tem promovido, entre outras coisas, um outro olhar acerca da organização tradicional do trabalho escolar, que historicamente tem-se dado por meio das disciplinas **(CHERVEL, 1990; SOARES, 2002a)**, cujo enfoque sempre buscou, acima de tudo, prever a identidade,a autonomia e os objetivos próprios de cada uma delas.
A8-6-307

Quanto às manifestações da modalidade epistêmica, serão observados apenas os mecanismos segmentais lexicais (substantivo, adjetivo e verbo) ou em processo de gramaticalização (verbos auxiliares modais). Vejamos a ocorrência (22) que exemplifica o uso da modalidade epistêmica através de adjetivo em posição predicativa:

(22) No entanto, assentados sobre o princípio da transdisciplinaridade, [...] **é possível** mobilizar intensamente professores e alunos, assim como os diversos recursos didáticos disponíveis e construídos coletivamente.
A8-73-375

Em (23), o autor utiliza um modalizador epistêmico objetivo expresso através de um verbo auxiliar (*poder*) que revela uma avaliação do falante sobre o estatuto de realidade do estado de coisas.

(23) Mattoso Câmara Jr. (p. 95-96) diz que a ausência dos definidos em sentenças era um indicativo para uma referência indefinida,que **podia** ser mais enfática com a presença "do numeral *unus, una* em nova função"[...].
A1-24-24

Outro aspecto sintático que deverá ser analisado é a posição do elemento com função evidencial no enunciado: anteposto, intercalado ou posposto. Dizemos que há anteposição, quando a marca evidencial aparece antes da fonte da informação e do próprio conteúdo proposicional. Se o meio de expressão da evidencialidade ocorre entre a fonte e a informação proposicional, então, dizemos que essa marca evidencial ocupa a posição intercalada. Por fim, se a expressão evidencial aparece depois da fonte e da informação, dizemos que há posposição.

O esquema seguinte resume os aspectos sintáticos que serão analisados:

MEIOS DE EXPRESSÃO	POSIÇÃO DA MARCA EVIDENCIAL NO ENUNCIADO
VERBO PLENO	ANTEPOSTA
VERBO AUXILIAR	
ADJETIVO	INTERCALADA
ADVÉRBIO	
PREPOSIÇÃO	POSPOSTA
JUSTAPOSIÇÃO SIMPLES	
NORMAS DA ABNT	

Quadro 8: Aspectos sintáticos

6.3.1.2 Aspectos semânticos

Como nosso trabalho trata de duas categorias, a evidencialidade e a modalidade epistêmica, é importante esclarecer que os domínios investigados foram: a) epistêmico objetivo; b) evidencialidade subjetiva; c) evidencialidade reportada; d) evidencialidade inferencial; e e) evidencialidade experiencial. Quanto à modalidade epistêmica subjetiva, ela foi tratada como evidencialidade subjetiva. A opção de considerar a modalidade subjetiva como parte da evidencialidade subjetiva resulta da concepção de que a evidencialidade é uma categoria superior à modalidade (Nuyts, 1993), por isso, a distinção entre subjetividade e objetividade (ou intersubjetividade) deve ser discutida dentro do domínio da evidencialidade (DALL'AGLIO HATTNHER *et al*, 2001).

Apesar de considerarmos a evidencialidade e a modalidade epistêmica como domínios distintos, é possível observar que há momentos em que ocorre uma sobreposição

dessas categorias. Nas palavras de Dall'Aglio Hattnher *et al* (2001, p. 138), é possível verificar que:

> [...] na passagem *epistêmico* > *evidencial*, haja um momento de sobreposição desses conceitos, ou seja, devemos considerar que haja manifestações epistêmicas baseadas em evidências (MEEv) e manifestações puramente evidenciais (EV), que não envolvem necessariamente uma avaliação do falante acerca do que ele assevera na proposição.

É provável que essa sobreposição se justifique pelo fato de que, em muitas línguas naturais, o sistema evidencial esteja em processo de gramaticalização, por isso, uma mesma expressão pode codificar a fonte da informação ao mesmo tempo em que marca o grau de certeza do falante sobre o conteúdo veiculado.

a) epistêmico objetivo

Tomaremos como objeto de análise apenas as manifestações da modalidade epistêmica objetiva expressas por meio de verbos modais (*dever, poder*) e adjetivos em posição predicativa (*é provável, é possível*) que, em graus variados, situam-se na escala de *possibilidade* (certo>provável>possível>improvável>impossível).[28] O uso do verbo *poder* na ocorrência (24) revela a avaliação do falante acerca do estatuto de realidade de um estado de coisas:

(24) Naturalmente, o interlocutor/leitor **pode** não deter tais informações o que comprometerá parte de sua compreensão plena do texto.
A1-62-62

b) evidencialidade subjetiva

Este domínio da evidencialidade subjetiva ocorre quando o conhecimento surge de uma opinião ou crença do falante. Neste caso, a evidencialidade "subjetiva" corresponderá ao conceito de modalidade epistemológica subjetiva de Hengeveld (1988, 1989). Vejamos a ocorrência (25):

[28] Neves (1996, p. 177)

(25) Por isso, **acredito** que minha pesquisa possa ser, de alguma forma, considerada como transdisciplinar.
A8-5-306

Em (25), podemos perceber que, ao utilizar o verbo pleno na primeira pessoa do singular, o autor do texto mostra que a informação veiculada (a pesquisa ser considerada como transdisciplinar) é resultado de sua opinião particular, sua crença acerca do que é afirmado.

c) evidencialidade reportada

A evidencialidade *reportada* (ou relatada) ocorre quando a fonte da informação não é o falante (o sujeito enunciador); logo a informação é obtida através de uma fonte externa ao falante. Na ocorrência (26), vemos que o autor do artigo científico faz referência direta ao pensamento de uma fonte externa definida:

(26) **Segundo Marcuschi** (2008), os gêneros textuais, definidos mais pela função do que pela forma, são fenômenos históricos e entidades sócio-discursivas que atuam sobre as atividades comunicativas, as quais eles ordenam e estabilizam.
A2-5-73

Segundo a tipologia proposta por Dall'Aglio-Hattnher (2001), a evidencialidade reportada pode ser subdividida em definida, indefinida e de domínio comum. No entanto, em nossa pesquisa, essa subclassificação proposta pela autora foi considerada como tipos de fonte da informação às quais a evidencialidade reportada pode estar associada. Tal decisão foi realizada por acreditarmos que a definição, a indefinição e a apresentação da informação como um conhecimento compartilhado estão vinculadas ao tipo de fonte que o falante revela como responsável pelo que é dito.

d) evidencialidade inferencial

Se o falante deseja mostrar que a informação foi obtida por meio de inferências decorrentes de "pistas" contextuais, ele utiliza a evidencialidade *inferida.* Como podemos verificar na ocorrência abaixo, o produtor textual revela que a informação é resultado de um

raciocínio lógico, de uma inferência baseada em percepção decorrente da análise das obras de Veríssimo:

(27) Por isso, **percebe-se**, também, um Veríssimo questionador dos moldes de crítica seguidos até então por alguns escritores.
A3-14-149

e) evidencialidade experiencial

Esse tipo de evidencialidade caracteriza uma situação em que a informação foi obtida por meio de experiência pessoal do falante relacionada aos sentidos:

(28) Contudo, já é possível **observar** que a Internet, por outro lado, vem imprimindo um novo modo de veicular a informação, uma vez que sua tecnologia é capaz de reunir recursos variados que lhe permitem operar, ao mesmo tempo, com o texto escrito, som, fotos e vídeos etc.
A8-54-356

Nesta ocorrência, o autor do texto utiliza o verbo "observar" para relatar uma experiência que ele vivencia, ou seja, ele vê que a internet vem mudando a maneira de se veicular informações.

Também classificamos, quanto à natureza semântica da evidência, cada uma das ocorrências coletadas do domínio da evidencialidade, segundo o tipo de fonte da informação. A fonte da informação pode ser o próprio falante, *sujeito enunciador*, ou uma fonte diferente do falante. Se a fonte é externa ao falante, ela pode ser *definida* (a fonte da informação é explicitada pelo falante), *indefinida* (existe, mas não é identificada) ou uma fonte de *domínio comum* (conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte).

a) Fonte sujeito enunciador

Ao fazer uso desse tipo de fonte, o enunciador mostra que ele é o responsável pela informação que está transmitindo. É comum o uso da desinência número-pessoal de primeira pessoa para indicar que a origem da informação é o próprio falante; no entanto, no gênero aqui investigado, esse tipo de fonte é pouco frequente (como veremos no capítulo 7). Vejamos um exemplo em que o sujeito enunciador é a fonte da informação:

(29) Contudo, mesmo lidando com certos construtos de autores da escola francófona, como Schneuwly e Dolz, que adotam a perspectiva dos gêneros textuais, **acredito** que minha pesquisa se aproxime muito mais da teoria dos gêneros discursivos, cujo maior representante é Bakhtin, que tendem a selecionar suas categorias de análise, [..]
A8-28-329

Em (29), o uso do verbo na 1ª pessoa do singular "acredito" evidencia que a fonte da informação é o próprio produtor textual. Nessa ocorrência, vemos que o autor do artigo expressa uma opinião pessoal: sua crença de que sua pesquisa se aproxima mais da teoria dos gêneros discursivos.

b) Fonte externa definida

A fonte da informação é marcada como diferente do falante e ele explicita quem é a fonte responsável pelo conteúdo veiculado. Como vemos na ocorrência (30), o falante opta por atribuir a uma terceira pessoa a responsabilidade pelo que é dito, para isso, apresenta a fonte responsável pelo conteúdo comunicado. Esse uso é bastante recorrente em artigos acadêmicos, visto que é através desse tipo de fonte que o autor do texto científico faz uso do chamado *argumento de autoridade*:

(30) E esse é o objeto de estudo da sociolingüística: a variação lingüística **(MOLLICA, 1992, p. 13)**.
A5-1-201

c) Fonte externa indefinida

A fonte da informação não é o autor do texto (não é de 1ª pessoa) e também não é especificada outra fonte; logo, não sabemos quem é o sujeito responsável pelo conteúdo comunicado. Esse tipo de fonte se assemelha com um boato, uma espécie de rumor sem fonte definida:

(31) [...] Já o enunciado (1d) não é estudado por Bagno, porém **outros estudiosos** o denominam de sintagma nominal repetido como Duarte (1989).
A6-32-254

Ao fazer uso de um pronome indefinido, na ocorrência (31), o autor do artigo científico revela que ele não é a origem da informação, no entanto, prefere não definir quem é o responsável pelo conteúdo veiculado.

d) Fonte de domínio comum

A fonte de domínio comum revela um conhecimento que é compartilhado não só pelo falante/autor do texto e pelo ouvinte/leitor, mas pela comunidade discursiva da qual fazem parte os sujeitos do discurso. Esse tipo de fonte é utilizada pelo autor de artigos científicos como uma estratégia discursiva para fazer crer que a informação transmitida não é só do autor, mas é um saber amplamente conhecido.

(32) Dessa forma, **percebe-se** que os estudos do idealizador da sociolingüística variacionista vão além dos tópicos lingüísticos considerados pela lingüística geral: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica.
A6-9-231

Em (32), ao utilizar um verbo de percepção em terceira pessoa numa voz impessoal, o autor do texto apresenta a informação como sendo compartilhada, logo, qualquer pessoa deve ser capaz de perceber a informação inferida.

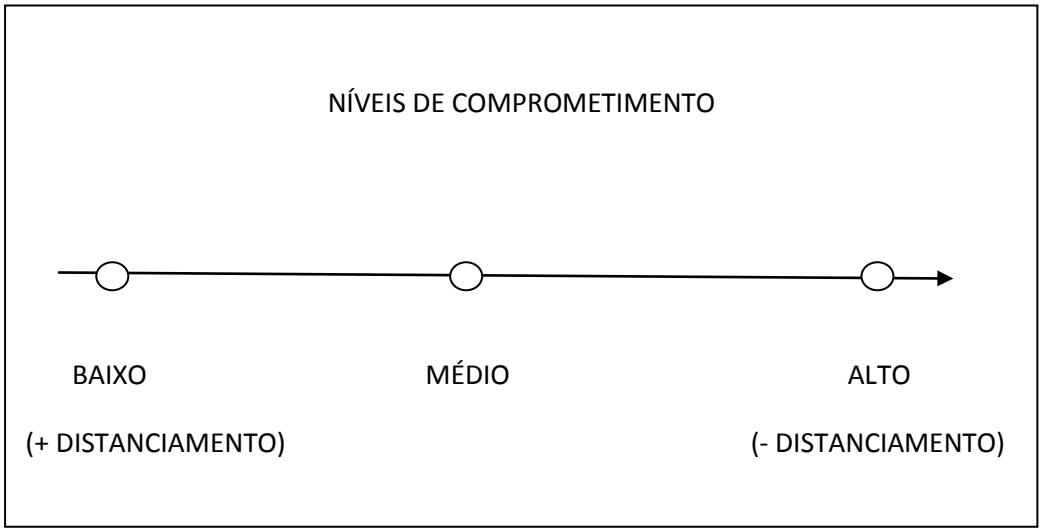
6.3.1.3 Aspectos pragmáticos

Na perspectiva funcionalista, os níveis sintático, semântico e pragmático são interdependentes, mas a pragmática é considerada como o aspecto mais relevante, pois a estrutura é organizada a partir do uso, ou seja, é a função que os elementos linguísticos desempenham na interação comunicativa que determina a forma.

Dentro dessa perspectiva, as marcas evidenciais e modais epistêmicas podem ser utilizadas como estratégias discursivas na construção de textos que revelam o grau de comprometimento do falante com a proposição.

Como mencionado anteriormente, um dos nossos objetivos é analisar o nível de comprometimento decorrente do uso de marcadores evidenciais e modais epistêmicos em artigos científicos. Para isso, observamos a gradação do envolvimento do sujeito-enunciador

em três níveis: baixo, médio e alto comprometimento, a ser avaliado em cada contexto de uso das marcas modais e evidenciais.



Quadro 9: Escala de comprometimento

O nível de *alto comprometimento* é um efeito de sentido decorrente de uma atitude de apropriação da informação pelo falante, ou seja, o escritor do texto mostra que ele é a fonte da informação e revela sua crença ou opinião sobre a proposição. Esse tipo de atitude pode ser expressa através de várias expressões linguísticas, tais como verbos de crença, opinião e cognição (*achar*, *crer*, *pensar*, *saber*), como predicados encaixadores em primeira pessoa. A ocorrência a seguir revela essa estratégia discursiva de alto comprometimento:

(33) Sob essa perspectiva, **acredito** que seja possível compreender que lidar com os gêneros com base numa visão dialógica e sócio-histórica de linguagem (BAKHTIN, 1992[1953]), isto é, como prática social situada no contexto de (inter)ação pode permitir que entendamos [...]
A8-68-370

O efeito de sentido de *médio comprometimento* revela que o falante não se coloca diretamente como fonte da informação e atenua sua responsabilidade sobre o que é dito através do uso de auxiliares modais que indicam possibilidade (*poder*), adjetivo em posição predicativa (*é possível*), advérbios de dúvida (*talvez*), entre outros. O produtor textual pode optar, ainda, pelo uso de marcas de evidencialidade indireta de fonte definida (*segundo X*, *para Y*) ou expressões de evidencialidade de domínio comum com verbo na primeira pessoa do plural (*observamos que*, *sabemos que*). Esse tipo de manifestação foi considerada como de domínio comum apenas nos casos em que verificamos o uso efetivo do plural, ou seja, quando

houve um "*nós*" equivalente a soma de "eu (autor)+tu (leitor ou toda a comunidade discursiva)". Como apresentado no exemplo a seguir:

(34) **Percebemos** pelo trecho acima que há uma força de continuidade entre os romances.
A7 19-294

Em (34), temos um processo de percepção inferencial; no entanto, a apreensão de que os romances mantêm uma força de continuidade entre si é apresentada como possível para qualquer pessoa, ou seja, qualquer um percebe isso. Nessa ocorrência, o produtor textual opta por utilizar o verbo *perceber* flexionado na primeira pessoa do plural, apresentando a informação como sendo compartilhada pelo autor (eu) e pelo leitor (tu) do artigo, o que sugere uma tentativa de distanciamento, já que o efeito de sentido que decorre dessa construção é que qualquer leitor pode perceber (juntamente com o autor do texto) o que é afirmado, desde que "recorra ao trecho citado acima".

Já na ocorrência (35), o autor do artigo científico ameniza sua responsabilidade sobre o que é dito ao fazer uso de um verbo na primeira pessoa do plural, mas, nesse caso, o plural não corresponde ao somatório de "eu+tu":

(35) **Verificamos** que as resenhas analisadas na pesquisa apresentam três modos de organização retórica: *a integração de movimentos retóricos* [...]; *a separação de movimentos retóricos* [...]; *a alternância de movimentos retórico*, (doravante, AM), em que se alternam a descrição e a avaliação de partes, e ao final é apresentada uma avaliação geral.
A2-47-115

Na ocorrência (35), vemos que o produtor textual é o responsável pela verificação, pois ele é quem analisa as resenhas, objeto de sua pesquisa, e verifica a existência dos três modos de organização retórica citados; no entanto, ele utiliza o plural de modéstia para amenizar sua responsabilidade sobre o que é dito.

O *baixo comprometimento* é aquele em que o falante/produtor textual expressa um menor grau de adesão em relação ao conteúdo transmitido, ou seja, ele mostra um maior distanciamento no que diz respeito à informação asseverada. Na sequência, apresentamos ocorrências que exemplificam esse efeito de sentido:

(36) **Alguns autores** chegam a considerar tal ligação como associativa, Koch e Elias, no entanto, diferenciam a anáfora indireta da anáfora associativa.
A1-59-59

(37) **Ressalte-se** o fato de que os artigos constituíam uma forma que o latim clássico desconhecia, mas que se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar [...].
A1-20-20

(38) **Não queremos dizer** que as estratégias intertextuais em si fazem com que as produções funcionem como resenha, mas sim a efetivação, nestas produções, do objetivo do produtor, objetivo esse que é reconhecido pelo leitor através das estratégias intertextuais empregadas.
A2-63-131

Em textos científicos, cujo objetivo é supostamente buscar a objetividade, esse efeito de sentido de baixo comprometimento deveria ser o mais recorrente, no entanto, a análise do *corpus* nos mostrou que, embora o discurso científico "se caracterize pelo uso de meios linguísticos capazes de 'fazer crer' na imparcialidade e neutralidade da pesquisa" (CORACINI, 1991), ele é marcado pelo uso de expressões que evidenciam um certo comprometimento do escritor com a verdade enunciada. Veremos isso mais detalhadamente no próximo capítulo, quando descreveremos e analisaremos as ocorrências do *corpus*.

Em nossa análise também consideramos alguns critérios de ordem qualitativa, tais como a presença de marcas de adesão ou de afastamento em relação aos autores citados. Na ocorrência (39), reproduzida a seguir, apesar de utilizar um verbo de dizer (ou *dicendi*), manifestação típica de evidencialidade reportada, o autor do artigo científico utiliza um advérbio de modo para manifestar sua adesão ao pensamento do autor citado.

(39) Como **bem** afirma Antonio Candido em vários ensaios sobre as relações entre literatura e comprometimento social, essa postura é fundamental para a construção de obras de valor para o sistema literário local.
A7-11-286

Esse critério de ordem qualitativa tem importância fundamental em nossa análise, pois demonstra que citar uma fonte externa definida não significa necessariamente descomprometer-se com a informação veiculada. Como vemos no exemplo citado, o uso do advérbio expressa explicitamente a aceitação das ideias do especialista da área (Antônio Cândido) pelo autor do artigo científico.

6.4 Síntese

Neste capítulo destinado à metodologia, apresentamos a constituição e delimitação do *corpus* desta pesquisa, bem como detalhamos os procedimentos

metodológicos adotados para as análises quantitativa e qualitativa. Em relação ao *corpus*, selecionamos nove artigos científicos publicados nos seguintes anais de encontros da área de linguística: anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN; anais do encontro internacional do Texto e Cultura; anais da ABRALIN EM CENA PIAUÍ e anais do I SIMELP. A seleção dos anais e dos artigos foi realizada segundo os seguintes critérios: área do evento (Linguística), ano de publicação dos anais (2008 e 2009), titulação do autor do artigo (Mestres) e número de páginas (50 páginas para cada ano, totalizando 100 páginas analisadas).

Quanto à análise quantitativa, decidimos utilizar o programa computacional SPSS (versão 7.5.1) para a quantificação dos dados, cruzamento das categorias e geração de gráficos. Em relação à análise qualitativa, postulamos, com base no suporte teórico do Funcionalismo, categorias que dessem conta dos aspectos sintático, semântico e pragmático:

a) Aspecto sintático- meio de expressão da evidencialidade e da modalidade epistêmica (verbo pleno, verbo auxiliar, preposição, advérbio, adjetivo, justaposição simples e normas da ABNT) e posição da manifestação evidencial no enunciado (anteposta, intercalada e posposta).

b) Aspecto semântico- domínio a ser investigado (modalidade epistêmica objetiva, evidencialidade subjetiva, evidencialidade inferencial, evidencialidade experiencial, evidencialidade reportada), bem como tipo de fonte a qual está associada à expressão da evidencialidade (fonte sujeito enunciador, fonte externa definida, fonte externa indefinida e fonte domínio comum).

c) Aspecto pragmático-discursivo- nível de comprometimento (alto, médio e baixo comprometoimento) do falante com a informação veiculada e marcas de adesão.

Como já foi dito, essa divisão entre os níveis de análise é apenas para questões metodológicas, pois consideramos que esses níveis são integrados e interdependentes. Lembramos também que, como tratamos de dois domínios (evidencialidade e modalidade epistêmica), algumas categorias postuladas foram consideradas apenas em um ou em outro domínio.

7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES EVIDENCIAIS E MODAIS EPISTÊMICAS EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Com base nos procedimentos metodológicos apresentados na seção anterior, neste capítulo, faremos a análise dos dados e discutiremos os resultados obtidos. Antes de iniciarmos a análise, é importante esclarecer que algumas categorias propostas são aplicadas apenas à evidencialidade, por exemplo, a posição da marca no enunciado e o tipo de fonte da informação. Isso acontece porque tais categorias estão diretamente relacionadas à indicação da fonte da informação e não se aplicam à modalidade epistêmica, julgamento ou atitude do falante com relação ao que é dito. Ainda importa saber que, em alguns trechos, foram identificadas mais de uma marca para expressar a categoria modalidade epistêmica e/ou evidencialidade. Por exemplo, no trecho (40):

(40) Tal posicionamento **é defendido** por Mondada e Dubois (1995, p. 278-280) [29] que apoiadas em Sacks (1972) – cuja intenção é a de descrever os procedimentos lingüísticos e cognitivos dos quais os atores sociais se valem "para fazer referência uns aos outros"
A1-42-42

Como vemos destacado, esse trecho apresenta duas marcas da evidencialidade. A primeira é expressa por um adjetivo manifesto por meio de particípio verbal (defendido), enquanto a segunda mostra o uso da nota de rodapé (norma da ABNT) para indicação da fonte. Podemos perceber que, embora tenhamos duas marcas para indicação da origem da informação, a fonte é a mesma: Mondada e Dubois (1995).

O *corpus* coletado para esta dissertação está constituído de 410 ocorrências coletadas a partir da análise de nove artigos científicos. Dessas ocorrências, 52 (12,7%) são meios de expressão da modalidade epistêmica, enquanto 358 (87,3%) são marcas evidenciais. Feitas essas considerações, passemos aos resultados obtidos na pesquisa.

[29] MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construction dês objetos Du discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER ; REICHLER-BÉGUELIN (Ed.). 1995. p. 273-305.

7.1 Aspectos sintáticos

Conforme a metodologia deste trabalho, a expressão da evidencialidade e da modalidade epistêmica como indicadoras do nível de comprometimento do falante com a verdade do conteúdo veiculado pode ocorrer através de diferentes meios linguísticos: verbo, adjetivo, advérbio e preposição. Além dessas classes morfossintáticas, também consideramos a justaposição simples e as regras da ABNT como marcas da evidencialidade em artigos científicos. O gráfico 1 exibe resultados da análise quantitativa dos meios de expressão da evidencialidade e da modalidade epistêmica em artigos científicos:

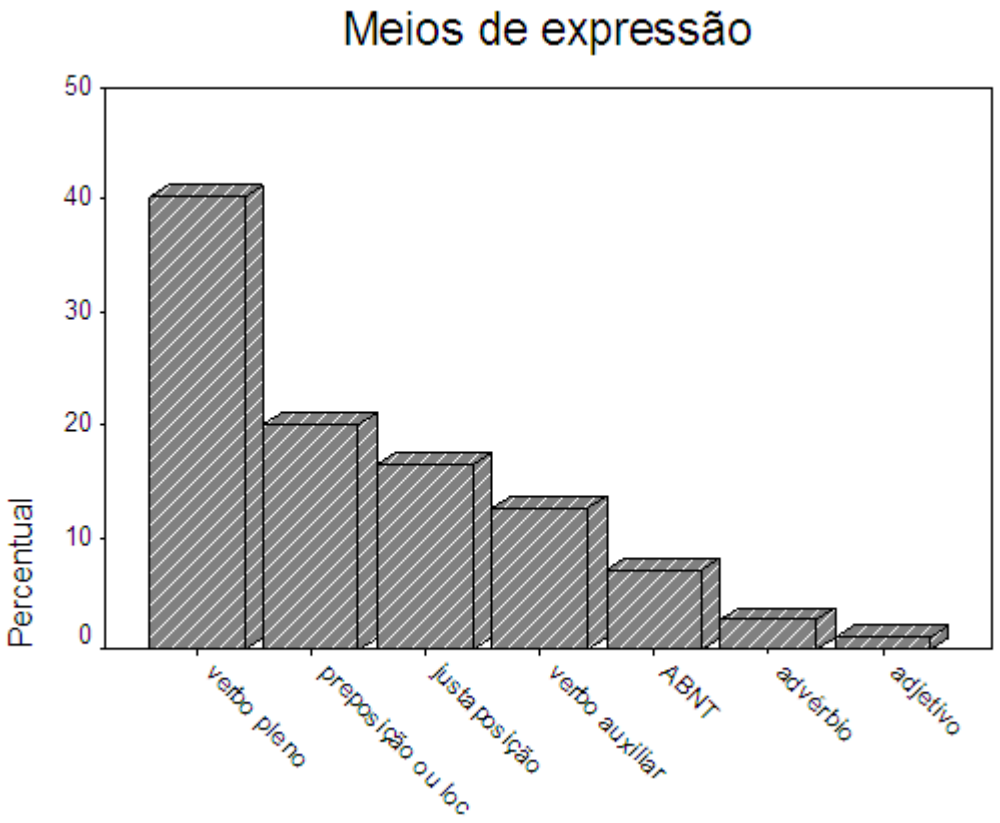


Gráfico 1: Meios de expressão da modalidade epistêmica e da evidencialidade

Como podemos perceber através do gráfico, o verbo pleno foi o meio de expressão mais utilizado para a manifestação da modalidade epistêmica e da evidencialidade em artigos científicos (40,5%). A marca prepositiva, segunda maior recorrência verificada em nosso *corpus* (20%), relaciona-se com o uso da evidencialidade citativa, especificamente, da evidencialidade relatada de fonte definida. A justaposição da fonte ao conteúdo enunciado aparece logo em seguida (16,3%) como uma expressão evidencial capaz de imprimir um certo distanciamento dos autores de artigos científicos. O uso do verbo auxiliar também foi

verificado (12,4%), mas não é recurso dos mais frequentes. As expressões adverbiais (2,7%), adjetivas (1%) e as regras da ABNT (7,1%) ocorreram com menor frequência no *corpus* organizado.

Se considerarmos o uso do verbo pleno e do verbo auxiliar em conjunto, teremos o total de 217 ocorrências (52,9%) da evidencialidade e da modalidade epistêmica expressas através de itens verbais, o que revela ser essa uma opção bastante frequente em artigos científicos. Passemos à descrição e análise das ocorrências.

7.1.1 Os meios de expressão das categorias em análise

7.1.1.1 A marca verbal

Neves (2000), em sua *Gramática de Usos do Português*, *descreve*:

> Os **verbos,** em geral, constituem os **predicados** das **orações**. Os **predicados** designam as propriedades ou relações que estão na base das **predicações** que se formam quando eles se constroem com os seus **argumentos** (ou **participantes** da relação predicativa) e com os demais elementos do enunciado. (p. 25) [30]

A autora apresenta uma subclassificação para a categoria verbal: subclassificação semântica, integração de componentes e subclassificação segundo a transitividade. Para nossa pesquisa, interessam os tipos de verbos que compõem essa última subclassificação. Segundo a autora, nesta última subclasse, os verbos são caracterizados pela especificação do papel dos complementos verbais. Ainda nesta subclasse, encontramos os verbos que têm complementos oracionais, dentre os quais estão: os verbos de modalidade, os de cognição, os de manipulação e os de elocução. Na perspectiva da autora, esses verbos podem ser subdivididos em dois grandes grupos: os verbos factivos e os implicativos.

Os verbos factivos podem ser definidos como aqueles predicados que possibilitam a pressuposição por parte do falante de que a proposição completiva é factual, ou seja, é verdadeira. Esse tipo de verbo tem a característica de indicar um fato que permanece afirmado mesmo que o verbo da oração principal seja negado. Neves (2000, p.32 a 34) apresenta uma lista de verbos que podem ser considerados como factivos: verbos epistêmicos (saber, compreender, descobrir, etc), verbos de atitude sentimental (admirar-se, lamentar, deplorar,

[30] Grifos da autora

etc), de tipo declarativo (gabar-se, desculpar-se) e de tipo avaliativo (relevar, estranhar, importar). Em nosso *corpus* encontramos algumas expressões evidenciais que exemplificam os predicados factivos de tipo epistêmico. Vejamos:

(41) Assim, assumindo essa concepção interacionista da linguagem, **entendemos** que um ensino produtivo somente poderá ocorrer a partir de uma postura que considere os pressupostos da teoria de gêneros textuais.
A4-18-180

(42) Logo, é interessante **percebermos** no exemplo apresentado a idéia de que "é proposto que os alunos produzam resumos, a fim de melhor compreender as idéias dos textos; fato que irá auxiliá-los na produção de um texto baseada em leitura prévia"
A2-50-118

Na ocorrência (41), temos um verbo de cognição que descreve uma experiência cognitiva do próprio falante, pois, a partir da concepção assumida, ele passa a compreender que um ensino produtivo deve partir da teoria dos gêneros. Já em (42), temos um processo de percepção inferencial, no entanto, a apreensão da idéia presente no exemplo ao qual se refere o autor é apresentada como possível para qualquer pessoa, ou seja, qualquer um percebe isso. Em ambas as ocorrências, o autor do artigo científico utiliza, respectivamente, os verbos factivos *entender* e *perceber* flexionados na primeira pessoa do plural, o que sugere uma tentativa de distanciamento. Em (41), o autor utiliza o plural de modéstia para amenizar sua responsabilidade sobre o dito; enquanto, em (42), o produtor textual opta por apresentar a informação como sendo compartilhada, afirmada de maneira consensual, já que o efeito de sentido que decorre do verbo de cognição é que qualquer indivíduo pode perceber o que é afirmado, desde que retorne ao exemplo apresentado pelo autor.

Além desse tipo de verbo, também verificamos a ocorrência de expressões evidenciais marcadas por predicados implicativos, aqueles que indicam "noção de condição necessária e suficiente", determinando se o estado de coisas descrito na oração completiva ocorre ou não (NEVES, 2000, p. 35). Vejamos as ocorrências (43) e (44):

(43) Eles nos **relembram** que a atividade humana é concebida como sendo constituída por sujeito(s), que age(m) sobre objetos ou situações, utilizando-se de objetos específicos e sócio-historicamente elaborados, que se constituem como ferramentas para o agir.
A8-25-326

(44) A orientação funcionalista que se procurou dar ao trabalho em questão, como bem **lembra** Barreto (1999, p. 19), leva em conta, sobretudo, o reconhecimento da existência de normas que regem a própria constituição e configuração "das expressões lingüísticas".
A1-2-2

Encontramos, em nosso *corpus*, uma grande quantidade de predicados introdutores de discurso direto, os chamados *verbos de elocução (dicendi)*. Neves (2000, p. 47) apresenta os verbos de elocução como "introdutores do discurso (discurso direto ou discurso indireto)". A autora divide os verbos de elocução em dois tipos: verbos de dizer ou *dicendi* (*falar, dizer, comentar, observar, informar, etc.*) e verbos que introduzem discurso, mas não necessariamente indicam atos de fala (*acalmar, ameaçar, garantir, rir, chorar, etc.*). As ocorrências a seguir evidenciam o uso dos verbos de elocução:

(45) Neves (2007, p. 267) **afirma** que os artigos indefinidos podem ser usados para referir-se a objetos existentes em algum conjunto partilhado somente se existirem outros referentes potenciais, do mesmo tipo, que estejam sendo excluídos da referência.
A1-47-47

(46) Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 104) **assevera** que os artigos definidos *o, a,* os, *as* do português, têm sua origem no acusativo do demonstrativo latino *ille(..)*
A1- 18-18

Nas ocorrências (45) e (46), vemos que os verbos "afirmar" e "asseverar" revelam que a fonte da informação veiculada é diferente do falante. Esse uso codifica, em geral, a evidencialidade relatada definida e é muito frequente em textos científicos, pois o pesquisador procura situar sua pesquisa em relação ao que já foi feito na área e recorre ao "argumento de autoridade" para garantir credibilidade ao seu trabalho.

Segundo Neves (2000), os verbos de elocução podem ser neutros, ou seja, podem trazer apenas o significado básico do *dizer*, sem acrescentar nenhuma informação sobre o modo como se diz. A ocorrência (47) ilustra esse tipo de caso:

(47) Mattoso Câmara Jr. (p. 95-96) **diz** que a ausência dos definidos em sentenças era um indicativo para uma referência indefinida que podia ser mais enfática [...]
A1-24-24

De modo diferente, o autor do artigo científico utiliza o predicado de elocução nas ocorrências (48) e (49):

(48) Ainda nessa citação, Bakhtin **pondera** que os gêneros discursivos são constituídos por estilo, forma composicional e tema.
A8-19-320

(49) Tarallo (1990, p. 138) **argumenta** que no caso "da aquisição dos artigos pelas línguas românicas", tem-se a instanciação de "ganhos morfológicos não-encaixados", ou seja, uma "antiga função que já existia na língua matriz é revestida com uma nova forma". A1-22-22

Nesses dois casos citados, podemos perceber que o verbo, expressão da evidencialidade reportada, não só apresenta um dizer, como traz lexicalizado o modo como se caracteriza esse dizer, ou seja, apresenta uma qualificação do dizer. Assim, em (48), a fonte citada não diz simplesmente alguma coisa, mas apresenta uma conclusão que parte de uma avaliação. Da mesma forma, na ocorrência (49), o autor não só diz o que afirma a fonte citada, mas também revela que a origem da informação usa de argumentos para convencer acerca do seu ponto de vista.

Outro tipo de expressão verbal verificada em conjunto com as manifestações verbais de verbo pleno em nossa pesquisa foi o uso de construções com verbos-suporte. Como afirmamos na metodologia desta dissertação, os verbos-suporte foram quantificados como uma manifestação de verbo pleno. Tal atitude se justifica por considerarmos que o significado que está na construção toda corresponde, em geral, a um outro verbo da língua.Vejamos:

(50) Contudo, estou **tomando como base** a visão de Thadei (2006, p. 13), ao afirmar que "enquanto interdisciplinaridade busca a articulação entre as disciplinas, mas mantém sua organização no estudo disciplinar, a transdisciplinaridade recebe a colaboração de diversas disciplinas e de conhecimentos que estão além e/ou entre as disciplinas n abordagem de um objeto comum".
A8-4-305

Nessa ocorrência, vemos que o autor do artigo científico faz uso de uma expressão evidencial marcada por uma construção com verbo-suporte "tomar como base", pois vemos que o verbo forma uma unidade semântica com o elemento nominal. Essa construção corresponde ao verbo "basear-se", ou seja, "tomar como base" e "basear-se" são elementos que figuram em um mesmo paradigma, podendo ser substituídos um pelo outro, sem ocasionar uma mudança no significado da construção.

Com relação aos auxiliares modais, podemos perceber que eles aparecem em nosso *corpus* para mostrar a avaliação feita a partir do conhecimento do autor sobre um determinado estado de coisas.

(51) Por sua vez, a exófora toma como referentes elementos que não se encontram no texto propriamente, mas que **podem** ou não fazer parte do conhecimento de mundo do interlocutor/leitor.
A1- 61-61

Na ocorrência (51), ao utilizar o verbo modal *poder*, com sentido de possibilidade, o autor do texto modaliza seu enunciado no campo da incerteza, isto é, ao modalizar o enunciado através de um auxiliar modal epistêmico objetivo, o falante avalia a possibilidade de realização do estado de coisas. Dessa forma, os dois EC descritos (os referentes fazerem ou

não fazerem parte do conhecimento compartilhado de mundo do interlocutor/leitor) são possíveis, segundo avaliação do autor.

A manifestação da evidencialidade e da modalidade epistêmica através do uso de verbos plenos e auxiliares ocorreu em nosso *corpus* de várias maneiras diferentes. Uma das manifestações coletadas foi o uso de um verbo na primeira pessoa do singular. Vejamos a ocorrência (52):

(52) Por isso, **acredito** que minha pesquisa possa ser, de alguma forma, considerada como transdisciplinar.
A8-5-306

Em (52), o produtor textual utiliza o verbo na primeira pessoa do singular na forma afirmativa revelando ser ele a origem do conhecimento asseverado. Dessa forma, o sujeito deixa explícito que a informação veiculada é resultado de uma crença pessoal, de um ponto de vista individual acerca da sua pesquisa.

Também verificamos o uso da forma verbal expressa através da primeira pessoa do plural (nós), conforme ocorrência (53). Vale ressaltar que esse "nós", muito utilizado em artigos científicos, representa um plural de modéstia. Esse plural constitui uma estratégia estilística do autor, pois, embora seja ele o sujeito que "ressalta", ele transmite a informação de maneira a produzir um efeito de impessoalidade em relação ao conteúdo ressaltado.

(53) **Ressaltamos**, no entanto, que tais orientações se restringiam à apresentação de um modelo do gênero a ser produzido não se discutindo, portanto, a estrutura composicional em si.
A4-33-195

Nas ocorrências (54) e (55), vemos que o autor do artigo científico opta por utilizar o predicado encaixador, respectivamente, na terceira pessoa do singular e na terceira do plural. O uso da terceira pessoa está diretamente relacionado com a citação de uma fonte externa ao sujeito enunciador e constitui uma das formas mais frequentes no gênero analisado, pois a referência a pesquisas desenvolvidas por "autoridades" da área é constitutiva da instância acadêmica.

(54) Dessa forma, Mia **verificou** que para a inserção do moçambicano no mundo atual, era necessário que ele ultrapasse a barreira entre escrita e oralidade e passasse a encarar as duas manifestações lingüísticas como comuns e favoráveis a ele.
A7-16-291

(55) Cunha e Cintra (1985, p. 269) **afirmam** que, quanto à função, as formas do pronome pessoal podem ser retas ou oblíquas.
A6-26-248

Outra marca verbal bastante utilizada em nosso *corpus* foi o predicado encaixador na terceira pessoa + pronome impessoal (se):

(56) **Verifica-se,** a partir do Gráfico 2, que o percentual de anáforas, sobretudo das diretas, supera o índice de catáforas e de exóforas no *corpus*.
A1-65

(57) **Pressupõe-se**, com isso, que os alunos, ao fazerem uso dos diversos gêneros digitais à sua disposição para construírem seu jornal digital jornalístico, serão capazes de lidar e de refletir sobre as características da sua situação de produção.
A8-63-365

Os exemplos (56) e (57) mostram que a opção por esse tipo de construção verbal revela uma estratégia de preservação do produtor do texto, pois causa a sensação de "neutralidade" em relação ao conteúdo asseverado. Além disso, parece que a responsabilidade sobre a informação veiculada passa a ser compartilhada, pois se produz o efeito de que qualquer pessoa pode "verificar" a informação a partir do gráfico apresentado (56) ou "pressupor" a informação percebida em (57).

A manifestação da evidencialidade através de predicado encaixador também pôde ser verificada quando o autor do artigo científico fez uso de uma locução verbal (auxiliar modal flexionado na sua forma impessoal + verbo no infinitivo). Observemos as ocorrências (58) e (59):

(58) **Pode-se dizer** que este segundo livro guarda semelhanças com o primeiro, além da temática, também na forma.
A7-18-293

(59) **Pode-se asseverar** que o grande progresso apresentado pela Sociolingüística Laboviana, além de associar língua e sociedade como principio básico para seus estudos, é considerar as variações e as mudanças, analisando, sistematizando as variantes lingüísticas.
A6-10-232

A manifestação verbal expressa nas ocorrências citadas (58) e (59) revela uma tentativa de impessoalização do produtor textual. Ao lermos essas construções, sabemos que alguém diz e/ou assevera alguma coisa, mas não temos expresso quem é o sujeito responsável pelo que é dito e/ou afirmado. Parece que o objetivo do autor do texto é, através da

indeterminação da fonte, produzir um efeito de que o conteúdo transmitido pode ser asseverado e dito por qualquer pessoa.

7.1.1.2 A preposição

Na gramática tradicional, a preposição é entendida, de maneira geral, como um conectivo, uma expressão utilizada apenas para ligar duas palavras. Em nossa análise, interessa o uso das preposições que expressam a evidencialidade, ou seja, preposições que têm como função primeira a indicação da fonte da informação asseverada, mas, de alguma forma, também indicam o nível de comprometimento do falante com a informação proposicional. Esse é o caso das expressões *conforme, segundo, como, para etc*.

(60) **Conforme** Lapesa (1986, p. 68-69), com a fixação da língua escrita pela literatura, houve uma clara separação entre o latim culto [...]
A1-8-8

(61) **Segundo** Machado (2005), uma das habilidades imprescindíveis ao aluno universitário é descrever e avaliar textos e livros de sua área de estudo.
A2-3-71

(62) **Para** Souza, o sistema de rede nacional, fixado com a criação da Embratel, consentiu a integração de milhões de indivíduos com hábitos culturais diversos.
A6-2-224

(63) **De acordo com** Tarallo (1990, p. 137), há uma certa unanimidade quanto ao reconhecimento da não existência dos artigos no latim clássico[..]
A1-16-16

Nessas ocorrências, vemos que o uso das preposições *conforme* (60), *segundo* (61) e *para* (62) estabelece uma fonte da informação diferente do autor do texto. Esse meio de expressão é muito utilizado no discurso acadêmico, pois serve para indicar a origem da informação, introduzindo o chamado recurso ao *argumento de autoridade*. Na ocorrência (63), a introdução da fonte externa definida é realizada através do uso da locução prepositiva *de acordo com*.

7.1.1.3 Justaposição e normas da ABNT

Em primeiro lugar, devemos deixar claro que a justaposição da fonte ao conteúdo enunciado e as normas de citação da ABNT são manifestações típicas do domínio evidencial em textos acadêmicos; logo, nessa subseção, não é apresentada nenhuma marca da modalidade epistêmica. Vejamos algumas ocorrências.

(64) A pesquisa centrou-se, de início, no período arcaico da língua portuguesa, época em que havia a "ausência de um controle gramatical normativo [...] que faz com que a variação seja constante" **(MATTOS E SILVA, 2001, p. 39)**
A1-3-3

(65) Para tanto, "parte da semântica e do discurso e contextualiza a língua na situação social que dá origem as várias estruturas". (**BARRETO, 1999, p. 62).**
A1-33-33

(66) Tal posicionamento é defendido por Mondada e Dubois (1995, p. 278-280) [31] que apoiadas em Sacks (1972) – cuja intenção é a de descrever os procedimentos lingüísticos e cognitivos dos quais os atores sociais se valem "para fazer referência uns aos outros"
A1-67-67

Nas ocorrências (64) e (65), podemos perceber que há uma simples justaposição da fonte da informação, ou seja, não há uma marca específica para indicação da fonte; na realidade, a própria fonte é colocada ao lado do conteúdo veiculado. Nesses dois exemplos, vemos que o autor do texto recorre à simples menção de dados bibliográficos colocados após o conteúdo proposicional para indicar a fonte da informação. Já em (66), temos um caso de uso de regras da ABNT, pois o autor do texto utiliza uma nota de rodapé para fazer referência à origem do conhecimento. Cabe destacar que o uso das normas citativas da ABNT é uma expressão própria do discurso acadêmico, pois o texto científico apresenta características normatizadas para a identificação das fontes utilizadas pelo autor do texto.

Outras formas de indicação da fonte da informação por meio das normas da ABNT podem ser verificadas nas ocorrências (67) e (68):

(67) Luís Fernando Veríssimo, **apud** Bagno (2004, p.106), também se sente à vontade para escrever em português brasileiro [...]
A6-47-269

[31] MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construction dês objetos Du discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER ; REICHLER-BÉGUELIN (Ed.). 1995. p. 273-305.

(68) Embora o conceito de propósito comunicativo tenha sido reformulado (**Cf.** Askehave; Swales (2001); Swales (2004)), ainda continua presente nas principais abordagens teórico-metodológicas de tentativa de classificação de gêneros, bem como nos trabalhos que tratam de suas implicações e de suas aplicações pedagógicas.
A4-12-174

Na ocorrência (67), ocorre uma citação indireta da fonte através de uma expressão latina- *apud*, que significa "*citado por*", "*conforme*", "*segundo*". Ao utilizar esse tipo de indicação da origem do conhecimento, o autor do texto científico revela honestidade intelectual, pois deixa explícito que não teve acesso à origem da informação, mas obteve a informação através de outra fonte, esta efetivamente lida pelo autor do artigo científico. Já na ocorrência (68), o produtor do texto científico utiliza a abreviatura "*Cf.* [32]" para indicar a fonte na qual o leitor encontra a informação veiculada. Como vemos em (68), normalmente essa abreviatura é utilizada quando o autor não detalha informações sobre o que está afirmado; logo, se o leitor quiser obter mais esclarecimentos sobre como o conceito de propósito comunicativo foi reformulado, deverá conferir a fonte citada.

7.1.1.4 O advérbio

A gramática tradicional define o advérbio, em geral, como uma classe de palavras modificadora do verbo. Ele serve para expressar várias circunstâncias (lugar, tempo, modo, intensidade, etc.) que cercam a significação verbal. Em nossa análise, o advérbio não é tratado como um simples modificador do verbo, mas como uma marca que pode expressar tanto a evidencialidade quanto a modalidade epistêmica. No *corpus* coletado para essa pesquisa, verificamos que os autores dos artigos científicos fazem uso dos advérbios *possivelmente* e *provavelmente* para a manifestação da modalidade epistêmica subjetiva. Vejamos as ocorrências a seguir:

(69) **Possivelmente**, as citações se devem a dificuldades de compreensão do capítulo retomado e, ao mesmo tempo, do reconhecimento da necessidade em delimitar a autoria das idéias.
A2-51-119

(70) **Provavelmente**, a presença de uma avaliação positiva ao final, mesmo quando são apontados aspectos negativos do TF, decorre, dentre outros fatores, da relação assimétrica entre o estudante que produz a resenha e o autor do texto resenhado.
A2-55-123

[32] Abreviatura derivada da expressão latina *confer* que significa em português *conferir*, *confrontar*, *comparar*.

Como podemos observar nas ocorrências (69) e (70), o autor do artigo científico coloca a informação no terreno da incerteza, avaliando o conteúdo proposicional como possivelmente (69) e provavelmente (70) verdadeiro. Já nas ocorrências (71) e (72), apresentadas a seguir, o falante opta por utilizar uma expressão de evidencialidade subjetiva, revelando sua certeza sobre o conteúdo comunicado:

(71) O latim não era **obviamente**, uma língua homogênea, como não é toda e qualquer língua existente.
A1-14-14

(72) Mattoso Câmara Jr. (p. 95-96) diz que a ausência dos definidos em sentenças era um indicativo para uma referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença "do numeral *unus, una* em nova função", **certamente** a de indeterminador de nomes, como em "*una lepida mulier* – uma bonita mulher". Algo que já aparece em Plauto (séc. III a.C.), portanto, a referência indefinida seria usual já no latim clássico.
A1-26-26

Ao fazer uso da expressão evidencial *obviamente*, o produtor do texto científico mostra que não há dúvidas sobre o conteúdo veiculado, ou seja, parece ser uma questão lógica que "o latim não era uma língua homogênea". É interessante ressaltar que a natureza semântica do advérbio utilizado em (71) revela um pensamento do próprio falante, visto que, aquilo que é óbvio para alguém pode não ser para outra pessoa. No entanto, o uso do advérbio na ocorrência supracitada produz um efeito de sentido de uma afirmação tão certa, tão lógica que parece aceita por todos os seres pensantes de maneira inquestionável. No exemplo (72), também verificamos o uso de um advérbio que indica a certeza do falante sobre a informação. Já no exemplo (73), o falante opta por utilizar um advérbio de dúvida:

(73) **Talvez** isso signifique que tenhamos que promover uma reinserção do objeto de ensino "em redes de práticas, instrumentos e instituições que lhe dão sentido no mundo social" (SIGNORINI, 1998, p. 13).
A8-8-309

O uso de *talvez*, na ocorrência (73), mostra que o autor do artigo científico em questão relativiza o conhecimento que tem sobre determinado conteúdo (promover uma reinserção do objeto de ensino em redes de práticas, instrumentos e instituições que lhe dão sentido no mundo social). Essa marca modal está associada ao pouco conhecimento que o falante tem acerca de determinado estado de coisas. Provavelmente, se o enunciador tivesse maior conhecimento, ele utilizaria uma marca que salientasse sua convicção sobre a informação veiculada, como nas ocorrências (71) e (72) apresentadas anteriormente.

7.1.1.5 A marca adjetiva

Esse tipo de manifestação da evidencialidade ocorreu em nosso *corpus* por meio de adjetivos em construções lexicais derivadas de verbos com complemento nominal (-ado/-adas) e regidas da preposição *por*. Esse tipo de construção constitui uma manifestação da voz passiva, como podemos observar nas ocorrências a seguir:

(74) Um outro tipo de relação anafórica, também **apontado por** Milner, tomando como base a língua francesa, é a nominal de sucessão *un...le*[5] aqui reformulada como anáfora seqüencial i-d[6], ou seja, o referente vem precedido de artigo indefinido e o item referenciador apresenta-se encetado por um artigo definido, como em (07), nos itens destacados.
A1-57-57

(75) Desse modo, considerando as categorias de interdiscursividade, **elencadas por** Costa (2001), notamos que há, por parte da esfera literomusical, uma captação interdiscursiva do falar provinciano[...]
A9-25-400

Nas ocorrências (74) e (75), o autor do artigo mostra que a fonte da informação é uma terceira pessoa, fazendo referência às pesquisas desenvolvidas sobre o tema. Esse tipo de referência caracteriza o que chamamos de "argumento de autoridade", uma atitude frequente no discurso acadêmico, que promove confiabilidade e respaldo ao trabalho do pesquisador. Ao fazer uso desse tipo de expressão, o autor do texto contextualiza o leitor em relação ao que já foi realizado em pesquisas anteriores e dilui sua responsabilidade sobre a informação. Assim, é importante esclarecer que a referência a pesquisas desenvolvidas anteriormente é uma característica constitutiva do discurso científico, portanto, não tem relação direta com o efeito de descomprometimento do produtor textual com o conteúdo dito (como veremos na subseção 7.3- análise dos aspectos pragmáticos).

Quanto à manifestação da modalidade epistêmica objetiva por meio de adjetivos, verificamos a preferência dos autores de artigo científico pelo uso do modalizador epistêmico em posição predicativa, como podemos ver nas ocorrências a seguir:

(76) No excerto (08) **é possível** identificar esse tipo de relação referencial.
A1-68-68

Em (76), o uso do adjetivo em posição predicativa instaura o valor de *possibilidade* de realização do estado de coisas; logo, o efeito de sentido é de um

descomprometimento parcial do autor do texto, visto que ele não afirma como certa esta realização, apenas sugere a possibilidade de tal identificação ser realizada.

7.1.2 A posição da marca evidencial no enunciado

A posição das expressões nos enunciados, que varia entre anteposta, intercalada e posposta, é um aspecto sintático relevante na análise da evidencialidade. Quando a marca evidencial localiza-se antes da fonte e do conteúdo proposicional, dizemos que ela é anteposta; se a marca evidencial ocorre entre a fonte da informação e o conteúdo proposicional, é intercalada; por fim, se a manifestação evidencial está depois da fonte e do próprio conteúdo proposicional, é considerada posposta. As ocorrências (77), (78) e (79) exemplificam, respectivamente, cada uma dessas posições:

(77) **Segundo** Mattos e Silva (1994, p. 23), a forma *lo*, *los*; *la*, *las* aparece em documentos galegos e, fortuitamente, no *Cancioneiro Medieval*.
A1-19-19

(78) Tarallo (1990, p. 138) **argumenta** que no caso "da aquisição dos artigos pelas línguas românicas", tem-se a instanciação de "ganhos morfológicos não-encaixados", ou seja, uma "antiga função que já existia na língua matriz é revestida com uma nova forma".
A1-22-22

(79) Para tanto, "parte da semântica e do discurso e contextualiza a língua na situação social que dá origem as várias estruturas". (**BARRETO, 1999, p. 62).**
A1-33-33

No gráfico (2), verificamos a frequência das ocorrências de expressões evidenciais quanto à posição no enunciado:

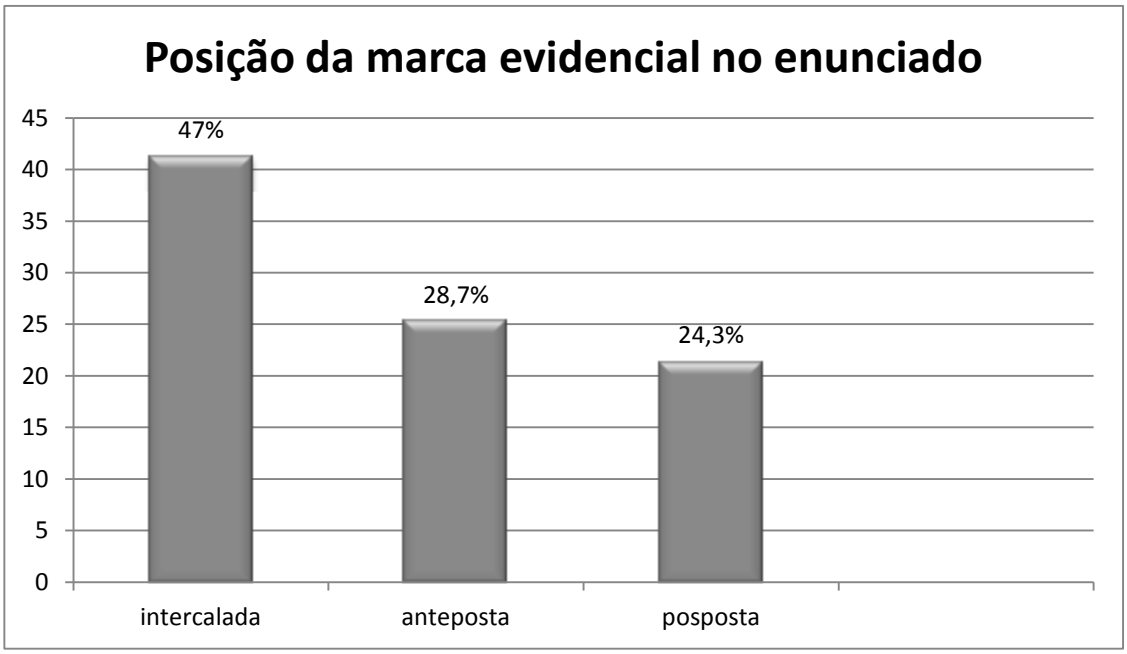


Gráfico 2: Posição da marca evidencial

De acordo com o gráfico, constatamos que a posição intercalada (47%) é a mais utilizada em artigos científicos, enquanto a anteposição (28,7%) e a posposição (24,3%) são utilizadas com menor frequência[33]. Abaixo, apresentamos ocorrências que demonstram o uso da posição anteposta com fonte explícita:

(80) **Segundo** Cereja e Magalhães (1999, p. 269), o usuário da língua, ao selecionar as palavras, leva em conta não só o sentido, mas também a forma e a função que elas assumem na frase.
A5-20-220

Vemos, na ocorrência (80), que a marca evidencial prepositiva introduz a fonte da informação (*Cereja e Magalhães*) e o próprio conteúdo asseverado por essa fonte definida. Enquanto que, na ocorrência (81), a marca evidencial está colocada entre a fonte da informação (Chagas) e o conteúdo veiculado por esta fonte:

(81) Chagas (2003, p. 153) **aponta** que os fatores linguísticos [internos] se relacionam à forma como a língua está organizada, como funciona o seu sistema, quais são seus elementos, suas regras, etc.
A6-16-238

[33] Das 410 ocorrências coletadas nesta pesquisa, 358 (87,3%) foram de marcas evidenciais e 52 (12,7%) foram de modalidade epistêmica. Como a posição da marca só se aplica à evidencialidade, para chegar aos valores percentuais do gráfico (2) tomamos as 358 ocorrências de evidencialidade como 100%.

Nos casos em que ocorre a posposição, verificamos que esse uso está vinculado principalmente à justaposição de uma fonte externa definida (82) ou à menção em nota de rodapé (83), como demonstram as ocorrências a seguir:

(82) O termo encetado por ele tem a propriedade de, na medida certa, promover no destinatário a capacidade deste "entender o referente pretendido numa classe teoricamente infinita de referentes possíveis e virtualmente disponíveis em qualquer situação de comunicação" **(PEZZATI, 2005, p. 205).**
A1-36-36

(83) Na mesma trilha dessas tramas de "sucesso editorial", aconteciam polêmicas de ordem autoral[34], em cuja base estava a requisição de escritores pela precedência de um trabalho.
A3-4-139

Como podemos perceber, na ocorrência (82), a fonte da informação (Pezzati, 2005, p. 205) é colocada imediatamente após o conteúdo comunicado. Não há, portanto, uma marca segmental que aponte para a origem da informação. Em (83), a marca evidencial (nota de rodapé) também é posposta à fonte da informação e ao conteúdo veiculado.

A nota de rodapé é um recurso utilizado pelos autores de textos científicos para a explicitação de pontos que, no parecer do escritor, não devem aparecer no corpo do texto. Essas notas podem ser de dois tipos: explicativas e referenciais. Neste trabalho, interessam as notas referenciais, pois estas cumprem a função de indicar a fonte da informação veiculada.

7.2 A natureza semântica das categorias analisadas

No que respeita aos critérios semânticos postulados para a análise da evidencialidade e da modalidade epistêmica, conforme apresentamos na metodologia desta dissertação, analisamos o tipo de fonte da marca evidencial e o domínio da categoria na qual se enquadra o item evidencial ou modal epistêmico.

[34] Conferir LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. Direitos e Esquerdos Autorais. In: _____. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

7.2.1 Domínio da categoria

Em um trabalho que trata de dois domínios linguísticos, a evidencialidade e a modalidade epistêmica, é necessário esclarecer quais os domínios que foram investigados: a) epistêmico objetivo; b) evidencialidade subjetiva; c) evidencialidade reportada; d) evidencialidade inferencial e e) evidencialidade experiencial[35].

No gráfico seguinte, verificamos o percentual da frequência dos domínios:

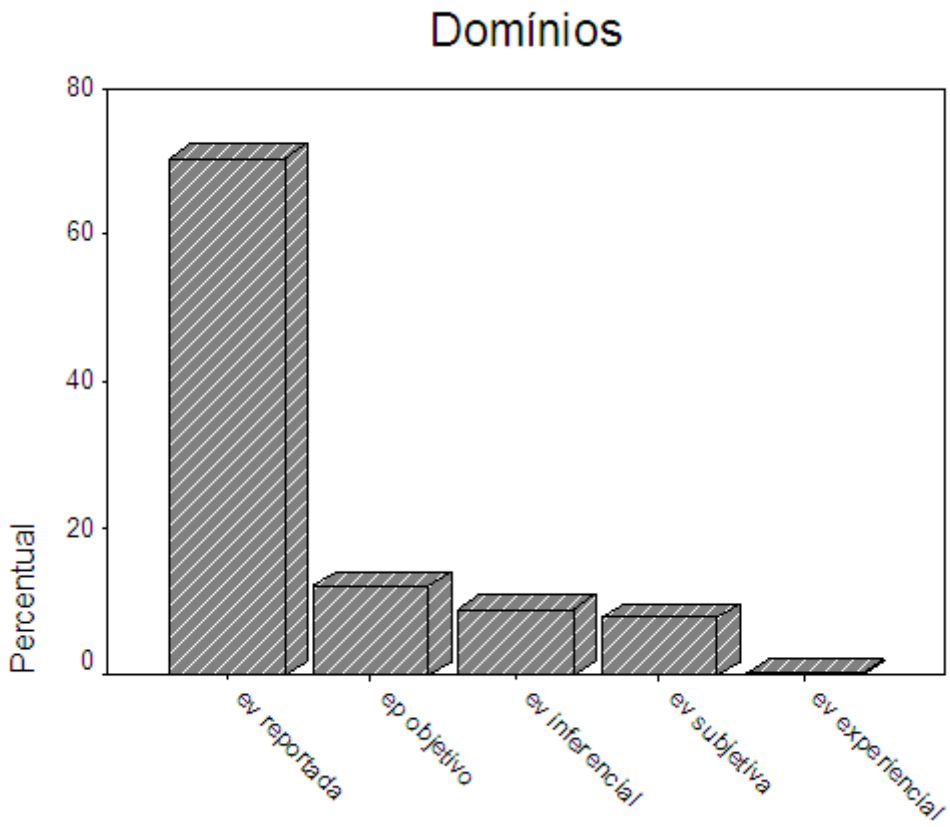


Gráfico 3: Frequência dos Domínios

Das 410 ocorrências coletadas, 288 (70,2%) foram expressas através da evidencialidade reportada. Em segundo lugar, aparece a modalidade epistêmica objetiva, com 52 ocorrências (12,7%), seguida pela evidencialidade inferencial, com 37 ocorrências (9,1%),

[35] Quanto à modalidade epistêmica subjetiva, ela foi tratada como evidencialidade subjetiva. A opção de considerar a modalidade subjetiva como parte da evidencialidade subjetiva resulta da sobreposição verificada ao longo da análise. Dessa forma, como entendemos ser a evidencialidade uma categoria superior à modalidade (NUYTS, 1993), preferimos admitir que, no momento em que houvesse a sobreposição, a indicação da fonte seria a base para a avaliação do falante, logo, deveria estar em uma posição hierárquica superior.

e pela evidencialidade subjetiva, com 32 (7,8%) casos. Em nosso *corpus*, verificamos apenas uma ocorrência de evidencialidade experiencial (0,2%).

7.2.1.1 Evidencialidade reportada

A alta frequência do domínio da evidencialidade reportada em nosso *corpus* (70,2%) revela que a referência a pesquisas desenvolvidas é constitutiva da comunidade acadêmica e do modo como a ciência se desenvolve. O uso da evidencialidade reportada pode assumir diferentes propósitos: apresentar o que já foi feito anteriormente sobre o tema tratado, situando a pesquisa na área de estudo; mostrar que o autor do texto tem familiaridade com a área; dar maior respaldo às idéias apresentadas pelo autor do texto através do "argumento de autoridade", ou seja, o autor utiliza o que já foi dito por autoridades da área para sustentar seu dizer; criar espaço para a nova pesquisa salientando as lacunas dos trabalhos anteriores ou mesmo opondo-se ao que já foi feito, etc. Observemos as ocorrências (84), (85), (86) e (87), que exemplificam o uso do domínio da evidencialidade reportada no *corpus* coletado para essa pesquisa:

(84) **Segundo** Machado (2005), uma das habilidades imprescindíveis ao aluno universitário é descrever e avaliar textos e livros de sua área de estudo.
A2-3-71

(85) **Conforme** Lapesa (1986, p. 68-69), com a fixação da língua escrita pela literatura, houve uma clara separação entre o latim culto (...)
A1-8-8

(86) Marcuschi (2008), ao falar de sujeitos e subjetividade, **lembra** que os sujeitos ocupam um lugar no discurso e se determinam na relação com o outro.
A2-18-86

(87) Eles nos **relembram** que a atividade humana é concebida como sendo constituída por sujeito(s), que age(m) sobre objetos ou situações, utilizando-se de objetos específicos e sócio-historicamente elaborados, que se constituem como ferramentas para o agir.
A8-25-326

Nos casos supracitados está claro que a fonte da informação não é o falante, mas uma terceira pessoa reportada pelo autor. Em (84) e (85), o produtor do texto faz uso de uma marca evidencial prepositiva introdutora da fonte da informação e do próprio conteúdo asseverado por essa fonte. Nas ocorrências (86) e (87), os falantes optam pelos predicados

lembrar (86) e *relembrar* (87), apresentando uma informação que decorre da atitude cognitiva de uma terceira pessoa reportada. Também verificamos em nosso *corpus* casos em que a evidencialidade reportada é utilizada para indicar uma inferência feita pela fonte citada. Vejamos:

(88) Veríssimo **chega a seguinte conclusão**: (...) mythos filhos de outros homens que não os que habitavam já esta região antes de qualquer das conquistas conhecidas.
A3-22-157

Nessa ocorrência, o autor do artigo científico utiliza uma construção com verbo-suporte (V + SN) que indica uma inferência da fonte citada (Veríssimo). Essa construção pode ser substituída por um verbo semanticamente correspondente (*conclui*).

Em nosso *corpus*, encontramos várias ocorrências de evidencialidade reportada introduzidas com verbos de dizer (ou *dicendi*). Como podemos ver nas ocorrências (89), (90) e (91), respectivamente, os verbos *afirmar*, *asseverar* e *declarar* constituem predicados de elocução propriamente ditos. Esses verbos apresentam complementos que introduzem o que se diz: em (89), o que é afirmado por Beaugrande (1997); em (90), o que é asseverado por Iordan e Manoliu (1972, p. 249); e, na ocorrência (91), o que Machado (2005) declara.

(89) [...] Beaugrande (1997) **afirma** que ela é imprescindível no processamento dos textos, pois sua produção e recepção deste dependem do conhecimento de outros.
A2-42-110

(90) Iordan e Manoliu (1972, p. 249) **asseveram**, entretanto, que o artigo indefinido se desenvolveu mais tarde que o definido e conservou seu caráter primeiro, de origem numeral.
A1-27-27

(91) Machado (2005) **declara** que sua experiência didática revela a ausência de um conhecimento sobre os mecanismos enunciativos de inserção de vozes (ou relações intertextuais, como preferimos denominar).
A2-31-99

A evidencialidade relatada pode estar relacionada à fonte externa definida, como nas ocorrências citadas até aqui, mas também pode estar associada à fonte de domínio comum ou à fonte externa indefinida. Vejamos:

(92) **Pode-se dizer** que este segundo livro guarda semelhanças com o primeiro, além da temática, também na forma.
A7-18-293

(93) Alguns autores **chegam a considerar** tal ligação como associativa, Koch e Elias, no entanto, diferenciam a anáfora indireta da anáfora associativa.
A1-59-59

Na ocorrência (92), o autor do texto utiliza o auxiliar modal *poder* em sua forma impessoal acompanhado de um verbo de dizer para introduzir uma informação que é dita pelo sujeito enunciador, mas é apresentada como de domínio comum, ou seja, embora o próprio escritor afirme a semelhança temática e formal do segundo livro em relação ao primeiro, ele prefere apresentar a informação como amplamente conhecida. O efeito de sentido que surge desse uso é de uma informação que pode ser dita por qualquer pessoa, por isso, dificilmente questionável. Consideramos esse tipo de ocorrência como uma manifestação da evidencialidade reportada com fonte de domínio comum, pois o autor do texto científico, para tentar se distanciar do dito e/ou para produzir o efeito de uma informação verdadeira por que compartilhada por falante e ouvinte e/ou pela comunidade discursiva, apresenta um dizer coletivo, algo que parece poder ser afirmado por todos.

Em (93), o escritor do artigo prefere não definir a origem da informação veiculada, ficando esta manifesta através do pronome indefinido *alguns*. O uso desse tipo de fonte pode indicar: a) que o falante não conhece a origem da informação, por isso, não a identifica; ou b) o escritor do texto não quer se comprometer com a fonte (pois parece que o falante usa a fonte indefinida quando não concorda com o que é dito por essa fonte, ou seja, quando o autor quer refutar as idéias da fonte citada) e, por isso, não a torna explícita. Nesse caso, ocorre o contrário do que acontece no chamado *argumento de autoridade*, pois o autor do texto científico não apresenta a fonte externa para respaldar seu pensamento, mas para se opor a ideia veiculada pela fonte externa, apresentada como indefinida.

Como apresentado no capítulo 5 desta dissertação, podemos dizer que o discurso acadêmico tem caráter persuasivo, pois o escritor do texto científico está sempre buscando convencer seus possíveis leitores acerca da verdade dos fatos apresentados em sua pesquisa. Nesse contexto, apesar de o uso da fonte externa indefinida imprimir no enunciado um efeito de baixo comprometimento do falante com o que é veiculado, garantindo um maior distanciamento do autor do texto, esse tipo de fonte é pouco comum no discurso científico, já que clareza e precisão caracterizam o conhecimento científico e, por extensão, o discurso acadêmico.

7.2.1.2 Epistêmico objetivo

No domínio da modalidade epistêmica objetiva, o falante avalia o estado de coisas em uma escala de possibilidade (certo>provável>possível>improvável>impossível[36]). Ao colocar seu enunciado no terreno das possibilidades, o autor resenhado apresenta a qualificação do estado de coisas como independente de sua opinião:

(94) [...] o autor do livro resenhado "não considera os contratempos que o professor **poderia** sofrer no ambiente de sala de aula".
A2-52-120

(95) [...] estou operando com uma concepção de "projeto de trabalho que **poderia** ser considerado como um formato aberto (não rígido e estável) para a indagação, de maneira que permita estruturar e contar uma história" (HERNANDEZ, 2006, p. 4).
A8-67-369

Nas ocorrências (94) e (95), o autor citado utiliza o verbo auxiliar modal *poder* para indicar uma possibilidade epistêmica. Vemos, nessas ocorrências, que o uso do verbo no futuro do pretérito contribui ainda mais para a indicação de uma possibilidade de o professor vir a sofrer contratempos na sala de aula (94) e de o projeto ser considerado como um formato aberto (95). Na ocorrência (96), apresentada a seguir, o auxiliar modal *poder* é combinado com o auxiliar modal deôntico *dever*:

(96) [...] o que só corrobora a idéia de que a mídia eletrônica digital, desde que seja usada de forma contextualizada e integrada com o ensino, **pode** e deve contribuir para promover uma educação de qualidade.
A8-2-303

Em (96), através da conjunção coordenativa, o produtor textual opta por instaurar os valores de possibilidade e obrigação em uma mesma construção. Dessa forma, ao mesmo tempo em que indica a possibilidade (através do auxiliar *poder*) de a mídia eletrônica digital contribuir para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, ele também instaura o valor deôntico de *obrigação* (por meio do auxiliar *dever*), pois cabe à mídia, de maneira contextualizada e integrada com o ensino, a responsabilidade social de promover essa educação de qualidade.

[36] Neves (1996)

7.2.1.3 Evidencialidade Inferencial

Neste domínio, o produtor do texto científico elabora um raciocínio lógico a partir de "pistas" contextuais, ou seja, a informação resulta de um construto mental do falante:

(97) Isso **nos leva a concluir** que para o sucesso da produção de resenhas na universidade uma leitura eficaz do TF e o conhecimento do gênero em questão são fatores de grande importância.
A2-11-79

A ocorrência (97) demonstra que o autor do artigo científico fez uma conclusão lógica a partir da observação dos fatos: alguma coisa o levou a uma determinada conclusão. Nesse tipo de construção, o falante garante um efeito de médio comprometimento com a informação veiculada, pois ele é o sujeito que conclui, mas, através do plural de modéstia, ele relativiza seu comprometimento com o que é dito, já que a informação decorre de uma percepção ou conclusão lógica que parece ser aceita por toda a comunidade discursiva.

Em nosso *corpus*, várias ocorrências da evidencialidade inferencial ocorreram através do verbo *perceber*, predicado que manifesta tipicamente uma percepção mental:

(98) Dessa forma, **percebe-se** que os estudos do idealizador da sociolingüística variacionista vão além dos tópicos lingüísticos considerados pela lingüística geral: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica.
A6-9-231

(99) Sendo assim, **é possível perceber** através dos estudos realizados que, de um lado, encontram-se os estudos sociolingüísticos mapeando as estratégias de retorno anafórico (BAGNO, 2000; DUARTE, 1989), do outro lado estão os prescritivistas (CUNHA e CINTRA, 1985; SACCONI, 1990), em sua batalha ardorosa para impor os comandos paragramaticais cada vez menos considerados, como o emprego dos pronomes oblíquos.
A6-43-265

A ocorrência (98) mostra que o autor faz uso de um verbo de percepção acompanhado do pronome impessoal *se*. O uso dessa construção resulta em uma pseudoimpessoalização do produtor do texto. Embora explicitando uma conclusão a qual ele mesmo chega a partir de tudo que vem afirmando no decorrer do texto, o autor do artigo científico produz um efeito de que qualquer pessoa pode perceber que os estudos de Labov ultrapassam o limite da fonologia, da semântica e da sintaxe. Em (99), a forma utilizada para marcar essa percepção é um modalizador deôntico acompanhado do verbo "perceber" no infinitivo. O uso do modalizador deôntico instaura o valor de possibilidade deôntica, ou seja,

uma permissão genérica para que qualquer indivíduo possa perceber a subdivisão existente nos estudos sobre os pronomes.

É interessante mostrarmos que a evidencialidade inferencial também ocorreu com o verbo *verificar*:

(100) Através do estudo realizado, **verifica-se que** as novelas veiculadas pela Rede Globo utilizam-se das estratégias de retorno anafórico do objeto direto de terceira pessoa.
A6-53-275

Como vemos na ocorrência (100), o verbo *verificar* não está relacionado a uma experiência física que o falante vivenciou, como se poderia pensar pela natureza semântica do verbo, mas revela uma inferência feita pelo sujeito que, a partir do estudo realizado, conclui que "as novelas da Rede Globo utilizam-se das estratégias de retorno anafórico do objeto direto de terceira pessoa". O uso do verbo na voz impessoal indica que o autor do artigo científico opta por transmitir a informação como uma inferência realizada por qualquer pessoa, ou seja, como um conteúdo de domínio comum.

7.2.1.4 Evidencialidade subjetiva

No domínio da evidencialidade subjetiva, o falante revela que a informação veiculada decorre de sua crença ou pensamento, ou seja, ele se coloca como a origem do conhecimento e, ao mesmo tempo, marca sua opinião em relação ao dito. Vejamos:

(101) **Para nós**, esses romances são fundamentais para o entendimento do período inicial da nação moçambicana e também para a compreensão do que é "ser moçambicano" em um contexto no qual não se deve descartar o passado para o entendimento do presente e a construção do futuro.
A7-4-279

Em (101), percebemos que o autor do texto científico utiliza o plural de modéstia, através do pronome pessoal *nós*, mas não deixa de ser ele a fonte da informação. Esse uso é bem comum em artigos científicos e retrata uma tentativa de distanciamento do produtor textual, visto que os manuais de metodologia científica preconizam a objetividade e imparcialidade do pesquisador. No entanto, esse cientista não deixa de tomar uma posição em relação ao que é dito, pois todos sabemos que o enunciador admite a importância fundamental desses romances para o entendimento da nação moçambicana e do que ele chama "ser

moçambicano". Na ocorrência (102), o falante mostra de maneira explícita que a informação parte de uma crença sua:

(102) [...] **acredito** que minha pesquisa se aproxime muito mais da teoria dos gêneros discursivos, cujo maior representante é Bakhtin, que tendem a selecionar suas categorias de análise, focalizando aspectos da materialidade lingüística que são determinados pelos parâmetros da situação de enunciação em seus aspectos sócio-históricos.
A8-29-330

O verbo de cognição *acreditar,* usado na primeira pessoa do singular, revela que a fonte de uma opinião ou crença é o próprio sujeito enunciador. Esse tipo de ocorrência tem baixa frequência no discurso acadêmico, pois o uso dessa forma verbal evidencia um alto comprometimento do enunciador com o que é dito, sendo que as normas prescritas para a elaboração de textos científicos estabelecem uma neutralidade do pesquisador, embora saibamos que não existe uma parcialidade total do cientista, pois, enquanto sujeito crítico, o pesquisador impõe sua opinião, mesmo que de maneira disfarçada, como no exemplo (101).

No domínio da evidencialidade subjetiva figuram alguns casos que são muito mais epistêmicos subjetivos do que evidenciais, tal como pode ser verificado na ocorrência (103):

(103) **Talvez** seja, então, interessante interligar as noções de interdiscursividade e intertextualidade, uma vez que é a identificação de relações intertextuais que permite, em parte, a possibilidade de falar sobre relações interdiscursivas.
A9-33-408

Nessa ocorrência, o uso do advérbio modalizador *talvez* indica que o autor do texto considera o conteúdo da proposição como próximo à verdade ou quase-asseverativo (cf. CASTILHO & CASTILHO, 1992). A informação é assumida como uma hipótese que depende de confirmação, por isso, o produtor do texto científico opta por avaliar o conteúdo proposicional como incerto.

7.2.1.5 Evidencialidade Experiencial

Esse tipo de evidencialidade caracteriza-se pelo fato de a informação ter partido de experiência pessoal relacionada aos sentidos, ou seja, o sujeito enunciador afirma ter percebido a situação a partir de evidência sensorial (visual, auditiva etc). Como dissemos no

início deste capítulo, este tipo de evidencialidade teve apenas uma manifestação em nosso *corpus*. Vejamos a seguir a ocorrência coletada:

(104) Contudo, já **é possível observar** que a Internet, por outro lado, vem imprimindo um novo modo de veicular a informação, uma vez que sua tecnologia é capaz de reunir recursos variados [...]
A8-54-356

Em (104), a observação feita pelo falante parte de algo experienciado pelo autor do texto, afinal, a transformação na maneira de veicular a informação parece ser vista e vivida pelo falante. No entanto, para não se responsabilizar completamente pelo resultado da observação, tendo em vista a prescrição dos manuais de metodologia científica que recomendam ao pesquisador uma postura impessoal, o autor do texto científico transmite essa informação como amplamente compartilhada (domínio comum), pois todos podem fazer essa mesma observação, visto que também vivenciam esse momento de transformação na maneira de veicular a informação pela internet.

Na ocorrência (105), o uso do verbo *observar* assume uma leitura diferente, pois verificamos que a observação é fruto de uma inferência:

(105) Com base nos aportes da teoria variacionista, ao analisar a língua como heterogênea, porém completamente sistematizável, **observa-se** que ela tem um dinamismo inerente.
A6-20-242

Percebemos, na ocorrência (105), que a observação não resulta de experiência vivenciada pelo falante, mas de uma conclusão a qual ele chega a partir de pistas contextuais, ou seja, tendo como base os postulados da teoria variacionista, o autor do texto infere que a língua é inerentemente dinâmica. Nessa ocorrência, o autor, na tentativa de distanciar-se do conteúdo veiculado, também faz uso da fonte de domínio comum. Nesse caso, a marca verbal utilizada na terceira pessoa do singular acompanhada do pronome impessoal *se* (voz impessoal), garante um efeito de médio comprometimento do produtor textual com o que está asseverado.

É possível que o pouco uso da evidencialidade experiencial represente uma característica da área de estudo analisada. Como bem mostrou Vendrame (2005), os itens evidenciais comportam-se de maneira diferente nas várias áreas de estudo, comprovando que, na comunidade discursiva acadêmica, cada área de pesquisa estabelece suas normas peculiares que determinam as seleções realizadas pelos escritores. Talvez, se o estudo

realizado nessa pesquisa tivesse como objeto de análise artigos publicados em áreas que se desenvolvem por meio de experimentos em laboratório, o percentual desse tipo de evidencialidade fosse maior.

7.2.2 Tipo de fonte da informação

Levando-se em consideração que o tipo de fonte da informação está relacionado à evidencialidade e não se aplica à modalidade epistêmica, os dados analisados nesta subseção da dissertação totalizam 358 ocorrências; as outras 52 ocorrências são manifestações modais epistêmicas que estão associadas à avaliação do falante sobre a realização de um estado de coisas, logo, não podem ser analisadas quanto ao tipo de fonte.

Ao analisarmos o tipo de fonte da informação nas 358 ocorrências referentes à evidencialidade, verificamos que 273 ocorrências (76,4%) demonstram o uso da fonte externa definida. Logo em seguida, foram verificadas 44 ocorrências (12,2%) em que o próprio sujeito enunciador se coloca como a origem do conhecimento. A fonte de domínio comum ocorreu em 38 casos (10,6%), enquanto a fonte externa indefinida foi o tipo de fonte que teve o menor número de ocorrências, apenas 3 casos (0,8%) foram verificados. Os resultados obtidos quanto à qualidade da fonte podem ser observados no gráfico a seguir:

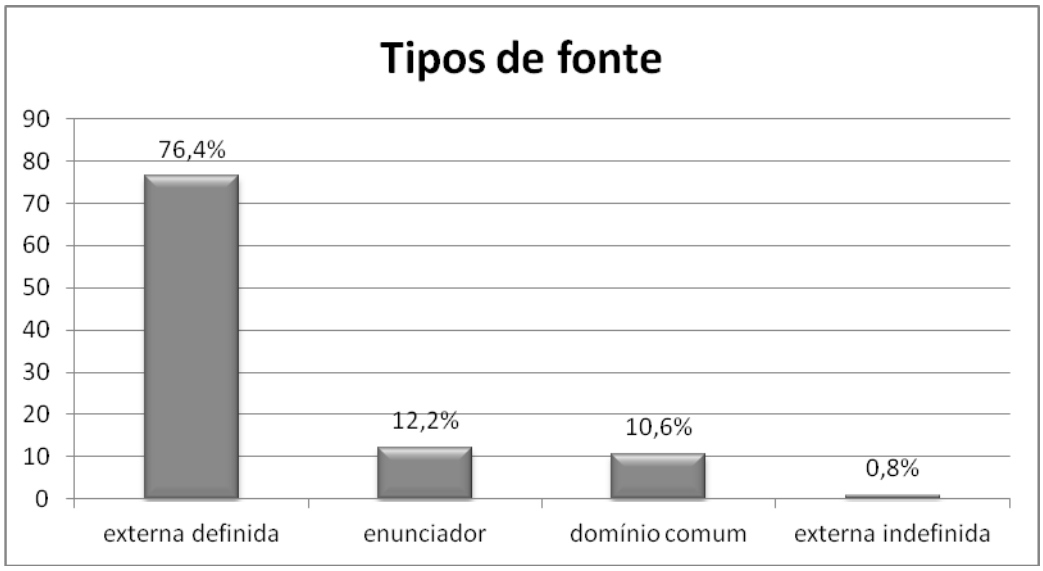


Gráfico 4: Tipos de Fonte

Como podemos observar no gráfico, houve uma predominância significativa da fonte externa definida (76,4%) em nosso *corpus*. Isso pode ser justificado pelas características do gênero analisado, pois, no discurso acadêmico, a citação constitui um recurso altamente utilizado, sendo, inclusive, uma questão ética a indicação dos créditos de um conteúdo tal como foi formulado por alguém. Citar uma fonte é, então, uma característica constitutiva da instância acadêmica. Vejamos as ocorrências (106) e (107):

(106) **Em Givón (1984)**, os artigos definidos e mesmo os indefinidos são marcados por uma "disponibilidade dêitica imediata", o que garante a unicidade e a identificabilidade referencial associada aos interlocutores, ou seja, a referência é bem sucedida, pois o destinatário consegue perceber e identificar "o sintagma antecedente e as descrições que ele faz", como se pode notar nos exemplos abaixo.
A1-53-53

(107) Nesse contexto, surge o ensino de espanhol instrumental que tem como objetivo principal capacitar o aluno, a curto prazo, para ler e para compreender textos com fins específicos **(SEDYCIAS, 2002)**.
A4-6-168

Ao fazer uso da fonte definida, nas ocorrências (106) e (107), o escritor de artigo científico dá voz a uma terceira pessoa reportada em seu discurso. Em (106), o autor do texto introduz a fonte (Givón, 1984) e o conteúdo asseverado por esta fonte por meio de uma marca evidencial prepositiva (*em*). Na ocorrência (107), a fonte definida (Sedycias, 2002) é colocada imediatamente após a informação veiculada. Nesses dois casos apresentados, podemos dizer que a fonte definida é utilizada para se recorrer ao chamado *argumento de autoridade*, pois o autor do artigo recorre à citação de um especialista da área por acreditar que essa fonte pode respaldar seu posicionamento. É importante esclarecer que a citação pode assumir várias funções no texto científico e não apenas o recurso ao "argumento de autoridade", inclusive, esse tipo de fonte pode ser utilizado para indicar lacunas em trabalhos anteriores ou mesmo para mostrar uma oposição do autor do artigo em relação ao que já foi feito, abrindo espaço para a pesquisa por ele desenvolvida.

Ao indicar uma terceira pessoa como a origem da informação, o falante pode optar por não identificar essa fonte, como na ocorrência (108):

(108) Alguns autores **chegam** a considerar tal ligação como associativa, Koch e Elias, no entanto, diferenciam a anáfora indireta da anáfora associativa.
A1-59-59

No exemplo (108), temos a indicação de uma fonte externa, pois a informação não é do sujeito enunciador, mas essa fonte é representada pelo uso do pronome indefinido *alguns*, que abarca um conjunto impreciso de autores, não permitindo precisar quais são os autores que consideram essa "tal ligação como associativa". Como podemos observar no gráfico 2, esse tipo de uso é pouco frequente nos textos científicos. Essa baixa frequência pode estar associada à pouca confiabilidade que a indefinição da fonte imprime ao enunciado. Como no artigo científico o objetivo é convencer a comunidade discursiva acerca da validade, da veracidade e da importância da pesquisa apresentada, o uso da fonte indefinida não parece ser uma opção adequada, já que a indefinição pode ser decorrente do não conhecimento do falante e, na pesquisa, o cientista procura mostrar um conhecimento objetivo, impessoal, verdadeiro e preciso.

Além desses dois tipos de fonte, externa definida e indefinida, em nosso *corpus* também verificamos que o autor do texto se coloca como fonte da informação:

(109) **Ao que parece**, no século XIV o discurso religioso ainda era de preponderância masculina, daí a presença no FS de maior número de SNs encetados pelos artigos definidos nesse gênero.
A1-52-52

(110) **Obviamente**, a organização retórica não determina a qualidade da produção, mas, na maioria das resenhas analisadas, ela indica a capacidade em textualizar a leitura crítica e o conhecimento do gênero, dialogando com o texto-fonte ao mesmo tempo em que o avalia.
A2-56-124

Na ocorrência (109), a construção "ao que parece", que pode ser facilmente substituída por "parece que", indica que o produtor textual é a fonte da informação, pois ele é responsável pela inferência sobre a preponderância masculina no discurso religioso, no século XIV. Provavelmente, o autor do artigo utiliza a expressão evidencial "ao que parece" como uma estratégia de veiculação da informação para não se apresentar diretamente como a origem do conhecimento, visto que o texto científico prima pela impessoalidade do pesquisador. Na ocorrência (110), também podemos identificar o sujeito enunciador como a fonte do conteúdo veiculado, visto que ele apresenta sua crença e convicção sobre o que é dito. É importante destacarmos que, nos dois casos supracitados, a natureza evidencial é menos direta (cf. GALVÃO, 2001), pois, mesmo não se identificando explicitamente como o responsável pelo conhecimento asseverado, reconhecemos que a inferência é feita pelo próprio autor do texto.

Outro caso de manifestação evidencial com sujeito enunciador como fonte do conteúdo asseverado pode ser verificado a seguir:

(111) **Consideramos** que essa outra formação discursiva, suscitada pela palavra "vacas", é, se assim podemos dizer, a do falar provinciano[4], na qual o termo "vaca" significa <indivíduo falto de energia, frouxo, moleirão, covarde>.
A9-23-398

Nessa ocorrência, a natureza evidencial também é menos direta, mas é possível perceber que o autor do artigo científico é a fonte dessa informação, pois é o produtor do texto que considera que "a formação discursiva suscitada pela palavra "vacas" é a do falar provinciano". No entanto, esse sujeito enunciador opta por transmitir a informação através do plural de modéstia, na tentativa de manter uma relativa distância em relação ao que é dito, cumprindo as normas prescritas pelos manuais de metodologia científica que sugerem a "objetividade" e "imparcialidade" do pesquisador no discurso acadêmico. Em nosso *corpus*, também encontramos três casos, apresentados a seguir, em que o falante se coloca explicitamente como fonte do conteúdo asseverado:

(112) Por isso, **acredito** que minha pesquisa possa ser, de alguma forma, considerada como transdisciplinar.
A8-5-306

(113) [..] **acredito** que minha pesquisa se aproxime muito mais da teoria dos gêneros discursivos, cujo maior representante é Bakhtin, que tendem a selecionar suas categorias de análise, [..]
A8-29-330

(114) Sob essa perspectiva, **acredito** que seja possível compreender que lidar com os gêneros com base numa visão dialógica e sócio-histórica linguagem (BAKHTIN, 1992[1953]), isto é, como prática social situada no contexto de (inter)ação[...]
A8-68-370

É interessante percebermos que os três casos em que o autor do texto científico utiliza a forma verbal na primeira pessoa do singular, revelando-se como fonte da informação, ocorreram em um mesmo artigo científico, o artigo 8. Isso significa que dos nove artigos analisados, apenas em um deles o autor optou por mostrar explicitamente sua crença em algo. Esse dado comprova a tendência que o cientista tem de "mascarar" seu dizer com formas que garantam uma pseudoneutralidade, um distanciamento, produzindo assim um efeito de imparcialidade. Nos casos (112), (113) e (114), ocorre o contrário do que é preconizado pelos manuais de metodologia científica, pois o pesquisador opta por manifestar sua crença, defendendo aquilo em que ele acredita. Também chama a atenção o fato de, no momento em que esse pesquisador decide se posicionar intersubjetivamente em relação ao conteúdo, ele opta pelo uso do mesmo verbo de cognição: *acreditar*.

A indicação de um conhecimento amplamente compartilhado, ou seja, o uso da fonte de domínio comum, apareceu em nosso *corpus* com a terceira maior frequência (10,6%). Dos 358 casos de evidencialidade, 38 estão associados à fonte de domínio comum. Podemos observar o uso desse tipo de fonte na ocorrência a seguir:

(115) No exemplo 1, **percebemos** que as orientações para a produção do texto "carta comercial" se restringem à nomeação do gênero pura e simplesmente.
A4-25-187

Em (115), o autor utiliza um verbo de cognição flexionado na primeira pessoa do plural (*percebemos*), indicando que a percepção não é só dele, pois qualquer leitor que verificar o exemplo 1 poderá fazer a mesma inferência: as orientações para a produção da carta comercial se restringem à nomeação do gênero.

Conforme apresentado na metodologia desta dissertação, nos casos em que o plural representa a soma de "eu+tu", consideramos o tipo de fonte como sendo de domínio comum. No exemplo (115), verificamos que a segunda pessoa do singular (tu) é representada por qualquer leitor, que pode, juntamente com o autor do texto (eu), perceber a informação inferida. Já na ocorrência (116), o uso do predicado de cognição *perceber* na primeira pessoa do plural não indica uma fonte de domínio comum:

(116) Quanto à indicação do propósito comunicativo, **percebemos**, a partir da análise das dez unidades, que, em nenhuma das oito propostas de produção textual, há uma indicação clara dos propósitos comunicativos.
A4-28-190

No caso supracitado, o uso do verbo *perceber* na primeira pessoa do plural representa o chamado *plural de modéstia.* Nesse tipo de ocorrência, a fonte da informação é o próprio sujeito enunciador, pois é ele o responsável pela percepção. Em (116), a inferência é feita apenas pelo produtor textual; é ele quem analisa as dez unidades do livro e conclui que "em nenhuma das oito propostas de produção textual, há uma indicação clara dos propósitos comunicativos".

A fonte de domínio comum também foi verificada, em nosso *corpus*, nas ocorrências a seguir:

(117) Através do estudo realizado, **verifica-se** que as novelas veiculadas pela Rede Globo utilizam-se das estratégias de retorno anafórico do objeto direto de terceira pessoa.
A6-53-275

(118) No que diz respeito à instituição escolar, **percebe-se**, pois, que esta se encontra diante da necessidade premente de repensar sua funcionalidade, reavaliar suas estratégias e (re)inventar suas práticas, sobretudo no que concerne ao processo de ensino-aprendizagem.
A8-1-302

Observando as ocorrências mencionadas vemos que, ao utilizar o verbo na terceira pessoa do singular acompanhado do pronome impessoal *se* (voz impessoal), o autor do texto produz um efeito de compartilhamento da informação. O conteúdo veiculado pode ser "verificado" (117) por qualquer leitor ou "percebido" (118) por qualquer pessoa, logo, a informação passa a ser veiculada como um conhecimento de domínio comum. Também é possível perceber que o uso do verbo na terceira pessoa do singular + a partícula impessoal *se*, nos dois casos apresentados, revela um feito de diluição da responsabilidade do falante com o que é dito, dando a entender que o falante não é o único a "verificar" ou "perceber" o conteúdo veiculado, pois essa inferência feita pode ser realizada por várias pessoas, portanto, compartilhada.

7.3 Aspectos pragmáticos: os efeitos de sentido das expressões evidenciais e modais epistêmicas em artigos científicos

O suporte teórico assumido nesta pesquisa foi o paradigma funcionalista da linguagem. Nesse paradigma, entende-se que existe uma integração entre os níveis de análise (sintático, semântico e pragmático). No entanto, o nível pragmático é visto como o quadro maior dentro do qual figuram os níveis sintático e semântico. Essa ressalva está sendo feita porque apesar de iniciarmos o capítulo com a análise dos aspectos sintáticos, seguido do nível semântico e, somente ao final, apresentarmos os aspectos pragmáticos, esses níveis foram separados apenas por questões metodológicas. Lembramos que, no Funcionalismo, a pragmática ocupa um lugar especial na análise, pois é a partir dela que entendemos as relações estabelecidas nos níveis sintático e semântico.

Para uma análise mais apurada das categorias evidencial e modal espistêmica, acreditamos que o uso dessas expressões deve ser considerado tendo em vista o contexto discursivo no qual essas categorias ocorrem e os propósitos comunicativos do falante. Em artigos científicos, gênero aqui analisado, essas categorias são capazes de revelar o nível de

comprometimento do falante em relação ao conteúdo veiculado. Como assevera Coracini (1991), um enunciador pode assumir:

> "(...) com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. A isso não escapa o discurso científico, mesmo que se caracterize pelo uso de meios lingüísticos capazes de 'fazer crer' na imparcialidade e neutralidade da pesquisa" (p. 113).

O grau de comprometimento do autor de textos científicos em relação à informação veiculada pode ser verificado em três níveis: baixo, médio e alto comprometimento (cf. metodologia). No gráfico 5, podemos perceber a frequência das estratégias discursivas empregadas pelos autores de artigos científicos:

Gráfico 5: Frequência do nível de comprometimento

De acordo com o gráfico 5, constatamos uma alta frequência no uso das categorias analisadas para garantir um efeito de médio comprometimento. Das 410 ocorrências analisadas, 369 (90%) foram utilizadas para diluir a responsabilidade do falante em relação ao que é dito, mas sem distanciá-lo completamente do conteúdo (médio comprometimento). O baixo comprometimento ocorreu em 23 (5,6%), enquanto que o alto comprometimento foi representado por 18 ocorrências (4,4%). Passemos para a análise de cada um desses níveis.

7.3.1 Alto comprometimento

Essa estratégia discursiva de comprometer-se em nível elevado com a informação não é frequente em artigos científicos. A imparcialidade e neutralidade, características dos textos científicos, determinam a tendência dos autores de utilizar expressões linguísticas capazes de distanciá-los do conteúdo dito. No entanto, ainda ocorreram algumas expressões que revelaram um alto comprometimento do autor com o que é dito.

(119) Sob essa perspectiva, **acredito** que seja possível compreender que lidar com os gêneros com base numa visão dialógica e sócio-histórica linguagem [...] pode permitir que entendamos que a(s) maneira(s) como nos posicionamos discursivamente, sobretudo em práticas de produção textual disponibilizadas nos espaços virtuais, contribuem para (re)construir sentidos no mundo social e, mais do que isso, quem somos nesse mundo social.
A8-68-370

Vemos, no exemplo (119), que o produtor textual utiliza a expressão evidencial verbal na primeira pessoa do singular (*acredito*) para afirmar sua crença de que, adotando a perspectiva por ele apresentada, seja "possível compreender que trabalhar com uma visão dialógica de gênero contribui para a compreensão dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos em contexto discursivo". O efeito de sentido que decorre desse tipo de uso é de um comprometimento total do enunciador com a informação, já que o conteúdo é apresentado como uma crença, sem compartilhamento, do autor do artigo científico.

Se o escritor do texto preferisse relativizar seu comprometimento com a informação, poderia ter avaliado a realidade do estado de coisas através de um epistêmico objetivo, afirmado que "Sob essa perspectiva, **é possível** compreender que lidar com gêneros...." ou ainda poderia ter optado por utilizar o plural de modéstia "Sob essa perspectiva, **acreditamos** que seja possível compreender que lidar com gêneros...." , além de outras possibilidades que estão disponíveis no sistema para que o escritor produzisse um efeito de distanciamento em relação ao que é afirmado. Vale salientar que as opções linguísticas realizadas pelos falantes estão relacionadas aos seus propósitos comunicativos e às características do gênero utilizado. Como a atitude mais comum em um artigo científico (seguindo a orientação dos manuais de metodologia científica que prescrevem a neutralidade e objetividade no discurso acadêmico) é a utilização de expressões que amenizem o envolvimento do pesquisador, podemos inferir que o uso da forma verbal na primeira pessoa do singular e o consequente comprometimento do escritor com a informação seja resultado de

um objetivo do pesquisador. Seu intuito talvez seja de firmar-se enquanto sujeito ativo, que se posiciona e afirma algo em que acredita.

7.3.2 Médio comprometimento

O efeito de sentido de médio comprometimento do falante com o conteúdo comunicado ocorre quando o enunciador utiliza estratégias que atenuam sua responsabilidade sobre o dito. Dessa forma, ele não se afasta completamente do que é asseverado, mas também não pode ser totalmente responsabilizado pelo que é afirmado. Vejamos:

(120) A pesquisa centrou-se, de início, no período arcaico da língua portuguesa, época em que havia a "ausência de um controle gramatical normativo [...] que faz com que a variação seja constante" **(MATTOS E SILVA, 2001, p. 39)** portanto compreende um estágio da língua sem as prescrições de regras estabelecidas gramaticalmente, e na segunda metade do período moderno, em que já se têm as bases para uma escrita normativizada do português, permitindo, desse modo, flagrar melhor o uso e o funcionamento dos artigos definidos e indefinidos.
A1-3-3

Embora, na literatura sobre evidencialidade, seja comum considerar a evidencialidade reportada como diretamente relacionada a uma estratégia de baixo comprometimento, verificamos que esse domínio pode estar relacionado a uma estratégia de médio comprometimento. Observamos, em nossa análise, que, ao citar uma fonte externa definida, o autor do texto científico pode não se descomprometer totalmente com o conteúdo transmitido, evidenciando um descomprometimento parcial. Ao citar outro estudioso, o autor não se exime necessariamente da responsabilidade sobre o conteúdo asseverado, mas, pode, através do "argumento de autoridade", assumir a verdade veiculada, admitir um determinado posicionamento, ainda que essa adesão não seja explícita.

No exemplo (120), considerando que o artigo científico 1 trata do funcionamento dos artigos no período arcaico e moderno da Língua Portuguesa (cf. anexo: referências dos artigos científicos coletados), podemos observar que o autor do texto, através da justaposição, marca típica da evidencialidade reportada, cita uma fonte externa definida para dar respaldo a sua escolha por determinado período da Língua Portuguesa. É possível perceber que o produtor do artigo científico assume, ainda que de forma indireta, o pensamento da fonte citada (Mattos e Silva, 2001), admitindo a ausência de um controle gramatical no período arcaico para justificar a comparação do uso da classe dos artigos em dois períodos, o arcaico e o moderno.

O uso do auxiliar modal epistêmico na ocorrência (121) também garante um efeito de médio comprometimento do enunciador:

(121) Tal asserção nos faz operar não com uma visão de linguagem estática, mas com uma visão situada de língua em uso, em que práticas didáticas plurais e multimodais **podem ser** favorecidas e possibilitadas pelas diferentes teorias de gêneros (ROJO, 2006).
A8-23-324

Em (121), a avaliação que o produtor textual faz acerca da possibilidade de as práticas didáticas plurais e multimodais serem ou não favorecidas e possibilitadas pelas teorias de gêneros implica em uma diluição da responsabilidade do falante com o que é dito, pois o estado de coisas é apresentado como possível. O pesquisador também pode imprimir um efeito de médio comprometimento com a informação veiculada ao utilizar o plural de modéstia, mesmo sendo ele a fonte legítima dessa informação.

(122) Como conseqüência disso, **ressaltamos** o aumento considerável do número de pessoas interessadas nesse idioma, ainda que nem todos com o mesmo objetivo.
A4-5-167

(123) "Mais do que aprendizes, é preciso que os estudantes sejam ativos na esfera acadêmica. Por isso **acreditamos** que é preciso criar situações que provoquem o seu posicionamento com base nas suas leituras, para que sua escrita não corra o risco de "dizer nada a ninguém, por nenhuma razão em particular" (BAZERMAN, 2006, p.15).
A2-67-135

Nos dois casos apresentados, vemos que o enunciador é a fonte da informação, afinal, é ele quem ressalta a existência do aumento considerável no número de pessoas interessadas no idioma (122) e é ele também o sujeito que acredita na necessidade de se criar situações que provoquem o distanciamento do estudante na esfera acadêmica a fim de construir a criticidade dos indivíduos na instância científica (123). No entanto, esse sujeito (fonte da informação) opta por apresentar sua afirmação e sua crença através da primeira pessoa do plural (plural de modéstia) gerando uma pseudoneutralidade, que imprime um efeito de médio comprometimento.

É interessante percebermos que há gradações internas nesse nível de médio comprometimento. Embora em todos esses exemplos o autor produza um efeito de comprometimento parcial com a informação veiculada, se compararmos as ocorrências (120), (121), (122) e (123), notamos que os dois primeiros casos apresentam um efeito de menor comprometimento se relacionados aos dois últimos.

A alta frequência desse tipo de recurso discursivo (90%) tem relação com as características do gênero aqui analisado. Os manuais de metodologia científica prescrevem que a ciência deve ser objetiva e imparcial, por isso, o pesquisador deve escrever o texto científico buscando produzir um efeito de neutralidade. Essas características influenciam os pesquisadores a procurarem o maior distanciamento possível em relação ao objeto de análise. No entanto, como mostramos no capítulo 5 desta dissertação, o cientista não deixa de ser um sujeito pensante, um ser crítico, que dono de uma ideologia, apenas "mascara" sua subjetividade. Esse embate entre subjetividade do pesquisador e o efeito de objetividade que deve caracterizar o discurso científico é amenizado quando o autor do texto utiliza expressões que garantem um efeito de médio comprometimento, pois o escritor não se afasta completamente da responsabilidade sobre a informação (revelando sua subjetividade), mas também não se compromete totalmente (garantindo uma pseudoneutralidade).

7.3.3 Baixo comprometimento

O efeito de baixo comprometimento é instaurado quando o falante revela maior distanciamento em relação ao que é asseverado. Em nosso *corpus*, esse efeito teve a segunda maior frequência verificada (5,6%). Vejamos as ocorrências que apresentam maior distanciamento do autor do texto científico com o que é asseverado:

(124) **Alguns autores chegam a considerar** tal ligação como associativa, Koch e Elias, no entanto, diferenciam a anáfora indireta da anáfora associativa.
A1-59-59

É possível perceber no exemplo (124) que, ao utilizar uma fonte externa indefinida (*alguns autores*) o autor do texto produz um efeito de maior distanciamento em relação à informação, já que não podemos identificar quais são os autores que fazem a consideração de que a ligação é associativa. Na ocorrência (125), o autor também imprime um efeito de baixo comprometimento:

(125) **Não queremos dizer** que as estratégias intertextuais *em si* fazem com que as produções funcionem como resenha, mas sim a efetivação, nestas produções, do objetivo do produtor, objetivo esse que é reconhecido pelo leitor através das estratégias intertextuais empregadas.
A2-63-131

Nessa ocorrência, vemos que o produtor textual se distancia completamente do conteúdo proposicional, negando-se, inclusive, como fonte da informação. Essa atitude parece

ser uma estratégia de preservação de faces[37], pois antes mesmo que o leitor imagine que esse enunciado é de responsabilidade do autor, ele já nega essa possibilidade. Uma das estratégias mais utilizadas para produzir um efeito de baixo comprometimento no *corpus* foi o uso de verbo na terceira pessoa do singular na voz impessoal.

(126) **Sabe-se** que as gramáticas normativas definem, em sua maioria, o objeto direto como um complemento de um verbo transitivo direto que, geralmente, não vem ligado por preposição.
A6-25-247

(127) **Percebe-se**, contudo, que algumas variantes gozam de prestígio social, enquanto outras são desprestigiadas socialmente.
A6-22-244

Nas ocorrências (126) e (127), ao fazer uso da fonte de domínio comum, o autor do artigo científico produz um efeito de maior distanciamento com a informação veiculada. A marca evidencial utilizada pelo produtor textual (verbo na terceira pessoa+pronome impessoal) colabora para a construção do efeito de baixo comprometimento, pois o conhecimento não é só do falante, mas é compartilhado por toda a coletividade. Em (126), o uso do predicado de conhecimento instaura um valor de informação aceita como verdadeira por todos; enquanto em (127), o predicado de cognição reporta a algo que pode ser percebido por qualquer pessoa.

No que tange aos efeitos de sentido, é interessante compararmos a diferença que decorre do uso do mesmo predicado de cognição em (128) e (129):

(128) Dessa forma, **percebe-se** que os estudos do idealizador da sociolingüística variacionista vão além dos tópicos lingüísticos considerados pela lingüística geral: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica.
A6-9-231

(129) Quanto à indicação do destinatário, **percebemos** que metade das propostas não o indica.
A4-21-183

Como já foi apontado, na ocorrência (128), o efeito de sentido é de baixo comprometimento, pois o autor utiliza uma fonte de domínio comum, através de verbo na voz impessoal para imprimir um maior distanciamento em relação ao conteúdo asseverado. Já em (129), o efeito é de um distanciamento parcial, ou seja, de médio comprometimento, visto que, ao utilizar o plural de modéstia, o falante ameniza sua responsabilidade sobre a informação veiculada, mas não se afasta completamente do dito.

[37] Brown e Levinson (1987).

7.3.4 Marcas de adesão

Para a análise da evidencialidade como marca de (des)comprometimento dos autores de artigos científicos, investigamos a possibilidade de o escritor do artigo utilizar alguma marca que mostrasse sua adesão ao conteúdo reportado.

Vale salientar que, embora cientes de que a adesão pode estar implícita (por exemplo, quando o que é dito pelo autor é coerente, compatível, conduz à mesma construção argumentativa que as fontes citadas), optamos por analisar apenas as marcas explícitas, ou seja, apenas os casos em que o autor do texto científico revelasse explicitamente sua adesão às ideias da fonte citada. Visto que a análise qualitativa referente à presença de marcas de adesão aplica-se ao domínio da evidencialidade reportada, nessa subseção, foram analisadas as 288 ocorrências verificadas nesse domínio evidencial.

Os resultados obtidos podem ser observados no gráfico seguinte:

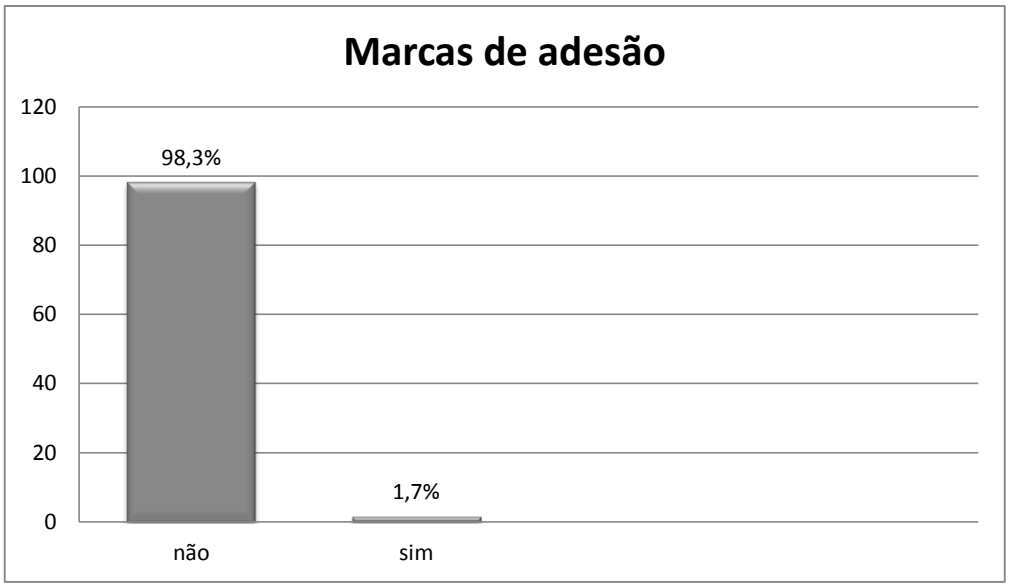


Gráfico 6: Marcas de adesão

Como podemos perceber, houve uma diferença significativa em relação ao uso de marcas de adesão no nosso *corpus*. Das 288 ocorrências da evidencialidade reportada, 283 (98,3%) não apresentaram marca de adesão. Em apenas 5 ocorrências (1,7%) foi detectada alguma expressão que salientava a aprovação do enunciador ao que era dito. A baixa incidência de marcas que reforcem a aprovação do pesquisador em relação ao conteúdo

reportado é reflexo das características do texto científico, pois o cientista procura produzir um texto que pareça neutro, que produza um efeito de verdade que independe do pesquisador. Vejamos alguns casos[38] em que o pesquisador utilizou uma marca de adesão para explicitar seu envolvimento com a informação:

(130) A orientação funcionalista que se procurou dar ao trabalho em questão, como bem **lembra** Barreto (1999, p. 19), leva em conta, sobretudo, o reconhecimento da existência de normas que regem a própria constituição e configuração "das expressões lingüísticas".
A1-2-2

(131) Concordamos, portanto, com a idéia do autor brasileiro de que "o que distingue as relações intertextuais das interdiscursivas não é a 'localização' do discurso 'reportado', mas a natureza deste" **(COSTA, 2001, p.07)**.
A9-3-378

Em (130), o autor do texto científico evidencia sua adesão ao conteúdo asseverado através do uso do advérbio de modo *bem*, mostrando que ele assume, juntamente com Barreto, a importância da orientação funcionalista para que, no trabalho, fosse considerada a existência de normas para a constituição e configuração das expressões linguísticas. Como havíamos comentado na subseção 7.3.2, ao citar uma fonte externa definida, o autor do texto pode assumir, de maneira implícita, o pensamento da fonte citada. No entanto, em (130), o autor mostra explicitamente, através da marca adverbial de adesão, que compartilha o conhecimento com a autoridade que ele reporta em seu texto, garantindo, assim, um efeito de alto comprometimento do falante com o conteúdo veiculado, apesar de não ser o enunciador a fonte da informação.

A constatação de que havia marcas utilizadas pelos pesquisadores para reforçar seu posicionamento diante do que foi enunciado por outrem teve grande importância para não considerarmos a existência de uma relação direta e necessária entre indicação de fonte externa definida e efeito de baixo comprometimento (cf. seção 7.4.2).

Na ocorrência (131), o autor do texto utiliza a justaposição simples para indicar a fonte da informação (Costa, 2001) e manifesta sua adesão ao pensamento dessa fonte citada através do verbo *concordamos*, que indica, por sua natureza semântica, uma aceitação, uma adesão explícita às ideias de Costa.

[38] Nessas ocorrências, o termo em negrito é a marca evidencial, enquanto a expressão sublinhada destaca a marca de adesão presente no texto.

7.4 Os meios de expressão e sua relação com os domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica

Como foi apresentado na seção 6 (metodologia) desta dissertação, foram investigados os seguintes meios de expressão: verbo pleno, verbo auxiliar, adjetivo, advérbio, preposição, justaposição simples e normas citativas da ABNT. A relação entre esses meios de expressão e os domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica pode ser verificada na tabela abaixo:

		MARCA							
		verbo auxiliar	verbo pleno	adjetivo	advérbio	preposição ou loc	justaposição	ABNT	Total
domínio	ep objetivo	50		2					52
	ev subjetiva		18		11	3			32
	ev reportada		111	2		79	67	29	288
	ev inferencial	1	36						37
	ev experiencial		1						1
Total		51	166	4	11	82	67	29	410

Tabela 1: Relação entre domínio e meio de expressão

Como vemos na tabela acima, das 410 ocorrências coletadas, 166 foram expressas através de verbo pleno, sendo que este meio de expressão teve maior número de ocorrências no domínio da evidencialidade reportada, somando 111 casos, das 288 manifestações. A seguir, apresentamos uma ocorrência em que o produtor textual dá voz a uma terceira pessoa reportada através de um verbo pleno:

(132) Koch (1990), Neves (2007) e Koch e Elias (2007) **consideram** um outro tipo de anáfora, a anáfora indireta, ou seja, aquela cujas unidades sintagmáticas não possuem antecedentes explícitos no co-texto, [...].
A1-58-58

A segunda maior ocorrência verificada em nosso *corpus* foi de marcas prepositivas, 82 casos. Desse número total de marcas prepositivas, 79 estão relacionadas à evidencialidade reportada. Vale salientar que, nesse tipo de marca, figuram não apenas preposições (133), mas também locuções prepositivas (134):

(133) **Segundo** Duarte (1989), o uso de SNs anafóricos não se constitui exatamente como uma variante lingüística, mas, sim, pode ser visto como um processo de esquiva diante da avaliação social da variação.
A6-34-256

(134) **De acordo com** esse autor, os gêneros são o resultado de cristalizações das práticas de linguagem e, portanto, podem ser tomados como modelos de atuação.
A8-31-332

A justaposição simples, colocação da fonte da informação imediatamente antes ou depois do conteúdo asseverado, também teve uma frequência relevante nos dados, somando 67 casos. Esse tipo de marca é bastante comum em textos científicos e aparece sempre relacionada ao domínio da evidencialidade reportada:

(135) Entendendo o sujeito como o termo da oração que concorda com o verbo, constituindo seu assunto central, e que normalmente apresenta como núcleo um substantivo, um pronome ou uma palavra substantivada **(CEREJA & MAGALHÃES, 1999, p. 273)**, temos como ocorrência [...].
A5-21-221

Os verbos auxiliares modais ocorreram quase que em sua totalidade no domínio da modalidade epistêmica objetiva (50). Esse dado revela ser o verbo auxiliar modal uma marca produtiva quando o autor de artigo científico objetiva indicar uma avaliação sobre a realidade de um estado de coisas:

(136) Ao formalizar esse cenário, a análise sociolingüística **pode** estabelecer a relação entre o processo de variação que se observa na língua em um determinado momento (isto é, sincronicamente) com os processos de mudança que estão acontecendo [...].
A6-17-239

A manifestação da fonte da informação, através das normas citativas da ABNT, teve todas as suas 29 ocorrências associadas à evidencialidade reportada, enquanto que as expressões adverbiais apareceram no domínio da evidencialidade subjetiva (11 casos), como exemplificado, respectivamente, nas ocorrências (137) e (138):

(137) Propõe-se neste projeto, portanto, explorar todo esse potencial do mundo virtual com base nos estudos dos gêneros discursivos e dos gêneros digitais, adotando uma perspectiva transdisciplinar[2]
A8-3-304

(138) O latim não era **obviamente**, uma língua homogênea, como não é toda e qualquer língua existente.
A1-14-14

Em (137), o autor do texto faz uso da nota de rodapé para indicar que a origem da

informação é uma fonte externa definida. Já em (138), o autor opta por utilizar o advérbio *obviamente*, revelando ser ele a fonte da informação. Embora o produtor textual queira "fazer crer" que a informação está à vista de todos, o conteúdo é claro o suficiente para ele, que é quem afirma ser óbvio que o latim "não é uma língua homogênea, como não é toda e qualquer língua".

A marca adjetiva constitui o menor número de ocorrências, apenas 4 casos, 2 no domínio da evidencialidade reportada e 2 na modalidade epistêmica objetiva, como pode ser verificado, respectivamente, em (139) e (140).

(139) Um outro tipo de relação anafórica, também **apontado por** Milner, tomando como base a língua francesa, é a nominal de sucessão un...le[5] aqui reformulada como anáfora seqüencial i-d[6], ou seja, o referente vem precedido de artigo indefinido e o item referenciar apresenta-se encetado por um artigo definido, como em (07), nos itens destacados.
A1-57-57

(140) [...] assentados sobre o princípio da transdisciplinaridade, uma vez que a própria "linguagem, pela sua natureza, é transdisciplinar, não menos quando é focada como objeto de estudo, e exige dos professores essa perspectiva em situação didática (PCNEM, 2000, p. 5), **é possível mobilizar** intensamente professores e alunos, assim como os diverso recursos didáticos disponíveis e construídos coletivamente.
A8-73-375

Em (139), a expressão adjetiva *apontado por* é utilizada pelo autor do artigo científico para reportar ao pensamento de Milner (origem da informação veiculada). Já em (140), o uso do adjetivo em posição predicativa coloca a informação no terreno da possibilidade, ou seja, o autor do texto modaliza epistemicamente seu enunciado, mostrando que há uma possibilidade de ser feita uma mobilização de professores e alunos.

Tendo em vista o objetivo principal dessa pesquisa que é estudar as manifestações evidenciais e modais epistêmicas que indicam o nível de comprometimento do autor de artigos científicos em relação aos conteúdos enunciados, nas próximas seções da dissertação apresentaremos as correlações existentes entre as categorias de análise e o nível de envolvimento do enunciador com a informação veiculada.

7.5 O grau de comprometimento através dos meios de expressão

Um dos objetivos específicos de nossa pesquisa é verificar como os autores de artigos científicos utilizam os meios de expressão para evidenciar seu grau de

comprometimento com o conteúdo veiculado. A tabela 2 mostra a correlação entre meio de expressão e grau de comprometimento:

		nível de comprometimento			
		baixo	médio	alto	Total
MARCA	verbo auxiliar		50	1	51
	verbo pleno	23	136	7	166
	adjetivo		4		4
	advérbio		3	8	11
	preposição ou loc		81	1	82
	justaposição		66	1	67
	ABNT		29		29
Total		23	369	18	410

Tabela 2: Meios de expressão e nível de comprometimento

Observa-se, através dos dados da tabela (2), que os 23 casos de baixo comprometimento ocorreram sempre com verbo pleno, tal como exemplificado na ocorrência (141):

(141) **Verifica-se**, a partir do Gráfico 2, que o percentual de anáforas, sobretudo das diretas, supera o índice de catáforas e de exóforas no corpus.
A1-65-65

Em (141), o uso da marca evidencial na voz impessoal (verbo na terceira pessoa do singular+pronome impessoal *se*) garante um distanciamento maior do produtor textual com o dito, pois, nesse tipo de caso, sabemos que há uma verificação de um fato, mas ele é tão compartilhado entre autor e leitor, que o pesquisador omite a fonte dessa verificação, tornando-a de domínio comum.

O efeito de médio comprometimento, que teve maior número de ocorrências no *corpus* (369 casos), foi manifestado através de todos os meios de expressão: verbo auxiliar, verbo pleno, adjetivo, advérbio, preposição, justaposição e normas da ABNT. Para efeito de exemplificação, passamos a apresentar os três meios verbais mais recorrentes (verbo pleno, preposição e justaposição), respectivamente:

(142) Portanto, conforme **observou** Beline (2003), fatores sociais, como sexo do falante, sua idade, seu nível econômico e sua escolaridade, isto é, fatores extralingüísticos, estão envolvidos na variação.
A6-19-241

(143) **Segundo** Bakhtin (1995, p. 113), "toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém.".
A4-23-185

(144) [...] Com esse tipo de abordagem, o trabalho com a leitura e produção de textos na escola ficaria menos "pedagógico" e mais próximo das experiências sociais compartilhadas pelos alunos fora da sala de aula. **(SILVA, 2005).**
A4-35-197

Nos três casos citados, o efeito de médio comprometimento decorre da análise do contexto maior no qual as ocorrências aparecem. Em (142), o autor recorre ao "argumento de autoridade" para justificar uma afirmação anterior de que "É precípuo à Teoria da Variação considerar a língua em seu contexto sócio-cultural, uma vez que parte da explicação que encontra para a heterogeneidade que emerge nos usos lingüísticos concretos, pode ser encontrada em fatores externos ao sistema lingüístico e não só nos fatores internos à língua", ou seja, ele assume as ideias de Beline (2003) para respaldar seu pensamento e produz um efeito de médio envolvimento com o dito. Na ocorrência (143), o autor reporta a autoridade da área (Bakhtin, 1995, p. 113), através da marca evidencial prepositiva, no intuito de fazer a comunidade discursiva aceitar sua verificação de que a questão que trata de produção textual do livro didático de espanhol instrumental analisado (*redacte* uma carta comercial) não atende aos objetivos esperados, pois não faz referência à outra face enunciativa, o destinatário. Da mesma forma, em (144), o autor também imprime um efeito de comprometimento parcial, pois, ao citar a fonte, ele assume o pensamento de Silva (2005) para defender o seu tipo de abordagem.

A estratégia de alto comprometimento, pouco frequente no discurso acadêmico (18 casos), teve maior número de ocorrência por meio da marca adverbial:

(145) Pelo que a análise das ocorrências de artigos no corpus, no aspecto função referenciativa, demonstrou, há **realmente** uma maior tendência dos artigos indefinidos à catáfora e dos definidos à anáfora.
A1-64-64

Em (145), ao utilizar o modalizador epistêmico de certeza, o autor do texto indica uma crença ou opinião sua em relação ao conteúdo comunicado, revelando-se mais comprometido com a informação veiculada, pois ele é o sujeito que afirma estar certo de que existe uma maior tendência dos artigos indefinidos à catáfora e dos definidos à anáfora.

7.6 Os tipos de fonte e o nível de comprometimento

O efeito de sentido de baixo, médio ou alto comprometimento do enunciador com o conteúdo veiculado tem relação com o tipo de fonte que é indicada pelo produtor do texto científico. É interessante perceber que o tipo de fonte é uma categoria que diz respeito apenas ao domínio evidencial, por isso, a análise aqui proposta conta com um total de 358 ocorrências referentes à manifestação do domínio da evidencialidade. A tabela (3) apresenta os tipos de fonte e os efeitos de sentido decorrentes do uso de cada uma delas:

		nível de comprometimento			
		baixo	médio	alto	Total
fonte evidencial	enunciador	1	30	13	44
	externa definida		268	5	273
	externa indefinida	3			3
	domínio comum	19	19		38
Total		23	317	18	358

Tabela 3: Tipo de fonte e nível de comprometimento

De acordo com a tabela, nos casos em que o falante se coloca como fonte da informação, ele pode imprimir os três efeitos de sentido: baixo, médio e alto comprometimento, sendo mais frequente o uso dessa fonte com o efeito de médio comprometimento (30 casos). A alta frequência desse efeito de sentido nos casos em que o sujeito enunciador se manifesta como fonte da informação chama a atenção nos resultados obtidos, pois revela que não há uma relação direta entre fonte- sujeito enunciador e alto comprometimento, como exemplificado na ocorrência seguinte:

(146) Com base na abordagem textual de Marcuschi (2008), influenciada também por Bronckart, **entendemos** que o intertexto diz respeito à realidade material que oferece um modelo para a produção de gêneros.
A2-37-105

Na ocorrência (146), embora o próprio produtor textual seja a fonte da atitude cognitiva de "entender", ao fazer uso da marca evidencial verbal na primeira pessoa do plural, ele procura diluir sua responsabilidade sobre o que é afirmado. Dessa forma, ele não se distancia totalmente do dito, mas também não se coloca explicitamente como a única origem

do conhecimento, "mascarando" sua responsabilidade através do plural de modéstia.

Outro dado que possibilita uma reflexão sobre a relação entre fonte da informação e nível de envolvimento do falante é o fato de a fonte externa definida não ter produzido o efeito de baixo comprometimento em nenhuma das ocorrências. Na literatura sobre a categoria evidencialidade é comum a aceitação de que, ao citar uma fonte externa definida, o falante transfere a responsabilidade do dito para a fonte citada (cf. LUCENA, 2008; CARIOCA, 2009). No entanto, analisando as características do discurso científico e as funções que a citação pode assumir nos textos acadêmicos, percebemos, em nosso *corpus*, que o autor do texto não cita a fonte apenas para dizer que "as palavras ditas pertencem a outro indivíduo", mas para assumir as palavras da fonte citada garantindo o "argumento de autoridade" para comprovar seu posicionamento, suas ideias e conclusões (médio comprometimento). Vejamos:

(147) **De acordo com** Preti (1997), os Meios de Comunicação de Massas usam a linguagem comum (intermediária) entre a norma padrão e a linguagem popular, por causa da aproximação que devem fazer entre a linguagem falada e a escrita.
A6-3-225

Na ocorrência (147), o autor do texto científico utiliza a marca evidencial (locução prepositiva) para mostrar que adere às palavras da fonte definida (Preti, 1997), justificando a escolha do *corpus*, já que a análise da expressão "olha ele" será realizada nas novelas da Rede Globo.

Ao utilizar uma fonte externa definida, o autor do texto científico também pode imprimir um efeito de alto comprometimento com o conteúdo veiculado:

(148) Reconhecemos, assim **como** o autor citado, que a interdiscursividade é um fenômeno de natureza enunciativa, mas que pode incidir também sobre a palavra, o que ele denomina de interdiscursividade lexical.
A9-12-387

Em (148), o autor do texto prefere não deixar implícito seu compartilhamento com as ideias da fonte citada e utiliza uma marca verbal *reconhecer* para explicitar a aceitação de que "a interdiscursividade é um fenômeno de natureza enunciativa, mas também pode incidir sobre a palavra". Esse tipo de uso garante um efeito de alto comprometimento do autor com o conteúdo veiculado.

Como o alto comprometimento do autor em relação à fonte externa definida está associado à presença de marcas explícitas de adesão, cumpre evidenciar, através da tabela (4),

a relação entre tipo de fonte, marca de adesão e nível de comprometimento:

fonte evidencial			marca de adesão		Total
			sim	não	
enunciador	nível de comprometimento	baixo		1	1
		médio		30	30
		alto		13	13
	Total			44	44
externa definida	nível de comprometimento	médio		268	268
		alto	5		5
	Total		5	268	273
externa indefinida	nível de comprometimento	baixo		3	3
	Total			3	3
domínio comum	nível de comprometimento	baixo		19	19
		médio		19	19
	Total			38	38

Tabela 4: Relação entre tipo de fonte, marca de adesão e nível de comprometimento

Como vemos através da tabela (4), a marca de adesão ocorre sempre relacionada à fonte externa definida e garante um efeito de alto comprometimento, ou seja, sempre que o autor utiliza a marca de adesão, ele mostra explicitamente que assume, junto com a fonte citada, o conteúdo veiculado, por isso, se compromete de maneira acentuada com o que é dito.

A adesão pode estar implícita na coerência entre o que o autor e a fonte citada afirmam. No entanto, nesta pesquisa, só analisamos as marcas explícitas de adesão, como apresentado anteriormente na ocorrência (148).

A fonte externa indefinida, pela própria natureza lexical imprecisa, ocorreu sempre vinculada ao efeito de baixo comprometimento:

(149) [....] ou fornecem um panorama histórico do que **muitos acreditam** ter sido uma "evolução" (COUTINHO,1977)[...]
A1-4-4

A ocorrência (149) mostra claramente que o autor do texto científico não sabe a origem do conhecimento ou não quer se comprometer com a fonte, por isso, faz uso da fonte indefinida. Esse tipo de manifestação da fonte tem baixa frequência no artigo científico por produzir um efeito de pouca confiabilidade, pois o conteúdo aproxima-se mais do que conhecemos como um boato.

Quanto à fonte de domínio comum, não constatamos nenhum caso que produzisse o efeito de alto comprometimento. Ao que parece, o uso desse tipo de fonte é mais produtivo

para relativizar o comprometimento do enunciador com a informação, seja para produzir um efeito de comprometimento parcial (150) ou para garantir um maior distanciamento (151):

(150) Logo, **é interessante percebermos** no exemplo apresentado a idéia de que "é proposto que os alunos produzam resumos, a fim de melhor compreender as idéias dos textos; fato que irá auxiliá-los na produção de um texto baseada em leitura prévia"
A2-50-118

(151) Por isso, **percebe-se**, também, um Veríssimo questionador dos moldes de crítica seguidos até então por alguns escritores.
A3-14-149

Em (150), o produtor textual produz um efeito de médio comprometimento, pois, mesmo utilizando a estratégia de apresentar a informação com fonte de domínio comum, ainda conseguimos identificar o autor do texto entre os que percebem o que é proposto, pois, ao colocar o verbo na primeira pessoa do plural, o autor do texto científico mostra que compartilha a inferência com os leitores. Já em (151), a fonte de domínio comum, manifestada por meio da voz impessoal, garante um efeito de maior distanciamento do enunciador com o dito, pois o compartilhamento do conhecimento é tão intenso, que ele opta por focalizar o conteúdo veiculado, o conteúdo do que é percebido.

7.7 O comprometimento em relação à posição da marca evidencial no enunciado

Assim como a fonte da informação, a posição da marca no enunciado não se aplica ao domínio da modalidade epistêmica. Dessa forma, para a obtenção dos dados da tabela (5), foram verificadas apenas as 358 ocorrências relacionadas ao domínio da evidencialidade. O resultado obtido da análise da posição da marca evidencial no enunciado em relação ao nível de comprometimento do falante pode ser observado na tabela (5):

		nível de comprometimento			
		baixo	médio	alto	Total
posição	anteposta	15	78	10	103
	intercalada	8	153	7	168
	posposta		86	1	87
Total		23	317	18	358

Tabela 5: Posição da marca evidencial e nível de comprometimento

Como podemos ver, as posições anteposta e intercalada favorecem a produção dos três efeitos de sentido, embora sejam mais frequentes quando o falante quer manter um envolvimento parcial com a informação, como exemplificado nos casos a seguir:

(152) **Para** os sociolingüistas, a mudança lingüística se propaga dentro da sociedade em que a língua é falada.
A6-41-263

(153) Ferreira (1987, p. 367) fazendo levantamento na versão galego-portuguesa do Foro Real de Afonso X, séculos XIII-XIV, **conclui que** os artigos "já começavam a ser empregados com os adjetivos possessivos, sendo muito freqüente quando o possessivo está em função [...]
A1-21-21

Na posição posposta, não houve nenhuma ocorrência que revelasse o baixo comprometimento do escritor com o conteúdo. Isso pode ser justificado pelo fato de todos os casos de posposição verificados na análise estarem relacionados ao uso da fonte externa definida. Como esse tipo de fonte não apresentou nenhum caso que produzisse o efeito de baixo comprometimento, mas apenas de médio e alto comprometimento (cf. tabela 3), também não verificamos esse maior distanciamento com a relação à posposição.

Em nosso *corpus*, tivemos apenas um caso em que a marca evidencial apareceu na posição posposta em um contexto em que se produziu um efeito de alto comprometimento do autor com o conteúdo asseverado:

(154) Concordamos, portanto, com a idéia do autor brasileiro de que "o que distingue as relações intertextuais das interdiscursivas não é a 'localização' do discurso 'reportado', mas a natureza deste" **(COSTA, 2001, p.07)**.
A9-3-378

Essa ocorrência nos mostra que o escritor do texto assume explicitamente estar de

acordo com as ideias da fonte justaposta. Ao utilizar a marca de adesão “concordamos”, esse pesquisador assume a postura de alguém que está explicitamente comprometido com o que é veiculado por Costa (2001).

7.8 Domínio e nível de comprometimento

Como apresentamos na metodologia desta dissertação (seção 6), os domínios investigados nesta pesquisa foram: epistêmico objetivo, evidencialidade subjetiva, evidencialidade inferencial, evidencialidade experiencial e evidencialidade reportada. Já apresentamos a descrição e análise da manifestação desses domínios nos artigos científicos que configuram o *corpus* (cf. seção 7.2.1). No entanto, importa saber qual tipo de domínio é mais utilizado pelos autores de artigos para produzir o efeito de distanciamento, tendo em vista a prescrição dos manuais de metodologia científica que ditam o uso de expressões capazes de gerar uma pseudoneutralidade do pesquisador em relação à informação veiculada. A tabela (6) reúne os resultados obtidos através da relação entre domínio e nível de comprometimento:

		nível de comprometimento			
		baixo	médio	alto	Total
domínio	ep objetivo		52		52
	ev subjetiva	1	19	12	32
	ev reportada	10	273	5	288
	ev inferencial	12	24	1	37
	ev experiencial		1		1
Total		23	369	18	410

Tabela 6: Domínio e nível de comprometimento

A primeira observação que pode ser feita a partir dessa tabela é que o domínio mais utilizado para imprimir o distanciamento do pesquisador em relação ao que se diz é a evidencialidade inferencial (12 casos). Vejamos as ocorrências:

(155) Nesse sentido, **compreende-se** que as práticas de letramento – "várias e analisáveis em suas particularidades – são constitutivas, em campos de práticas extremamente diversos, em novas formas de relações sociais [...]
A8-43-345

(156) No que diz respeito à instituição escolar, **percebe-se**, pois, que esta se encontra diante da necessidade premente de repensar sua funcionalidade, reavaliar suas estratégias e (re)inventar suas práticas [...].
A8-1-302

Considerando-se que a evidencialidade reportada é constitutiva desse gênero e a subjetiva é pouco frequente, a evidencialidade inferencial é expediente para imprimir no enunciado um efeito de maior diluição da responsabilidade do pesquisador com o conteúdo comunicado.

Em (155), o fato de o escritor omitir o sujeito cognitivo que compreende as práticas de letramento como "constitutivas em campos de práticas diversos" parece imprimir na construção uma impessoalização retórica que produz um efeito de maior distanciamento do falante com a informação. Na ocorrência (156), o uso do verbo de cognição na terceira pessoa do singular junto com o pronome de impessoalização garante o efeito de que qualquer pessoa pode efetuar essa inferência, tornando o conhecimento como algo partilhado pela comunidade discursiva, e isso dilui a responsabilidade do pesquisador. Como vemos nos dois casos apresentados, os autores dos textos científicos utilizam predicados verbais de natureza inferencial, que manifestam uma conclusão lógica (compreender/perceber) do produtor textual sobre algo.

Fazendo uma ponte com o efeito de sentido exatamente contrário ao que foi apresentado nas ocorrências (155) e (156), verificamos, em nossa análise, que o tipo de domínio que mais evidencia um alto grau de comprometimento do produtor textual com o conteúdo veiculado é a evidencialidade subjetiva, com 12 casos. Através desse tipo de evidencialidade, o falante revela sua opinião ou crença acerca da informação. Como vemos na ocorrência (157), através do uso do predicado de crença *acreditar* flexionado na primeira pessoa do singular, o autor do texto científico garante um maior comprometimento com o que é dito, pois é ele quem revela sua crença acerca de alguma coisa.

(157) Por isso, **acredito** que minha pesquisa possa ser, de alguma forma, considerada como transdisciplinar.
A8-5-306

Os casos em que a evidencialidade reportada esteve associada ao efeito de maior comprometimento (5 ocorrências) do escritor com a informação veiculada têm relação com a presença de marcas explícitas de adesão no enunciado, como vemos em (158):

(158) A orientação funcionalista que se procurou dar ao trabalho em questão, **como bem lembra** Barreto (1999, p. 19), leva em conta, sobretudo, o reconhecimento da existência de normas que regem a própria constituição e configuração "das expressões linguísticas".
A1-2-2

Nesse tipo de ocorrência, o autor se compromete de maneira mais acentuada com o conteúdo enunciado pela fonte externa definida (Barreto, 1999, p. 19), pois revela, através do uso do advérbio de modo, a aceitação explícita das ideias da fonte citada.

Quanto ao nível de médio comprometimento, o domínio mais utilizado pelos autores de artigos científicos foi a evidencialidade reportada. A predominância desse domínio relacionado ao comprometimento parcial do autor com a informação asseverada deve-se às funções discursivas que a citação assume em textos científicos, visto que é comum, nesse contexto discursivo, a citação de uma autoridade da área para respaldar a pesquisa do iniciante na academia, como vemos em (159):

(159) Ele estava sujeito a mudanças **(SAPIR, 1954 [1921], p. 119)** de diversas ordens: fonética, fonológica, morfossintática e semântica.
A1-15-15

Se analisarmos o contexto maior no qual a ocorrência foi verificada, podemos inferir que o autor do artigo científico reporta a autoridade da área, Sapir, para assumir, de maneira implícita, o pensamento da fonte acerca das mudanças sofridas pelo latim, pois o pesquisador precisa respaldar sua afirmação de que "o latim não era obviamente uma língua homogênea".

Outro dado interessante da tabela (6) é o fato de o domínio da modalidade epistêmica objetiva só ter expressado o efeito de médio comprometimento. Provavelmente, essa relação acontece devido à natureza conceitual do domínio, pois a modalidade epistêmica objetiva engloba aquelas manifestações que estão no nível representacional, logo expressam avaliação do falante, sem revelar o envolvimento deste com o conteúdo dito.

CONCLUSÕES

Nesta dissertação, foram analisadas as manifestações evidenciais e modais epistêmicas em artigos científicos publicados em anais da área de Linguística no período de 2008 e 2009. Nosso objetivo principal foi estudar as manifestações da evidencialidade e da modalidade epistêmica que indicam o nível de comprometimento do autor com o conteúdo veiculado. Com um *corpus* formado por 410 ocorrências coletadas de nove artigos científicos, analisamos os aspectos sintáticos (meios de expressão e posição da marca evidencial no enunciado), semânticos (tipo de domínio e tipo de fonte da expressão evidencial) e pragmáticos (grau de comprometimento do pesquisador e presença de marca explícita de adesão).

Em relação aos meios de expressão que se prestam à manifestação da evidencialidade e da modalidade epistêmica em artigos científicos, percebemos a preferência dos autores pelo uso de itens verbais (verbos plenos e verbos auxiliares), totalizando 217 ocorrências (52,9%). Os tipos de predicados mais frequentes foram os de cognição (*entender, compreender, lembrar*), de percepção (*perceber*) e de elocução (*dizer, afirmar*). No que respeita aos auxiliares verbais, observamos que todas as ocorrências expressas por meio desse item lexical ocorreram no domínio da modalidade epistêmica objetiva, majoritariamente, através do verbo *poder*. A marca prepositiva também foi bastante recorrente (20%), sobretudo através das expressões *conforme*, *segundo*, *para*, *como*. O terceiro maior número de ocorrências foi do uso da justaposição simples (16,3%), meio de expressão diretamente relacionado à indicação de fonte em artigos científicos.

Quanto à posição da marca evidencial no enunciado, verificamos que os autores dos artigos científicos tendem a utilizar a expressão evidencial entre a fonte da informação e o conteúdo veiculado, revelando uma preferência (47%) pela ordem direta do enunciado (fonte+marca evidencial+conteúdo dito). A posição anteposta também teve um número significativo de ocorrências em nosso *corpus* (28,7%). Na maior parte desses casos, a anteposição esteve relacionada ao uso da marca prepositiva (*segundo X, para X, de acordo com X, como X*). A posposição apareceu com menor frequência (24,3%) e esteve associada ao uso da justaposição e das normas citativas da ABNT.

A evidencialidade reportada foi identificada como o domínio mais recorrente em artigos científicos (70,2%). A alta frequência desse domínio está relacionada ao fato de a

referência a pesquisas realizadas ser uma característica constitutiva do discurso acadêmico e do modo como a ciência se desenvolve. Percebemos que o uso desse domínio pode assumir diferentes propósitos em textos científicos: (a) situar a pesquisa na área de estudo; (b) garantir o recurso ao chamado *argumento de autoridade*; (c) refutar as ideias apresentadas pela fonte citada; (d) apresentar lacunas em pesquisas anteriores; ou (e) mostrar que o autor do texto científico tem conhecimento sobre as pesquisas realizadas na área etc. O domínio que apresentou menor recorrência nos dados analisados foi o da evidencialidade experiencial (0,2%), com apenas uma ocorrência. É possível que o pouco uso desse tipo de domínio revele uma característica da área de estudo analisada (Linguística). Áreas que se desenvolvem por meio de experimentos em laboratórios, por exemplo, podem instanciar mais frequentemente a utilização desse domínio evidencial.

A predominância de marcas evidenciais que indicam uma fonte externa definida (76,4%) está diretamente relacionada com as características constitutivas do discurso científico. Em textos acadêmicos, a indicação do conteúdo formulado por uma fonte externa definida representa não apenas a honestidade intelectual do pesquisador, mas é uma característica constitutiva do texto acadêmico. Em contrapartida, o tipo de fonte que ocorreu com menor frequência foi a externa indefinida (0,8%). Isso se deve à pouca confiabilidade que a indefinição da fonte imprime ao enunciado, pois, em textos científicos, o pesquisador busca apresentar um conhecimento preciso e verdadeiro, objetivando convencer a comunidade discursiva acerca da validade e veracidade do estudo realizado.

Quanto aos aspectos pragmáticos, salientamos que, pela própria natureza do gênero analisado, o efeito de alto comprometimento foi o menos recorrente (4,4%). Os manuais de metodologia científica prescrevem a impessoalidade e neutralidade do cientista, por esse motivo, notamos que os autores de textos científicos utilizam estratégias que amenizam sua responsabilidade sobre o que é comunicado, mas não se afastam completamente do que é dito, imprimindo um efeito de médio comprometimento com a informação veiculada. Em relação às marcas explícitas de adesão do autor do texto ao conteúdo reportado, verificamos que apenas cinco ocorrências (1,7%) apresentam alguma manifestação explícita da aprovação do enunciador em relação ao que é afirmado pela fonte externa. Observamos que o uso dessas marcas explícitas de adesão produz um efeito de alto comprometimento do enunciador com o conteúdo enunciado, o que não parece próprio do discurso acadêmico.

A investigação aqui realizada possibilitou uma discussão mais acentuada sobre a relação entre os domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica. No entanto,

concluímos este trabalho considerando que os resultados obtidos nesta pesquisa não esgotam as possibilidades de investigação da relação entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica, tendo em vista a complexidade na delimitação desses domínios.

A relação entre os domínios aqui analisados pode ser verificada em outros gêneros do discurso científico, tais como resenhas, dissertações, teses, etc. Além disso, também é possível relacionar o domínio da evidencialidade e da modalidade epistêmica, levando-se em consideração as partes que compõem os artigos científicos; ou ainda, é possível comparar o uso que os autores de artigos científicos fazem dos domínios evidencial e modal epistêmico em diferentes áreas de estudos.

Ao término deste trabalho, concluímos que as expressões evidenciais e modais epistêmicas são utilizadas em artigos científicos como estratégias que produzem uma pseudoneutralização do pesquisador em relação ao conteúdo veiculado e contribuem para a construção da argumentação em textos científicos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. de Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969]. p. 53-107.

ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change, and mental maps. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) **Evidentiality:** the linguistic coding of epistemology. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l´autre dans le discours. **DRLAV**, número 26, 1982.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in *lega*. **Studies in Language**, v. 2, n. 3, 1997.

BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness**: Some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARIOCA, Cláudia R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

_____. **A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo.** 2009. 200f. Tese **(**Doutorado em Linguística)- Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R (org.) **Gramática do português falado.** Vol II: Níveis de Análise Lingüística. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1992.

CERVONI, J. As modalidades. In: **A enunciação**. Trad: L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos; n. 61).

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** Trad. Raul Fiker. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHARAUDEAU, P. **O discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, M. J. R. F. **Um Fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. São Paulo; Campinas: Educ; Pontes, 1991. (Linguagem - ensino).

DALL'AGLIO HATTNHER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica**: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. 1995. 256f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

DALL'AGLIO HATTNHER, M. M. *et al*. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). **Descrição do português**: definido rumos de pesquisa. Araraquara, São Paulo: FCL/UNESP; Cultura Acadêmica, 2001. (Série Trilhas Linguísticas, 1)

DALL'AGLIO HATTNHER, M. M; PEZATTI, C. Negação, modalidade e evidencialidade no discurso científico. **Estudos Linguísticos XXXIII**, p. 873 – 878, 2004.

DE HANN, F. **Evidentialy and epistemic modality**: setting boundaries. Artigo apresentado no 2º ALT meeting, Eugene, OR, 1997. Disponível em: <http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/SWJL99.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

DEMO, P. **Metodologia cientifica em ciências sociais.** 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1989.

DIK, C. S. **The theory of functional grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

_____.**The theory of functional grammar.** By Hengeveld Kees (Eds.). Berlim: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Compaing Motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdan, John Benjamins, 1985.

DUCROT, O. A quoi sert le concept de modalité? In: Dittmar, N. Reich, A. **Modalité et Acquisition des langues**. Berlin: Walter de Gruyter, 1993.

GALVÃO, V. C. C. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil**: os usos da expressão diz que. 2001. 241f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.
GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade**: um estudo de caso no português do Brasil. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. Ed. London, Edward Arnold, 1985.

_____. **An introduction to functional grammar**. 2. Ed. London: Edward Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality a in functional grammar of Spanish. **Journal Semantics**, v. 6. 1988.

_____. Layers and operators in functional grammar**. Journal Linguistics**, n. 25, 1989.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional discourse grammar**: a typologically-based theory of language struture. Oxford: Oxford University press, 2008.

HYLAND, K. **Disciplinary discoursive**: social interactions in academic writing. Harlow: Longman, 2000.

_____.Stance and engagement: a modelo f interaction in academic discoursive. **Discourse Studies**, v. 7, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**, Paris: Colin, 1990.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LUCENA, I. L. **A expressão da evidencialidade no discurso político**: uma análise da oratória política da Assembléia Legislativa do Ceará. 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. Análise do Discurso: a questão dos fundamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.19, p.65-74, 1990.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO, A.C.; *et al*. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade do Ceará.** Disponível em <http://www.ufc.br/biblioteca/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guianormalizacao_ufc.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2010.

MOTTA – ROTH, D. **Redação acadêmica**: princípios básicos. Santa Maria, UFSM, Imprensa Universitária, 2001.

MUSSALIN, F. Análise do discurso. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguistica**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. (v. 2).

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. V. (org.). **Gramática do português falado**: desenvolvimentos. Campinas: Unicamp/ São Paulo, v.6, 1996.

_____.**Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2007.

NICHOLS, J. Functional theory of grammar. **Annual Review of anthropology**, 1984.

NOGUEIRA, M. T e PESSOA, N. P. **A expressão da modalidade epistêmica em artigos científicos**. Relatório de projeto de pesquisa. Universidade Federal do Ceará, 2003.

NUTYS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic struture. **Linguistics**, v. 31, 1993.

PALMER, F. R**. Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PERELMAN, C.; e OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**. Trad. Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguistica crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Párabola, 2003.

SWALES, J. M. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, G. **Introduction functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1996.

VENDRAME, V. **A evidencialidade em construções complexas.** 2005. 113f**.** Dissertação (Mestrado em Análise Linguística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2005.

WILLET, T. A. Cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. In: **Studies in Language**, v. 1, n. 12, 1988.

ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica.** Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Autores Associados, 2001.

ANEXO: REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS COLETADOS

ARTIGO 1

LINS, A. B. Nas fases arcaica e moderna do português: a questão dos usos e funcionamentos dos artigos. In: VI Congreso Internacional da ABRALIN – ABRALIN 40 anos, 2009, João Pessoa. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN – ABRALIN 40 anos**. João Pessoa: Idéia, 2009. p. 149-158.

ARTIGO 2

LIMA, A. V. S. Estratégias Intertextuais e Subjetivas em Resenhas Acadêmicas. In: VI Congreso Internacional da ABRALIN – ABRALIN 40 anos, 2009, João Pessoa. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN – ABRALIN 40 anos**. João Pessoa: Idéia, 2009. p. 340-349.

ARTIGO 3

PAMPLONA, A. G. G. "A poesia popular brasileira" em José Veríssimo. In: Encontro Internacional de Texto e Cultura, 2009, Fortaleza- Ceará. **Anais do Encontro Internacional de Texto e Cultura**. Fortaleza: Editora UFC, 2009. p. 93-102.

ARTIGO 4

GOMES, A. T. Análise das propostas de produção textual nos livros didáticos de espanhol instrumental. In: Encontro Internacional de Texto e Cultura, 2009, Fortaleza- Ceará. **Anais do Encontro Internacional de Texto e Cultura**. Fortaleza: Editora UFC, 2009. p. 103-112.

ARTIGO 5

TRINDADE, A. P. As estratégias de relativização no português oral culto de fortaleza – PORCUFORT. ABRALIN em cena, 2008, Terezina- Piauí. **Anais ABRALIN em cena**. Teresina: Ideia, 2008. p. 1-10.

ARTIGO 6

LUZ, C. N. N. A representação do clítico acusativo anafórico: "olha ele" nas novelas da rede globo. ABRALIN em cena, 2008, Terezina- Piauí. **Anais ABRALIN em cena**. Teresina: Ideia, 2008. p. 63-72

ARTIGO 7

PERUZZO, L. D. "Frutos do combate pela paz: os primeiros romances de mia couto". In: I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, São Paulo. **Anais do I SIMELP**. São Paulo: FFLCH-USP. p. 1-10.

ARTIGO 8

PINHEIRO, P. A. Gêneros digitais construindo e sendo construídos por gêneros discursivos: repensando as práticas de letramento. In: I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, São Paulo. **Anais do I SIMELP**. São Paulo: FFLCH-USP. p. 1-20

ARTIGO 9

MENDES, M. D. N. Interdiscursividade: uma breve aplicação. In: Encontro Internacional de Texto e Cultura, 2009, Fortaleza. **Anais do Encontro Internacional de Texto e Cultura.** Fortaleza: Editora UFC, 2009. p. 3999-4008.